



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 198490/22

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 198490/22

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2021

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

Gestor atual: **JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO**

Gestor das Contas: **ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA**

Gestor das Contas: **JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (Item I - Formulário de dados de prestação)
- Relatório de Gestão (Item II - Relatório Circunstanciado da g)
- Relatório do Controle Interno (Item III - Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (Item IV - Parecer Controle Interno - Exe)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (Item V - Relatório da Controladoria Gera)
- Demonstrativo de Receitas (Item VI - Demonstrativo da Receita Segun)
- Demonstrativos de Despesas (Item VII - Demonstrativo da Despesa Segu)
- Comparativo da Receita (Item VIII - Comparativo da Receita Orçad)
- Comparativo de Despesas (Item IX - Comparativo da Despesa Autoriz)
- Comparativo de Despesas por espécie (Item X - Comparativo da Despesa Autoriza)
- Demonstrativo da Dívida Pública (Item XI - Demonstração da Dívida Pública)
- Relação de Restos a Pagar (Item XII - Relação de Restos a Pagar)
- Balancete Sem Encerramento (Item XIII - Balancete do mês de dezembro)
- Declaração de Bens (Item XV - Declaração expressa da unidade)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (Item XVI a - Balanço Orçamentário)
- Balanço Financeiro (DCASP) (Item XVI b - Balanço Financeiro)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (Item XVI c - Balanço Patrimonial)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (Item XVI d - Demonstração das Variações)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
**DEPARTAMENTO ECONÔMICO
FINANCEIRO**

ANEXO I

FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

ASSUNTO	
1.	PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2021

ENTIDADE	
2.	Nome: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná CNPJ: 77.821.841/0001-94

GESTOR DAS CONTAS	
3	Período: 01 /01 /2021 a 31 /01 /2021
	Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2019 Cargo: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Nome: Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira CPF: 478.856.299-53

GESTOR DAS CONTAS	
3	Período: 01 /02 /2021 a 31 /12 /2021
	Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2021 Cargo: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Nome: Desembargador José Laurindo de Souza Netto CPF: 500.111.629-53

GESTOR ATUAL	
4.	Ato de Nomeação: Ata da Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2021 Cargo: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Nome: Desembargador José Laurindo de Souza Netto CPF: 500.111.629-53

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
**DEPARTAMENTO ECONÔMICO
FINANCEIRO**

CONTROLADOR INTERNO	
5.	Ato de Nomeação: Decreto Judiciário nº 18/2021 Cargo: Consultor Jurídico Nome: Maurício Cardoso Segundo CPF: 201.718.048-30

DECLARAÇÃO	
6.	<p>Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 168/2021 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p> <p>Curitiba, 28 de março de 2022.</p> <p>_____ Des. José Laurindo de Souza Netto Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</p>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS E FINANCEIRAS**

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

1. INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário do Estado do Paraná tem como missão garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social¹.

Pretende ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança, cujas ações são norteadas pelos princípios e valores da transparência, ética, celeridade, acessibilidade, justiça, inovação e eficiência¹.

O Poder Judiciário Paranaense é composto dos seguintes órgãos: o Tribunal de Justiça; os Tribunais do Júri; os Juízes de Direito; os Juízes de Direito Substitutos de entrância final; os Juízes Substitutos; os Juizados Especiais; os Juízes de Paz².

A constituição, estrutura, atribuições e competências do Poder Judiciário são estabelecidas na Constituição Federal; na Lei Complementar nº 35/79 – Lei Orgânica da Magistratura Nacional; na Constituição Estadual; no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Lei Estadual nº 14.277/2003; no regulamento da Secretaria, Decreto Judiciário nº391/2017; no Regimento Interno, Resolução nº 01, de 05/07/2010; e na Resolução nº 93, de 12/08/2013 – nomenclatura e competência das varas judiciais; entre outras.

Integram as unidades judiciárias de apoio direto à atividade judicante no 1º Grau de Jurisdição, as 547 Varas Judiciais instaladas, ou seja, em pleno funcionamento, incluindo as 153 Varas Judiciais que funcionam com Juizados

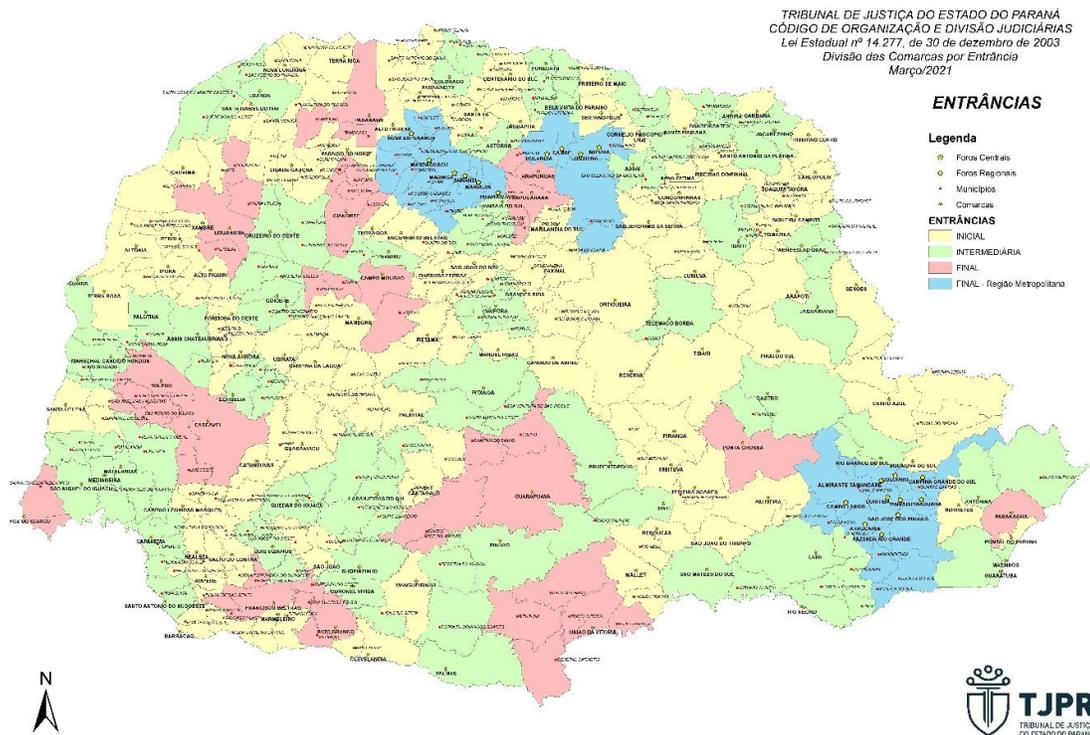
¹ Resolução nº 300, de 09/08/2021, Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná 2021-2026.

² Art.2º da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Especiais e 69 exclusivas, além das Turmas Recursais. As Varas Judiciais estão organizadas em 161 comarcas, sendo 35 comarcas de entrância final, 20 delas na região metropolitana, 48 comarcas de entrância intermediária e 78 de comarcas de entrância inicial.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Apresenta-se abaixo o quadro de magistrados e servidores efetivos, pessoal cedido ou requisitado, pessoal comissionado e a força de trabalho auxiliar em 2021³:

QUADRO 1 - PESSOAL DO QUADRO EFETIVO* - 2021

Cargo	Quantidade
Magistrados - 2º Grau**	144
Magistrados - 1º Grau, Juizados Especiais e Turma Recursal	806
Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de 2º grau	550
Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Judiciária de 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	4.067
Total de Pessoal do Quadro Efetivo na Área Administrativa	1.033

*não inclui cedidos

**inclusos sem jurisdição

QUADRO 2 - PESSOAL CEDIDO OU REQUISITADO - 2021

Descrição	Quantidade
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área judiciária de 2º grau	0
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área judiciária de 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	173
Pessoal que ingressou por cessão ou requisição na área administrativa	25

QUADRO 3 - PESSOAL COMISSIONADO SEM VÍNCULO EFETIVO - 2021

Descrição	Quantidade
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na Área Judiciária do 2º grau	759
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na Área Judiciária do 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	2.245
Pessoal comissionado sem vínculo efetivo na área administrativa	121

QUADRO 4 - FORÇA DE TRABALHO AUXILIAR - 2021

Descrição	Quantidade
Estagiários	3.544
Conciliadores remunerados e voluntários*	931
Juízes leigos remunerados e voluntários	419
Colaboradores voluntários	277

*Inclusos os mediadores dos CEJUSCs

³ Dados informados pelo DGRH destinados a atender o Justiça em Números 2021, referente à Resolução nº 76/2009-CNJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

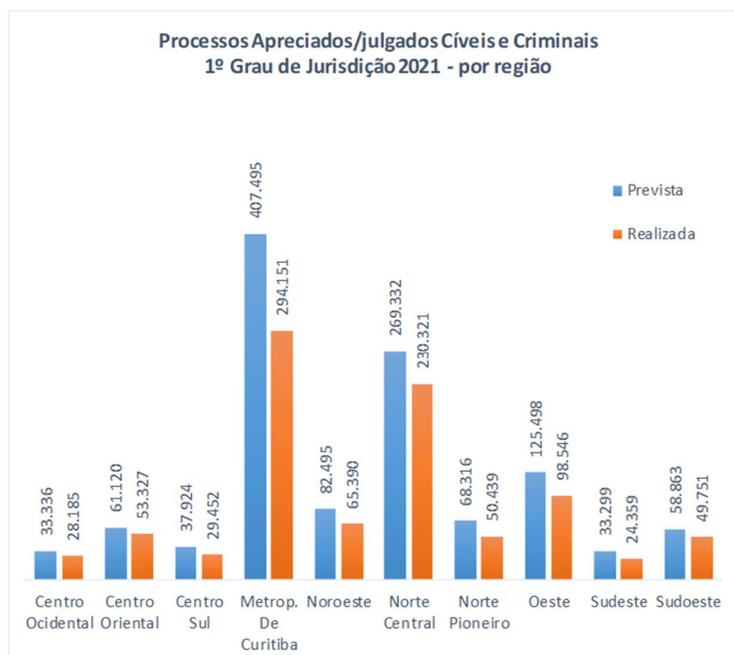
2. DESEMPENHO

Conforme dados extraídos do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento 2021 – SIGAME/SIAF da Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes, em relação à ação apreciar e julgar processos cíveis e criminais, foram atingidas 78,45% da meta prevista para o 1º grau de jurisdição e 128,94% da meta prevista para o 2º grau.

AÇÃO: Apreciar e Julgar Processos Cíveis e Criminais de 1º Grau de Jurisdição - 2021

Quantidade	Centro Ocidental	Centro Oriental	Centro Sul	Metrop. De Curitiba	Noroeste	Norte Central	Norte Pioneiro	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Total/ Unidade
Prevista	33.336	61.120	37.924	407.495	82.495	269.332	68.316	125.498	33.299	58.863	1.177.678
Realizada	28.185	53.327	29.452	294.151	65.390	230.321	50.439	98.546	24.359	49.751	923.921
% Execução	84,55%	87,25%	77,66%	72,19%	79,27%	85,52%	73,83%	78,52%	73,15%	84,52%	78,45%

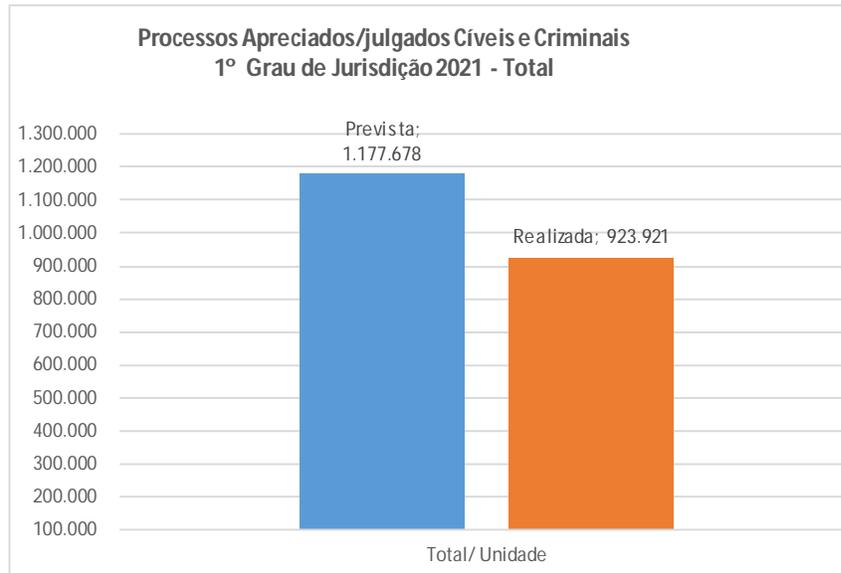
Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2021 – SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes



Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2021 - SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2021 - SIGAME/SIAF -
Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes

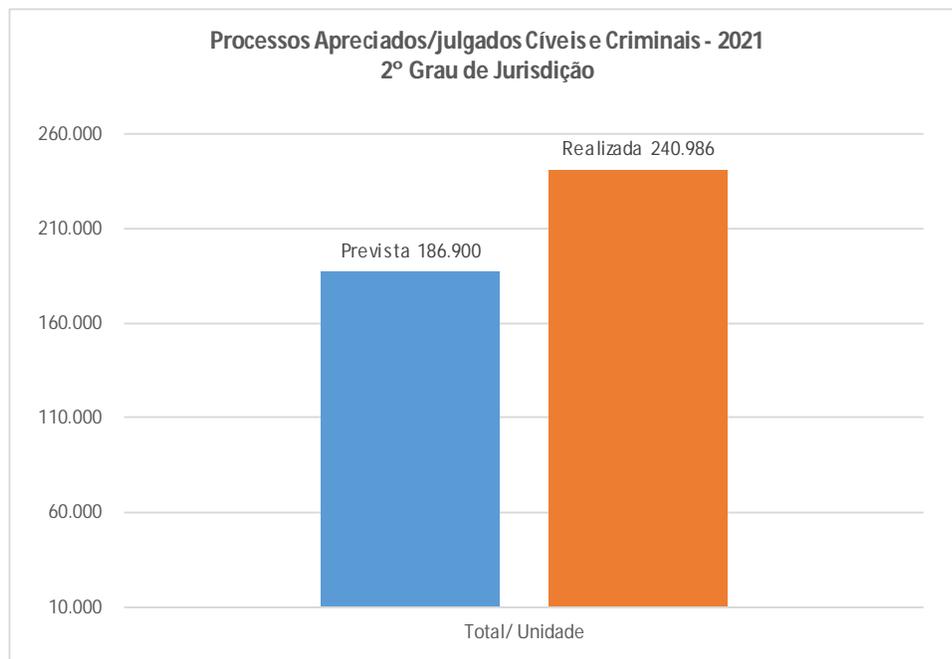


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

AÇÃO: Apreciar e Julgar Processos Cíveis e Criminais de 2º Grau de Jurisdição - 2021

Quantidade	Estado	Total/ Unidade
Prevista	186.900	186.900
Realizada	240.986	240.986
% Execução	128,94%	128,94%

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2021 - SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes



Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento – 2021 - SIGAME/SIAF - Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

3. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE – PPA-LDO-LOA

As ações desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná foram embasadas em observância às disposições do Plano Plurianual - PPA, Lei nº 20.077/19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei nº 20.431/2020, Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei nº 20.446/20 e demais legislações vinculadas à Administração Pública.

A execução orçamentária ocorreu em consonância com os dispositivos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece preceitos voltados para a responsabilidade na gestão fiscal, combinados com dispositivos constitucionais aplicáveis às Finanças Públicas, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e demais legislação pertinente.

4. DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO

De acordo com a LOA 2021, as unidades orçamentárias do Poder Judiciário são:

0501 – Tribunal de Justiça

0560 – Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS

0562 – Fundo da Justiça do Poder Judiciário Estadual - FUNJUS

0563 – Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

5. DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O presente relatório circunstanciado objetiva, após a exposição geral do Poder Judiciário, atender ao contido no inciso II, do art.9º da Instrução Normativa nº 168/2021 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em relação à Unidade Orçamentária 0501 – Tribunal de Justiça.

Esta unidade compõe-se de 09 iniciativas de projetos/atividades/operações especiais cujas ações encontram-se especificadas na LOA:

- 6005 - Promover e administrar as atividades judiciárias de 2º grau de jurisdição.
- 6007 - Atividade Correicional
- 6016 - Gestão e manutenção da Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná - 1º e 2º grau de jurisdição - ESEJE.
- 6038 - Gestão e manutenção da Escola da Magistratura do Paraná - 1º e 2º grau de jurisdição.
- 6226 - Gestão e manutenção das atividades judiciárias de 1º grau de jurisdição
- 6426 - Gestão e manutenção da justiça gratuita - 1º grau de jurisdição.
- 6427 - Gestão e manutenção da justiça gratuita - 2º grau de jurisdição.
- 9002 - Encargos com inativos e pensionistas.
- 9152 - Encargos especiais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Com base nestas especificações, a unidade Tribunal de Justiça - 0501 tem por fim, em síntese, atender aos preceitos contidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ-PR, que disciplinam o funcionamento dos Órgãos incumbidos da Administração Jurisdicional e de seus serviços auxiliares; custear os tramites dos processos de 1ª e 2ª instância; atender despesas com inativos e pensionistas; atender despesas relacionadas ao benefício da justiça gratuita no 1º e 2º Grau de Jurisdição; estabelecer programas de modernização da Justiça Estadual; desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas, mediante a capacitação permanente do corpo funcional do Poder Judiciário como condição fundamental para atender, de forma efetiva, os serviços públicos ofertados a sociedade; manter e ampliar a estrutura do Poder Judiciário, visando agilizar o atendimento aos jurisdicionados; promover e administrar as atividades judiciárias, por meio da informatização de toda a Justiça Estadual⁴.

6. DOS GESTORES

Os gestores das contas no exercício de 2021 foram os Presidentes, Exmo. Sr. Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira, no período de 01/01 a 31/01 e o Exmo. Sr. Des. José Laurindo de Souza Netto, no período de 01/02 a 31/12, conforme constam das atas das Sessão Especial do Egrégio Tribunal Pleno de 01/02/2019 e 01/02/2021, respectivamente.

⁴ Anexo III-Orçamento Fiscal e Próprio da administração indireta, da LOA (Lei nº20.446/20), pág.117 a 119.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

7.1 DOS INGRESSOS

Os recursos financeiros para a execução orçamentária do Tribunal de Justiça, como Unidade Orçamentária, decorrem de transferências recebidas mediante repasse de cotas de recursos do Tesouro (duodécimos) - ordinário não vinculado (Fonte 100).

Este valor corresponde aos recursos orçamentários definidos na elaboração da proposta orçamentária, nos limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa para esta Unidade, nos termos do art. 16 da Lei nº 20.431/2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - 2021.

Os recursos financeiros repassados pelo Estado ao Tribunal de Justiça ao final do exercício totalizaram R\$ 2.311.852.083,96 (dois bilhões, trezentos e onze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitenta e três reais, noventa e seis centavos).

Neste montante está incluso os valores repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS a título de cobertura da insuficiência financeira no exercício.

Oportuno mencionar que a permanência de recursos financeiras resultantes de superávits de exercícios anteriores nesta unidade suportaram, em igual montante, o acréscimo da despesa orçamentária inicialmente fixada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7.2 DOS DISPÊNDIOS

A despesa orçamentária para o exercício de 2021 foi fixada em R\$ 2.126.982.084,00 (Dois bilhões, cento e vinte e seis milhões, novecentos e oitenta e dois mil, oitenta e quatro reais).

Durante o exercício foram realizadas alterações orçamentárias decorrentes de abertura de créditos adicionais suplementares com recursos provenientes de anulação parcial ou total de outras dotações do próprio orçamento e do superávit financeiro de exercício anterior. Este último, permitiu o acréscimo da despesa fixada em R\$ 49.962.430,00. Os reflexos destas alterações são demonstrados no quadro abaixo, por grupo de despesa:

ORÇAMENTO INICIAL E ATUALIZADO POR GRUPO - Total da Unidade - 2021 (R\$)					
Grupo	Fonte	Orçamento Inicial	%	Orçamento Atualizado	%
Pessoal e Encargos Pessoais	100	1.858.945.419,00	87,40%	1.955.912.707,00	89,85%
Outras Despesas Correntes	100	265.976.665,00	12,50%	221.031.807,00	10,15%
Investimentos e Inversões Financeiras	100	2.060.000,00	0,10%	0,00	0,00%
TOTAL		2.126.982.084,00	100,00%	2.176.944.514,00	100,00%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2022 R584321A, JOB6456297

A despesa empenhada no exercício totalizou R\$ 2.176.944.489,66 (dois bilhões, cento e setenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais, sessenta e seis centavos) nos seguintes grupos:

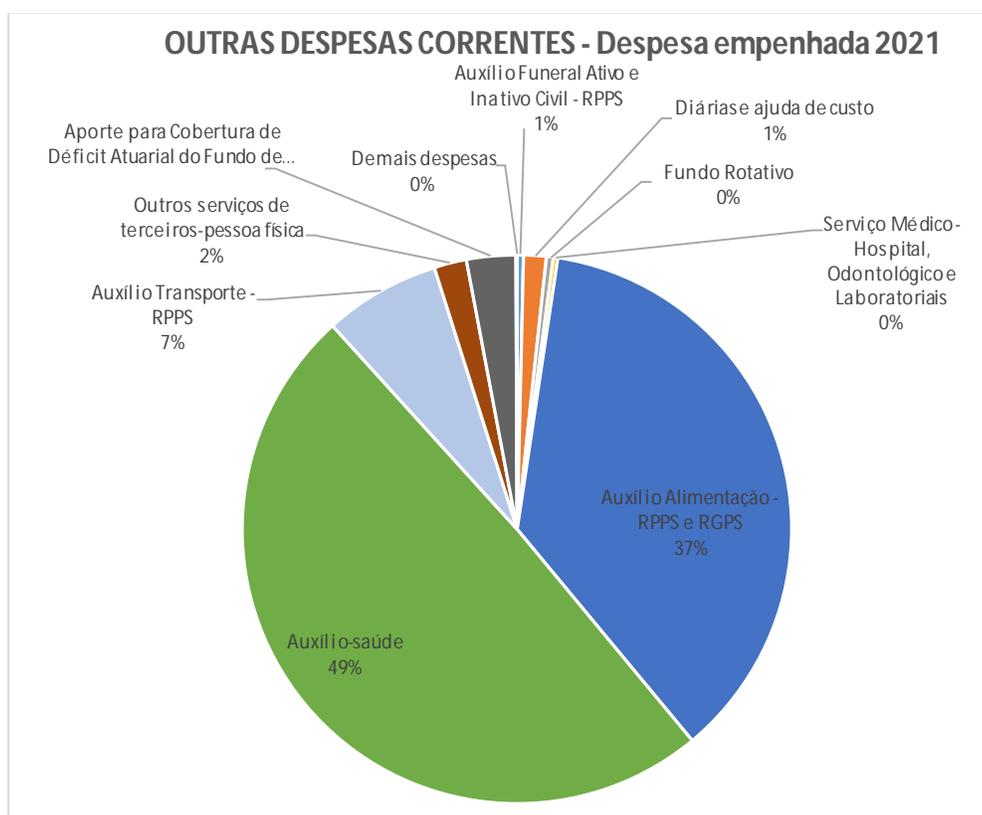
DESPESA EMPENHADA POR GRUPO - Total da Unidade - 2021 (R\$)			
Grupo	Fonte	Valor empenhado	%
Pessoal e Encargos Pessoais	100	1.955.912.697,11	89,85%
Outras Despesas Correntes	100	221.031.792,55	10,15%
Investimentos e Inversões Financeiras	100	0,00	0,00%
TOTAL		2.176.944.489,66	100,00%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2022 R584321A, JOB6456297



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Do total empenhado, 89,85% foi destinado ao custeio de despesas com pessoal e encargos sociais, incluídos os inativos. O restante, 10,15% são representados em sua maioria com outros benefícios de pessoal, aporte para cobertura de déficit atuarial ao fundo de previdência, entre outros.



Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2022 R584321A, JOB6456297

Foram empenhados, R\$2.176.944.489,66, correspondendo a 99,99% do orçamento fixado, resultando em economia de dotação de R\$ 24,34 (vinte e quatro reais, trinta e quatro centavos).



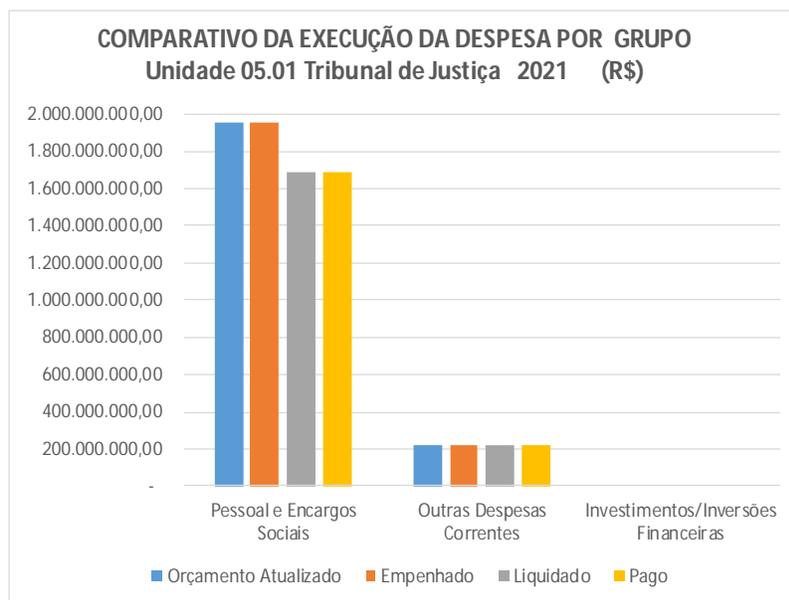
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Foram pagos, R\$1.908.491.640,07, correspondendo a 87,67% do montante empenhado, permanecendo o restante, 12,33%, correspondente a R\$ 268.452.849,59 inscritos em restos a pagar. Destes, R\$2.597.782,76 são processados.

A tabela abaixo demonstra a execução orçamentária consolidada da Unidade:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021									
UNIDADE 05.01 - Tribunal de Justiça (R\$1,00)									
Grupo	Fonte	Orçamento Inicial A	Orçamento Atualizado B	Empenhado C	Saldo Disponível D=(B-C)	Liquidado E	Pago F	% Execução G=(C/B)	% Pago H=(F/C)
Pessoal e Encargos Sociais	100	1.858.945.419,00	1.955.912.707,00	1.955.912.697,11	9,89	1.690.323.199,11	1.687.728.612,40	99,99%	86,29%
Outras Despesas Correntes	100	265.976.665,00	221.031.807,00	221.031.792,55	14,45	220.766.223,72	220.763.027,67	99,99%	99,88%
Investimentos/ Inversões Financeiras	100	2.060.000,00	-	-	0,00	-	-	-	-
TOTAL		2.126.982.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	99,99%	87,67%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2022 R584321A, JOB6456297



Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2022 R584321A, JOB6456297



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

As tabelas a seguir referem-se à execução orçamentária e financeira, por projeto/atividade:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 6005 - Promover e administrar as atividades de 2º grau de jurisdição (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Pessoal e Encargos Sociais	100	697.948.741,00	696.127.577,00	696.127.573,95	3,05	616.787.148,95	615.710.347,34	99,99%	88,45%	
Outras Despesas Correntes	100	68.330.016,00	65.312.159,00	65.312.155,53	3,47	65.253.218,03	65.253.218,03	99,99%	99,91%	
Investimentos/ Inversões Financeiras	100	1.480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	
TOTAL		767.758.757,00	761.439.736,00	761.439.729,48	6,52	682.040.366,98	680.963.565,37	99,99%	89,43%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 6007 - Atividade Correicional (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Outras Despesas Correntes	100	1.600.000,00	503.524,00	503.523,11	0,89	503.523,11	503.523,11	99,99%	99,99%	
TOTAL		1.600.000,00	503.524,00	503.523,11	0,89	503.523,11	503.523,11	99,99%	99,99%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 6016 - Gestão e manutenção da escola de servidores da justiça estadual do Paraná - 1º e 2º grau de jurisdição - ESEJE (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Pessoal e Encargos Sociais	100	0,00	45.617,00	45.616,50	0,50	45.616,50	45.616,50	99,999%	100,00%	
Outras Despesas Correntes	100	1.698.800,00	28.392,00	28.392,00	0,00	28.392,00	28.392,00	100,00%	100,00%	
Investimentos/ Inversões Finan	100	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	
TOTAL		1.728.800,00	74.009,00	74.008,50	0,50	74.008,50	74.008,50	99,9993%	100,00%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 6038 - Gestão e manutenção da escola da magistratura do Paraná - 1º e 2º grau de jurisdição (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Pessoal e Encargos Sociais	100	0,00	330.891,00	330.890,77	0,23	330.890,77	330.890,77	99,99%	100,00%	
Outras Despesas Correntes	100	2.300.000,00	58.631,00	58.630,16	0,84	58.630,16	58.630,16	99,99%	100,00%	
TOTAL		-	389.522,00	389.520,93	1,07	389.520,93	389.520,93	99,99%	100,00%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 6226 - Gestão e Manutenção das Atividades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Pessoal e Encargos Sociais	100	1.160.896.678,00	1.249.226.499,00	1.249.226.493,42	5,58	1.072.710.420,42	1.071.192.635,32	99,99%	85,75%	
Outras Despesas Correntes	100	147.527.849,00	109.050.792,00	109.050.785,93	6,07	108.844.154,60	108.844.154,60	99,99%	99,81%	
Investimentos/Inversões Financeiras	100	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
TOTAL		1.308.974.527,00	1.358.277.291,00	1.358.277.279,35	11,65	1.181.554.575,02	1.180.036.789,92	99,99%	86,88%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 6426 - Gestão e Manutenção da Justiça Gratuita - 1º Grau de Jurisdição - TJ (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Outras Despesas Correntes	100	200.000,00	8.513,00	8.512,20	0,80	8.512,20	8.512,20	99,99%	100,00%	
TOTAL		200.000,00	8.513,00	8.512,20	0,80	8.512,20	8.512,20	99,99%	100,00%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 6427 - Gestão e Manutenção da Justiça Gratuita - 2º Grau de Jurisdição - TJ (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Outras Despesas Correntes	100	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
TOTAL		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 9002 - Encargos com Inativos e Pensionistas - TJ (R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento		Empenhado	Saldo		Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível	D=(B-C)				
		A	B	C		E	F	G=(C/B)	H=(F/C)	
Pessoal e Encargos Sociais	100	100.000,00	10.182.123,00	10.182.122,47	0,53	449.122,47	449.122,47	99,99%	4,41%	
Outras Despesas Correntes	100	43.730.000,00	46.027.209,00	46.027.206,90	2,10	46.027.206,90	46.027.206,90	99,99%	100,00%	
TOTAL		43.830.000,00	56.209.332,00	56.209.329,37	2,63	46.476.329,37	46.476.329,37	99,99%	82,68%	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021

Projeto/Atividade: 9152 - Encargos Especiais - TJ

(R\$1,00)

Grupo	Fonte	Orçamento	Orçamento	Empenhado	Saldo	Liquidado	Pago	% Execução	% Pago
		Inicial	Atualizado		Disponível				
		A	B	C	D=(B-C)	E	F	G=(C/B)	H=(F/C)
Outras Despesas Correntes	100	540.000,00	42.587,00	42.586,72	0,28	42.586,72	39.390,67	99,99%	92,50%
TOTAL	100	540.000,00	42.587,00	42.586,72	0,28	42.586,72	39.390,67	99,99%	92,50%

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

Os repasses ao RPPS a título de insuficiências financeiras destinaram-se ao Fundo Financeiro e totalizaram R\$ 174.255.193,68 (cento e setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e três reais, sessenta e oito centavos) realizados por meio de execução extraorçamentária conforme § único, do art.14 da LDO (Lei nº20.431/2020), de acordo com o estabelecido Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, instituído pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 e Portaria STN nº 840/2016, e demais normas.

7.3 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As transferências recebidas através de repasses/cotas da Secretaria de Estado da Fazenda totalizaram R\$ 2.311.852.083,96, fonte 100, cuja aplicação destinou-se à cobertura das despesas empenhadas e aos repasses ao RPPS a título de insuficiências financeiras.

No presente exercício, a disponibilidade de recursos financeiros decorrentes de superávits de exercícios anteriores amparou o acréscimo da despesa inicialmente fixada efetivada mediante abertura de crédito adicional suplementar no montante de R\$49.962.430,00.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Logo abaixo apresenta-se o comparativo da execução orçamentária e financeira, bem como o saldo resultante no exercício, e logo em seguida, a síntese da execução da despesa:

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2021			
Unidade 0501- Tribunal de Justiça			(R\$)
Ingressos		Dispêndios	
Transferências financeiras recebidas	2.311.852.083,96	Despesa Empenhada	2.176.944.489,66
Recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior	49.962.430,00	Transferências financeiras concedidas para aportes ao RPPS para cobertura de insuficiências financeiras	174.255.193,68
		Transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária	20,42
Total	2.361.814.513,96		2.351.199.703,76
Diferença - saldo resultante da execução orçamentária e financeira			10.614.810,20

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 sintético, emitido em 16/03/2022, R5876B215A, job6449014

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021										
UNIDADE 05.01 - Tribunal de Justiça									(R\$1,00)	
Grupo	Fonte	Orçamento		Saldo		Liquidado	A Liquidar	Pago	% Pago	A pagar
		Atualizado	Empenhado	Disponível						
		A	B	C=(A-B)	D					
Pessoal e Encargos Sociais	100	1.955.912.707,00	1.955.912.697,11	9,89	1.690.323.199,11	265.589.498,00	1.687.728.612,40	86,29%	2.594.586,71	
Outras Despesas Correntes	100	221.031.807,00	221.031.792,55	14,45	220.766.223,72	265.568,83	220.763.027,67	99,88%	3.196,05	
Investimentos/Inversões Financeiras	100	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00	
TOTAL		2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34	1.911.089.422,83	265.855.066,83	1.908.491.640,07	87,67%	2.597.782,76	

Fonte: Relatório SIAF Gerencial da Despesa-Geral de Dezembro/21. Emitido em 17/03/2021 R584321A, JOB6456297

O Balanço Orçamentário da Unidade apresenta desequilíbrio - déficit orçamentário, visto que os ingressos para execução orçamentária da despesa para prestação de serviços públicos e realização de investimentos são realizados mediante transferências financeiras recebidas, e não por arrecadação. Este fato é equacionado quando da consolidação do Balanço Orçamentário do Estado do Paraná, elaborado pelo Poder Executivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Por fim, no presente relatório não foram mencionadas as movimentações dos demais ingressos e dispêndios, em especial os de natureza extraorçamentários e que constam evidenciados no Balanço Financeiro.

7.4 DO ATIVO

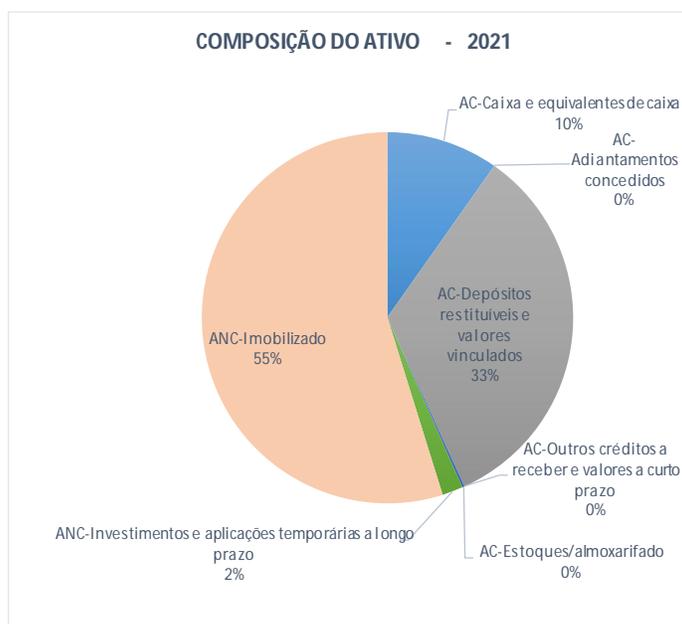
O ativo, em síntese, é composto pelos seguintes elementos:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO 2021		
Descrição	Valor (R\$)	%
AC-Caixa e equivalentes de caixa	351.674.100,85	9,7690%
AC-Adiantamentos concedidos	263,00	0,0000%
AC-Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.204.199.668,43	33,4510%
AC-Outros créditos a receber e valores a curto prazo	112.256,50	0,0031%
AC-Estoques/almojarifado	5.408.722,21	0,1502%
ANC-Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	64.920.326,40	1,8034%
ANC-Imobilizado	1.973.572.116,79	54,8232%
TOTAL	3.599.887.454,18	100%

Fonte: 1) Relatório SIAF Balanete de verificação dezembro/21 analítico, emitido em 23/02/2022, R5876B215A

Nota: AC - Ativo Circulante

ANC- Ativo Não Circulante



Fonte: 1) Relatório SIAF Balanete verificação dezembro/21 analítico, emitido em 23/02/2022, R5876B215A

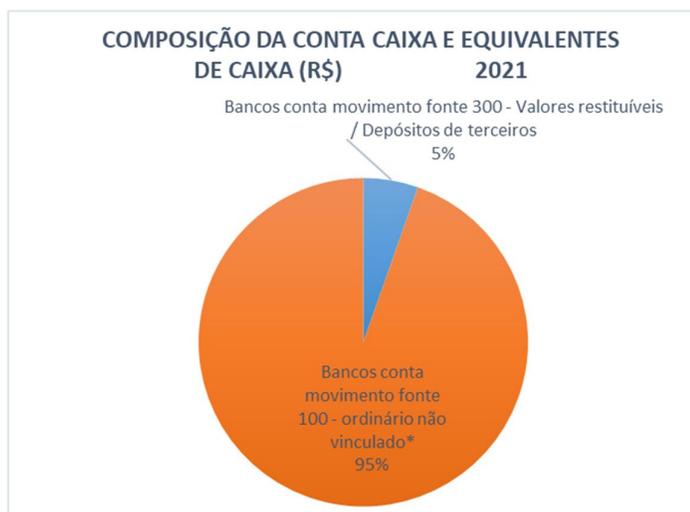


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

A conta caixa e equivalentes de caixa apresenta o saldo de R\$ 351.674.100,85, composta dos seguintes valores:

COMPOSIÇÃO DA CONTA CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2021		
Descrição	Valor (R\$)	%
Bancos conta movimento fonte 300 - Valores restituíveis / Depósitos de terceiros	18.947.380,35	5%
Bancos conta movimento fonte 100 - ordinário não vinculado*	332.726.720,50	95%
TOTAL	351.674.100,85	100%

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 analítico, emitido em 23/02/2022, R5876B215A



A conta Bancos conta movimento (fonte 100) destina-se, principalmente, à cobertura de despesas orçamentárias e do saldo constante em restos a pagar.

A conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, fonte 300, representa 33,45% do ativo da Unidade, nela são registra valores restituíveis (depósitos e cauções) e corresponde a valores pertencentes a terceiros que, em razão do risco, benefício ou controle, encontram-se devidamente registrados no ativo com o correspondente passivo da Unidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

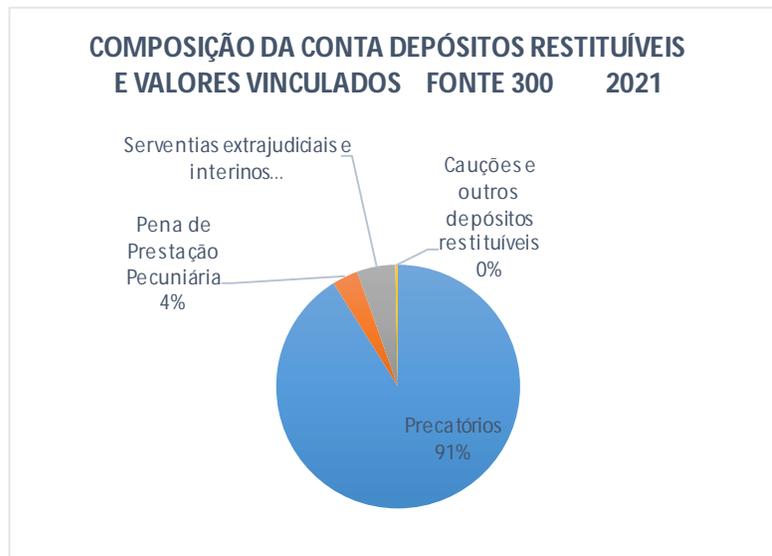
Do montante de R\$ 1.204.199.668,43, 91,17% correspondem a depósitos de precatórios, 3,37% a depósitos resultantes da execução de penas de prestação pecuniária, 5,14% aos depósitos de serventias extrajudiciais e interinos e 0,32% a cauções de garantia de execução e demais depósitos restituíveis.

COMPOSIÇÃO - CONTA DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS 2021

Descrição	Valor (R\$)	%
Precatórios	1.097.873.938,60	91,17%
Pena de Prestação Pecuniária	40.553.378,24	3,37%
Serventias extrajudiciais e interinos	61.906.128,58	5,14%
Cauções e outros depósitos restituíveis	3.866.223,01	0,32%
TOTAL	1.204.199.668,43	100,00%

Fonte: 1) Relatório SIAF - Balancete de verificação dezembro/21 analítico, emitido em 23/02/2022, R5876B215A

Nota: Fonte 300: Extraorçamentário



Fonte: 1) Relatório SIAF - Balancete de verificação dezembro/21 analítico, emitido em 23/02/2022, R5876B215A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

O ativo imobilizado, representa 54,82% do ativo da unidade, cujos elementos e valores constantes no balancete de verificação são, em sua maioria, resultantes da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, em sua maioria, estabelecidos no Manual deste Tribunal e adotados desde 2019.

7.5 DO PASSIVO

O passivo é composto de valores restituíveis (cauções e depósitos não judiciais), em sua maioria referentes a precatório, cujo risco, benefício ou controle justificaram o seu registro em contrapartida ao ativo correspondente à valores de terceiros. Incluem-se, também, os rendimentos resultantes de aplicações financeiras de recursos do tesouro - fonte 100, os quais poderão vir a ser transferidos ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS, a depender do resultado de consulta levada a efeito junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Com significativa representação, passaram a constar neste exercício, as provisões para indenizações trabalhistas.

O passivo é composto ainda de restos a para processados relativos a encargos sociais, contribuições tributárias federais a recolher e consignações a recolher.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO 2021

Descrição	Valor (R\$)	%
PC-Encargos sociais-Contribuições ao RGPS e outros tributos a recolher	2.597.782,76	0,16%
PC-Provisão para indenizações trabalhistas	44.135.691,94	2,76%
PC-Consignações-Contribuição ao RGPS, IRRF, empréstimos e financ	4.970.970,11	0,31%
PC-Valores Restituíveis / Depósitos não Judiciais/ cauções, depósitos especiais e de terceiros e outros	1.218.272.683,04	76,07%
PNC-Provisão indenizações trabalhistas	266.706.602,87	16,65%
PNC-Outras obrig longo prazo	64.920.326,40	4,05%
TOTAL	1.601.604.057,12	100,00%

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 analítico, emitido em 23/02/2022, R5876B215A

Nota: PC-Passivo circulante

PNC-Passivo não circulante





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

7.6 DOS RESTOS A PAGAR

COMPOSIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR 2021 (R\$1,00)			
Ano de Inscrição	A pagar	A liquidar	Total
2021	2.597.782,76	265.855.066,83	268.452.849,59
2020	0,00	53.554.076,15	53.554.076,15
2019	0,00	31.880,00	31.880,00
2018	0,00	255,00	255,00
Total	2.597.782,76	319.441.277,98	322.039.060,74

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 analítico, emitido em 23/02/2022, R5876B215A

2) Restos a pagar-Demonstrativo de saldo de empenho-por exercício, credor e empenho, emitido em 16/02/2022

7.7 DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações qualitativas e/ou quantitativas nos elementos patrimoniais da entidade, afetando ou não o seu patrimônio líquido.

As variações patrimoniais quantitativas, em 2021, resultaram na redução patrimonial de R\$ 304.375.307,53:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2021	
Unidade 0501- Tribunal de Justiça	(R\$)
Variações Patrimoniais	Valor
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	2.384.176.661,79
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	2.688.551.969,32
Resultado Patrimonial do exercício - DÉFICIT	-304.375.307,53

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 sintético, emitido em 16/03/2022, R5876B215A, job6449014



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Abaixo, apresenta-se a composição das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2021	
Unidade 0501- Tribunal de Justiça		(R\$)	
Descrição	Valor	%	
Transferências intra governamentais - Outras transferências recebidas para execução orçã	1.431,06	0,0001%	
Transferências intra governamentais - Financeiras independentes da execução orçamentária	2.311.852.083,96	96,9665%	
Transferências intra governamentais - Não financeiras independentes da execução orçamentária ¹⁾	69.387.647,32	2,9103%	
Transferências inter governamentais ²⁾	2.196.674,59	0,0921%	
Doações recebidas	278,19	0,0000%	
Ganhos com incorporação de ativos	649.782,34	0,0273%	
Indenizações e restituições - Inter OFSS - Estado	88.764,33	0,0037%	
Soma	2.384.176.661,79	100,0000%	

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 sintético, emitido em 16/03/2022, R5876B215A, job6449014

Notas: 1) 90,30% Bens imóveis; 5,35% Bens móveis; 4,35% Outros

2) 75,13% recebidos de municípios e 24,87% da União

COMPOSIÇÃO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2021	
Unidade 0501- Tribunal de Justiça		(R\$)	
Descrição	Valor	%	
Pessoal e encargos	1.981.943.893,81	73,7179%	
Benefícios previdenciários e assistenciais	113.148.523,61	4,2085%	
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo ¹⁾	44.981.760,65	1,6731%	
Transferências intra governamentais ²⁾	174.384.360,14	6,4862%	
Transferências inter governamentais ³⁾	2.151.269,43	0,0800%	
Outras transferências concedidas - Inter OFSS - Município	60.366.464,63	2,2453%	
Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos ⁴⁾	640.672,43	0,0238%	
Tributárias	42.735,84	0,0016%	
VPD de Provisão para riscos trabalhistas - Intra OFSS	310.842.294,81	11,5617%	
Indenizações e restituições diversas - consolidação	49.993,97	0,0019%	
Tributárias	2.688.551.969,32	100,0000%	

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 sintético, emitido em 16/03/2022, R5876B215A, job6449014

Notas: 1) 8,15% consumo; 18,41% serviços; 73,44% depreciação

2) 99,93% aportes para o RPPS para cobertura de insuficiências financeiras

3) 96,71% destinados a municípios

4) 80,42% perdas com alienação de bens móveis e 19,58% perdas involuntárias de bens móveis



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

É notório que as adoções de procedimentos contábeis patrimoniais em atendimento às normas contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são evidenciados no resultado deste Tribunal.

Neste sentido, destaca-se os reflexos do reconhecimento da depreciação (73,44%) do item Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, e das movimentações entre os níveis de governo relacionadas a bens imóveis e móveis.

O reconhecimento da provisão para riscos trabalhistas, neste exercício, também teve relevante representação no resultado do exercício, correspondendo a 11,56% das variações patrimoniais diminutivas.

7.8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO / SALDO PATRIMONIAL

O patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos da entidade, depois de deduzidos todos seus passivos.

Considerando que o resultado patrimonial do exercício foi deficitário, o patrimônio líquido passou a ser de R\$ 1.998.283.397,06:

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021		(R\$)
Unidade 0501- Tribunal de Justiça		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Valor	
Resultado do exercício - DÉFICIT		-304.375.307,53
Resultado de exercícios anteriores - SUPERÁVIT		2.304.770.119,53
Ajustes de exercícios anteriores - DÉFICIT		-2.111.414,94
Resultados Acumulados - SUPERÁVIT		1.998.283.397,06

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 sintético, emitido em 16/03/2022, R5876B215A, Job6449014



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Abaixo, demonstra-se a composição dos resultados acumulados desta unidade ao final do exercício, por nível de consolidação:

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO POR NÍVEL DE CONSOLIDAÇÃO

	Exercício 2021 (R\$)			Resultados acumulados
	Ajustes exercícios anteriores	Resultados exercícios anteriores	Resultado do exercício 2021	
Operações nível CONSOLIDAÇÃO	-1.996.014,94	-10.527.414.506,15	-1.843.122.623,06	-12.372.533.144,15
Operações Intraorçamentárias - INTRA OFSS	-115.400,00	12.681.509.826,67	1.631.120.366,97	14.312.514.793,64
Operações INTER OFSS UNIÃO	0,00	-112.885.355,33	-31.627.107,96	-144.512.463,29
Operações INTER OFSS ESTADO	0,00	-4.390.540,70	88.764,33	-4.301.776,37
Operações INTER OFSS MUNICÍPIO	0,00	267.950.695,04	-60.834.707,81	207.115.987,23
Soma	-2.111.414,94	2.304.770.119,53	-304.375.307,53	1.998.283.397,06

Fonte: 1) Relatório SIAF Balancete de verificação dezembro/21 sintético, emitido em 16/03/2022, R5876B215A, Job6449014



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

8. CONCLUSÃO

O presente relatório integra o processo de prestação anual de contas desta Unidade, conforme Instrução Normativa nº 168/2021-TCE.

Importante mencionar que a partir do exercício de 2018, entrou em operação o novo SIAF – Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná, sendo o principal instrumento a ser utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Estadual, em substituição ao software então em utilização.

As rotinas foram implementadas e adequadas ao longo daquele exercício e ainda se encontram em adequação. Os dados relativos à execução orçamentária e financeira contida no presente foram extraídos do referido sistema.

A ampliação da adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais previstos nas normas contábeis vigentes produziu reflexos relevantes no resultado do exercício e no patrimônio líquido da unidade.

Embora evidente, importante mencionar os inegáveis efeitos gerados pela pandemia em toda sociedade durante este exercício, a nível econômico, social e comportamental.

Estes efeitos atingiram também este órgão e principalmente seus jurisdicionados. Entretanto, dentro deste contexto, o Poder Judiciário cumpriu sua missão, norteado por seus princípios.

Curitiba, 31 de dezembro de 2021.

Moacir Carneiro Júnior
Diretor do Depto. Econômico e Financeiro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

ASSUNTO: Prestação de Contas – Exercício 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal de Justiça,

O presente relatório tem por escopo levar ao conhecimento de Vossa Excelência e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna (DAUDI)¹ durante o exercício de 2021, atendendo ao disposto no art. 10, inciso III, da Instrução Normativa TCE/PR nº 168, de 6 de dezembro de 2021².

¹ **Resolução TJPR nº 274/2020**

Art. 3.º O Núcleo de Controle Interno (NCI), considerado como unidade de auditoria interna, em conformidade com as Resoluções nºs 308 e 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, passa a ter a denominação de Departamento de Auditoria Interna (DAUDI).

² **Art. 10.** A Prestação de Contas Anual dos Fundos Especiais e Serviços Sociais Autônomos que registram sua contabilidade na forma da Lei nº 4.320/64, das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça conterà os seguintes documentos:

(...)

III - Relatório do Controle Interno, elaborado e assinado pelo(s) agente(s) de controle interno designado(s) pela entidade, contendo, dentre outras informações:

- a) os resultados das ações decorrentes da avaliação dos controles existentes, atendendo às orientações técnicas da Coordenação de Controle Interno, bem como ao seu Plano de Ação;
- b) as recomendações encaminhadas ao gestor da entidade, se houver, com ciência do gestor e medidas implementadas;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

O Departamento de Auditoria Interna executou seus trabalhos em 2021 a partir do **Plano Anual de Auditoria – PAA (versão atualizada)**³, que contemplou propostas relativas às atividades realizadas durante este exercício.

O Plano Anual de Auditoria – PAA funcionou como instrumento na distribuição da força de trabalho, na obtenção de uma visão holística das ações de auxílio ao Poder Judiciário quanto à realização dos seus objetivos para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos, e na comunicação às unidades auditadas e avaliadas durante o exercício.

A versão original do PAA 2021 foi examinada e aprovada em 2020⁴, enquanto a sua atualização/revisão foi apreciada e aprovada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em 2021⁵.

Com suporte na Resolução nº 309/2020, do Conselho Nacional de Justiça, e Resolução TJPR nº 274/2020, o PAA 2021 estabeleceu como premissas à sua elaboração o auxílio no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a Cadeia de Valor institucional, a análise dos fatores do ambiente interno e externo e dos riscos-chave da instituição e o quantitativo de servidores existente na unidade. Sua elaboração levou em consideração também o **Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP)**⁶, vigente para o período 2018-2021.

As transformações ocorridas em 2021, decorrentes do Decreto Judiciário TJPR nº 113/2021, que redefiniu a estrutura orgânica e as atribuições do DAUDI, e a sua nova composição de pessoal, provocaram a revisão das atividades inicialmente programadas no PAA/2021⁷.

Nesse contexto, partindo-se de um número de atividades que poderiam ser executadas dentro da realidade da atual equipe, que contava com substancial número de novos auditores internos e déficit de 1 (um) membro em relação ao exercício de 2020, buscou-se demonstrar quais delas seriam mantidas na versão atualizada do

³ Arts. 22 e seguintes da Resolução TJPR nº 274/2020 e SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642).

⁴ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 5842990)

⁵ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221667)

⁶ SEI nº 0082398-35.2017.8.16.6000 (doc. 2524923)

⁷ Art. 34, §4º, da Resolução CNJ nº 309/2020, e art. 25 da Resolução TJPR nº 274/2020.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

PAA/2021, considerando a imprescindibilidade, e outras que, a despeito da sua importância, poderiam ser postergadas para momento diverso.

Somam-se a esse cenário os efeitos provocados pela pandemia do SARS-CoV-2, com a manutenção de medidas restritivas e de isolamento social, execução do trabalho na modalidade remota (*home office*), e, por conseguinte, a exclusão de atividades que exigiam *in loco* durante o referido exercício.

Ademais, foi instituído o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance do Tribunal de Justiça do Paraná (NGRC), pelo Decreto Judiciário TJPR nº 91/2021, com a função de prestar apoio e assessoramento ao Presidente e à Secretária do Tribunal de justiça nos temas relacionados à governança, gestão de riscos, *compliance* e controles internos, com atuação na Primeira e Segunda Linhas (Modelo das Três Linhas do *Institute of Internal Auditors*) no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná⁸.

Destarte, apresenta-se o Relatório de Controle Interno elaborado por esta unidade de auditoria, a fim de integrar a prestação de contas anual do Poder Judiciário do Estado Paraná para o exercício 2021, endereçada ao TCE/PR, **que inclui o Tribunal de Justiça e seus Fundos Especiais**.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná

As Constituições Federal e Estadual definem que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelos parlamentos respectivos, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder⁹.

A estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná (SCI) foi constituída originariamente por Órgão Gestor, representado pelo

⁸ Art. 1º, §1º, do Decreto Judiciário TJPR nº 91/2021, e Art. 19 da Resolução TJPR nº 289/2021.

⁹ Art. 70 da Constituição Federal de 1988 e 74 da Constituição do Estado do Paraná.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

então Núcleo de Controle Interno (NCI), Unidades Gestoras dos Processos de Trabalho e Unidades Executoras¹⁰.

O Núcleo de Controle Interno (NCI) foi estruturado pelo Decreto Judiciário nº 1.047/2009, vinculado à Presidência do TJPR, e tinha por objetivo coordenar, orientar, supervisionar e fiscalizar as atividades do Sistema de Controle Interno¹¹.

Em março de 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 308, que organiza as atividades de Auditoria Interna do Poder Judiciário, sob forma de sistema e cria a Comissão Permanente de Auditoria, e a Resolução nº 309, que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário (DIRAUD-Jud).

Em seus considerandos, a Resolução CNJ nº 309/2020 salienta que “*as práticas internacionais de auditoria valorizam a observância das diferenças conceituais entre controle interno e auditoria interna, de forma a não atribuir atividades de cogestão à unidade de auditoria interna*”. E o art. 74 deste ato normativo impõe que as unidades de Controle Interno que realizam auditorias deverão adotar a denominação Auditoria Interna, seguindo os padrões estabelecidos no organograma de cada órgão.

A partir disso, promoveram-se estudos, avaliações e adequações das normas vigentes, adotando-se a perspectiva de **auditoria interna** em detrimento do vigente modelo de controle interno.

Nessa perspectiva, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná aprovou a Resolução nº 274, de 26 de outubro de 2020, e instituiu o Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado do Paraná, pelo qual o Núcleo de Controle Interno passou a denominar-se **Departamento de Auditoria Interna (DAUDI)**, reportando-se funcionalmente ao Órgão Especial, por meio da apresentação de Relatório Anual de Auditoria Interna (RAAI), e administrativamente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

O Estatuto também dispôs sobre o propósito do DAUDI, que consiste na prestação de serviços de avaliação e consultoria destinados a agregar valor para melhorar os processos de trabalho no âmbito do PJPR¹².

¹⁰ Resoluções TJPR nº 14/2009 e 83/2013

¹¹ Art. 15 da Resolução TJPR nº 83/2013

¹² Art. 4º do Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado do Paraná.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Frise-se que a Resolução nº 274/2020 veda expressamente o exercício de atividades típicas de gestão, não sendo permitida a participação do DAUDI no curso regular dos processos administrativos, nem a realização de práticas que figurem como atos de gestão.

Tamanha mudança ainda resultou nas novas diretrizes do Sistema de Controle Interno, pela Resolução TJPR nº 289/2021, do Órgão Especial, que abrangem atividades desempenhadas por todas as unidades administrativas, serventias judiciais e extrajudiciais, além de entidades que percebam ou arrecadem recursos em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

O hodierno SCI passou a observar o modelo de gerenciamento de riscos fomentado internacionalmente, que consiste na atuação coordenada de três camadas do órgão, conhecida como *Modelo de Três Linhas do IIA – Institute of Internal Auditors*¹³, editado em 2020.

O Modelo das Três Linhas do The IIA



Modelo das Três Linhas do IIA 2020

¹³ Modelo das Três Linhas do IIA 2020 – Uma atualização das Três Linhas de Defesa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Importante ressaltar que o emprego dos termos "Primeira Linha, Segunda Linha e Terceira Linha" no contexto do Sistema de Controle Interno não pretendem denotar elementos estruturais, hierarquia ou operações sequenciais, mas tão somente promover uma diferenciação de funções no gerenciamento de riscos da Instituição¹⁴.

O Sistema de Controle Interno compõe-se de vários subsistemas que devem agir de forma harmoniosa, multidisciplinar, integrada e sob a égide de uma norma comum que lhe confira segurança jurídica¹⁵.

Os papéis da primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio. Os papéis de segunda linha fornecem assistência no gerenciamento de riscos, considerando inclusive o controle interno. Já a **terceira linha** é composta pela **auditoria interna**, que realiza avaliação e consultoria independentes e objetivas sobre a adequação e a eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.

Desse modo, com papel definido no Sistema de Controle Interno, o Departamento de Auditoria Interna busca agregar valor à instituição, com as indicações de pontos passíveis de melhoria nos processos de trabalho, de modo a auxiliar o Poder Judiciário do Estado do Paraná (PJPR) a alcançar seus objetivos.

1.2 Relação entre o Sistema de Controle Interno e os Fundos Especiais

Não é demais observar que o Sistema de Controle Interno do PJPR, dentre outros princípios e diretrizes, é orientado pela descentralização e segregação de funções¹⁶, cabendo às diversas unidades organizacionais (unidades administrativas, serventias judiciais, extrajudiciais e entidades que percebam ou arrecadem recursos em nome do Poder Judiciário) e aos agentes públicos o controle da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência dos seus atos, evitando-se, inclusive, a concentração de responsabilidades concomitantes no mesmo processo de trabalho.

Essas unidades agregam como principais atribuições a prevenção e a identificação de erros e ilegalidades, incumbindo-lhes o dever de desenvolver ações

¹⁴ Art. 4º, parágrafo único, da Resolução nº 289/2020-OE.

¹⁵ Castro, Rodrigo Pironti Aguirre de. Sistema de controle interno: uma perspectiva no modelo de Gestão Pública Gerencial. 3ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 132.

¹⁶ Art. 1º, I, da Resolução TJPR nº 289/2021.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

com o propósito de assegurar a correta edição dos atos administrativos, acompanhando, avaliando e verificando a observância da legalidade e legitimidade.

O Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná incide sobre as unidades e seus processos de trabalho, de modo a **compreender também os Fundos Especiais** instituídos por lei e vinculados à sua estrutura:

- a) Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (FUNREJUS) – Lei Estadual nº 12.216/1998;
- b) Fundo da Justiça (FUNJUS) – Lei Estadual nº 15.942/2008; e
- c) Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG) – Lei Estadual nº 17.838/2013.

Frise-se que recentemente houve a extinção do **Fundo Judiciário**, por meio da Lei Estadual nº 20.320/2020¹⁷.

Atualmente é no Departamento Econômico e Financeiro (DEF) que se desenvolvem tarefas e processos de trabalho relacionados à arrecadação, fiscalização, execução orçamentária, financeira e contábil de todos os Fundos Especiais do Poder Judiciário.

Depreende-se, portanto, que o desenvolvimento das atividades dos Fundos Especiais do Poder Judiciário do Estado do Paraná também se submete às políticas e procedimentos de controles existentes no Sistema de Controle Interno, cabendo aos integrantes das unidades que o compõe, quando da atuação em primeira e segunda linhas, comunicar quaisquer irregularidades identificadas.

1.3 Estrutura e composição do DAUDI

Durante a maior parte do ano de 2021 o DAUDI contou com 7 (sete) servidores, com formação acadêmica e experiência profissional diversas, formando uma equipe multidisciplinar¹⁸ importante ao desenvolvimento das atividades programadas.

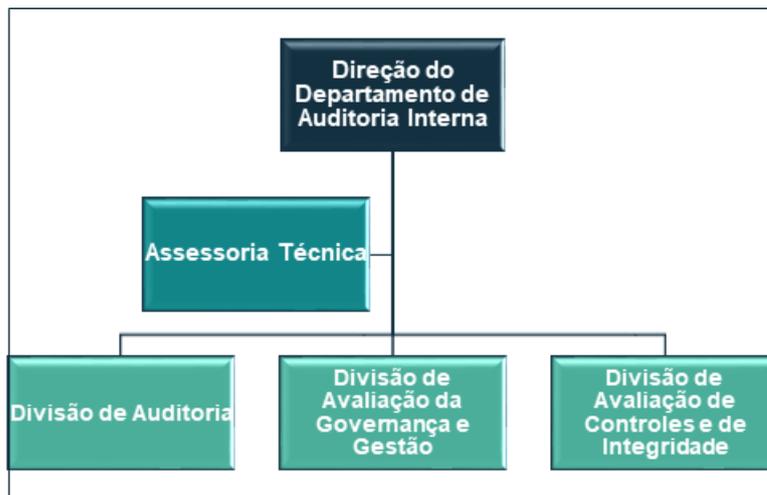
¹⁷ A Lei Estadual 20.320, de 11.09.2020, extinguiu o Fundo Judiciário criado pela Lei nº 15.337, de 22 de dezembro de 2006, e autorizou a transferência dos recursos desse fundo para o Poder Executivo.

¹⁸ Art. 11 e seguintes da Resolução nº 274/2020 do Órgão Especial.



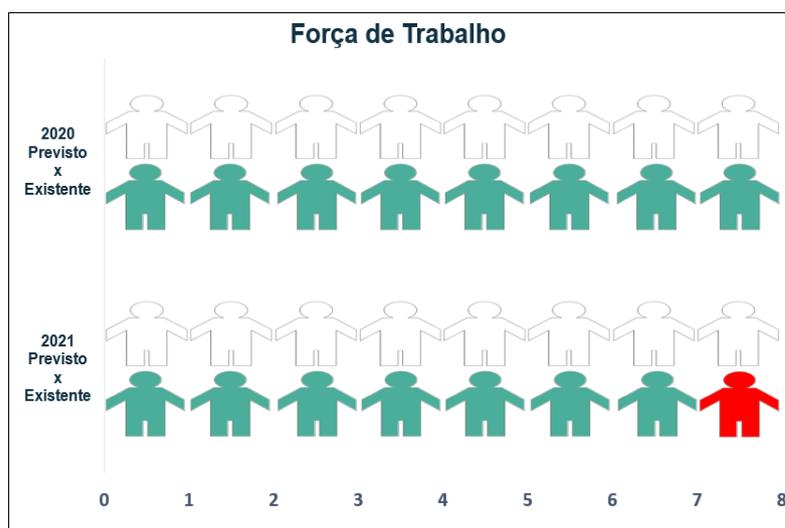
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

A estrutura do DAUDI, alinhada à Resolução TJPR nº 274/2020 e ao Decreto Judiciário TJPR nº 113/2021, pode ser representada pelo organograma a seguir:



Diante da relotação de 4 (quatro) servidores que integravam esta unidade no início de 2021, houve a designação de novo dirigente e 2 (dois) auditores internos – neste caso, por processo de seleção –, visando o preenchimento das vacâncias existentes.

Ainda assim, o DAUDI permanece com a ausência de um Assessor Técnico, o que corresponde a aproximadamente 12,5% da sua força de trabalho, situação que se mantém até o momento atual.

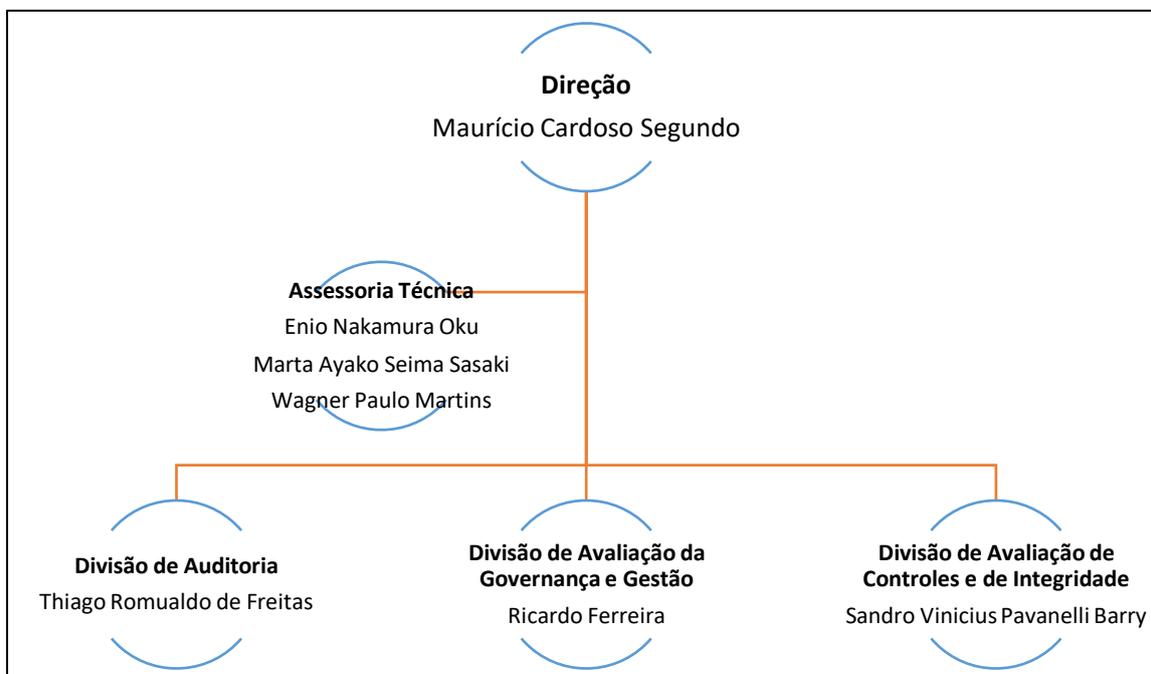


Força de Trabalho 2021



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

1.3.1 Composição do DAUDI em 31 de dezembro de 2021



1.3.2 Integrantes e formação acadêmica (2021)

a) **Enio Nakamura Oku:** cargo – Consultor Jurídico

Bacharel em Direito

Mestre em Direito Negocial (área de concentração: Direito Processual Civil)

Especialista em Direito Civil e Processo Civil

b) **Marta Ayako Seima Sasaki:** cargo – Contadora

Bacharel em Ciências Contábeis

Especialista em Gerência Contábil, Auditoria e Controladoria

MBA em Gestão Pública



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

MBA em Administração Pública e Governo

Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal

c) **Maurício Cardoso Segundo**: cargo – Consultor Jurídico

Bacharel em Ciências Militares

Bacharel em Direito

Especialista em Operações Militares

Especialista em Direito Animal

d) **Ricardo Ferreira**: cargo – Técnico Judiciário

Bacharel em Ciências Econômicas

MBA em Finanças e Controladoria

e) **Sandro Vinicius Pavanelli Barry**: cargo – Técnico Judiciário

Bacharel em Engenharia Elétrica

Especialista em Economia com ênfase em Engenharia de Negócios

f) **Thiago Romualdo de Freitas**: cargo – Consultor Jurídico

Bacharel em Direito

Especialista em Direito Processual: Grandes Transformações

Especialista em Licitações e Contratos Administrativos

g) **Wagner Paulo Martins**: cargo – Analista de Sistemas

Bacharel em Ciência da Computação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

MBA em Gestão de Tecnologia da Informação

Além da formação acadêmica consignada, os auditores internos possuem em seus registros funcionais inúmeras capacitações em nível de *formação complementar*, detalhadas no item 3 deste relatório, com a finalidade de atender às necessidades do DAUDI e das auditorias, avaliações e consultorias realizadas.

2. ATIVIDADES REALIZADAS PELO DAUDI EM 2021

2.1 Atividades Gerais

As atividades gerais são de natureza contínua e foram executadas em sua maior parte pelas unidades do DAUDI, nos limites das suas respectivas competências. Merecem destaque:

a) divulgação e sensibilização quanto ao funcionamento do Sistema de Controle Interno, regulamentado pela Resolução TJPR nº 289/2021;

b) divulgação e sensibilização de boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos;

c) orientação e acompanhamento junto às unidades administrativas no sentido de encaminhar as informações solicitadas pelo TCE/PR por meio do Canal de Comunicação (CACO), bem como outras decorrentes de Apontamento Preliminar de Acompanhamento (APA) via Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA)¹⁹;

d) orientação junto às unidades administrativas quanto à adoção e/ou aperfeiçoamento de procedimentos em razão de diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou do próprio Departamento de Auditoria Interna, quando determinados pelo Presidente deste Tribunal;

e) remessa quadrimestral de dados pelo Sistema Estadual de Informações – Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED), no módulo Controle Interno, previsto na Instrução Normativa TCE/PR nº 113/2015, e Instrução Normativa TJPR nº 7/2020;

¹⁹ Instrução Normativa TJPR nº 6/2020.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

f) Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, em cada quadrimestre, consoante as disposições do art. 54, inciso III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal²⁰.

g) Relatório e Parecer de Controle Interno, endereçado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, como parte integrante da prestação de contas anual do Poder Judiciário do Estado do Paraná, incluindo o Tribunal de Justiça e Fundos Especiais;

h) elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAA 2021) em versão atualizada;

i) estudos e proposição que resultaram no *Indicador Estratégico 50 – Efetividade das recomendações decorrentes da auditoria interna*, que integra o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná para o ciclo 2021/2026.

j) realização de Processo de Seleção para o preenchimento de vagas no Departamento de Auditoria Interna;

k) proposição que resultou na edição do Decreto Judiciário TJPR nº 113/2021, que redefine a estrutura orgânica e as atribuições do DAUDI;

l) proposição que resultou na edição do Decreto Judiciário TJPR nº 110/2021, que institui o Código de Ética da unidade de auditoria;

m) proposição que resultou na edição da Resolução TJPR nº 289/2021, que estabelece novas diretrizes do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

n) reformulação da página do DAUDI no portal do Tribunal de Justiça do Paraná;

²⁰ Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

(...)

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

(...)

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

o) coordenação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria TJPR nº 7383/2021 com a finalidade de realizar o levantamento de informações e evidências necessárias ao preenchimento de diagnóstico disponível no sistema *e-Prevenção*, em razão da adesão do Tribunal de Justiça do Paraná ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC);

p) facilitação para a adesão do Tribunal de Justiça do Paraná ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC);

q) facilitação para a celebração de Termo Aditivo para o ingresso do Tribunal de Justiça do Paraná na Rede de Controle da Gestão Pública – Paraná;

r) representação do Tribunal de Justiça do Paraná perante o Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud CNJ);

s) apresentação do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAAI 2020) ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná – reporte funcional realizado em julho/2021;

t) aprimoramento da metodologia baseada em riscos para a elaboração dos planos de auditoria;

u) apresentação do Plano Anual de Auditoria – PAA 2022;

v) apresentação do Plano Anual de Capacitação de Auditoria – PAC-Aud 2022;

w) facilitação junto ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria TJPR nº 9688/2021 para a elaboração de ato normativo com o fim de regulamentar a prática relacionada ao procedimento de aquisição e permuta de imóveis pelo Poder Judiciário;

x) facilitação junto ao Grupo instituído pela Portaria TJPR nº 9687/2021 para estudos aprofundados sobre a aplicabilidade da Ata de Registro de Preços para Serviços Comuns de Engenharia, e, ainda, com o fim de elaborar ato normativo em atendimento ao item III-b.2 da decisão 6844175;

y) facilitação junto ao Grupo instituído pela Portaria TJPR nº 10451/2021 para implantação do Programa de Governança Institucional (GT-Gov);



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

z) facilitação junto à Comissão Temporária de Estudos visando a implementação de previdência complementar a servidores e magistrados no âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná (Portaria TJPR nº 2070/2021);

aa) facilitação junto à Comissão Temporária instituída pela Portaria TJPR nº 3553/2021 para elaboração de proposta do Código de Ética e Conduta para os servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

2.2 Atividades Específicas

Na sequência, apresentam-se as ações específicas desenvolvidas pelo DAUDI em 2021, dentre auditorias, avaliações e consultorias, com especial atenção às recomendações encaminhadas às unidades e respectivos gestores.

As atividades, que têm por objetivo o cumprimento das exigências contidas nos artigos 74 da Constituição da República e 78 da Constituição do Estado do Paraná, encontram-se sequenciadas na forma como programadas no Plano Anual de Auditoria – PAA 2021 – 1ª Atualização²¹.

Frise-se que a unidade de auditoria concluiu 9 (nove) atividades programadas no PAA 2021 (versão atualizada), restando apenas 1 (uma) em fase final de execução:

Auditorias, outras avaliações e consultorias programadas (PAA 2021 – Atualização)		Status
1 ²²	Acompanhamento da Auditoria de Governança em TI	Concluída
2	Acompanhamento da Auditoria em Gestão Documental	
4	Consultoria na construção do Programa de Qualidade para o DAUDI	
8	Acompanhamento da Auditoria em Contratos de Vigilância	
15	Revisar os procedimentos relativos às atividades do DAUDI – Manual e Fluxo de Auditoria	
16	Avaliação da fase de planejamento das obras e serviços de engenharia	
17	Elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2022/2025)	

²¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

²² Número de cada atividade prevista no Plano Anual de Auditoria – PAA 2021 (versão atualizada).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

18	Acompanhamento da Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento e Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil	
19	Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças (em continuidade)	
5	Avaliação de Controles – LGPD	Transferida
3	Avaliação da Transparência Institucional	Cancelada
6	Avaliação da gestão do cadastro de imóveis do Poder Judiciário	
9	Avaliação da metodologia e do inventário de riscos	
10	Consultoria em Governança Institucional – Programa de Governança e Integridade	
11	Avaliação das políticas, diretrizes e normas de governança institucional das contratações	
7	Avaliação da Política de Acessibilidade – Ação Coordenada CNJ	Em execução

As auditorias e os monitoramentos (acompanhamentos) realizados pelo DAUDI levaram ao conhecimento dos gestores as situações encontradas, permitindo-lhes a visão sobre os processos de trabalho e os procedimentos executados, com objetivo de racionalizar e otimizar a utilização dos recursos disponíveis e as providências necessárias pelos responsáveis.

As auditorias, avaliações e consultorias foram executadas de acordo com as normas e os procedimentos vigentes, fundamentadas nos registros e documentos analisados, necessários à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Desse modo, segue o maior detalhamento das atividades para permitir a adequada análise pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

2.2.1 Atividades concluídas

Consideram-se *concluídas* as auditorias em sentido estrito, monitoramentos (acompanhamentos) e outras avaliações executadas e que resultaram na elaboração e assinatura de Relatório Final, submetido ao Diretor do DAUDI, à Presidência, à unidade auditada e, quando couber, ao Gabinete da Secretária²³.

²³ Arts. 25, 30, inciso VI, e 34, § 2º, da Instrução Normativa TJPR nº 56/2021.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Depreende-se que o DAUDI concluiu efetivamente 90% das atividades previstas no PAA 2021 – versão atualizada²⁴.

2.2.2 Atividades transferidas

Transferidas são as atividades planejadas e não executadas, porém com previsão de inclusão no *Plano Anual de Auditoria 2022* ou diretriz prevista no *Plano Anual de Longo Prazo 2022-2025*. Apenas 1 (uma) atividade encontra-se nesta condição, pelas seguintes razões:

Atividade 5 – Avaliação de Controles – LGPD

Essa atividade foi excluída do PAA 2021 “em razão da recente edição das Resoluções nº 273/2020, do Órgão Especial, e nº 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça”²⁵.

Ponderou-se, à época dos estudos para a modificação do PAA 2021, que a avaliação seria mais eficaz após a implementação pelo TJPR das mudanças necessárias referentes às novas disposições.

Ademais, como não havia a obrigatoriedade da realização da avaliação em 2021, houve a possibilidade de transferi-la para outro momento mais adequado.

Com isso, a atividade foi incluída dentre os temas e áreas auditáveis no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025²⁶ e no Plano Anual de Auditoria – PAA 2022, sob o título “Avaliação das políticas, diretrizes e normas relativas à privacidade dos dados das pessoas físicas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná”, com previsão de execução nos meses de fevereiro a março de 2022²⁷.

²⁴ Para o cálculo, foram suprimidas as atividades canceladas e transferidas.

²⁵ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

²⁶ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)

²⁷ Plano Anual de Auditoria 2022 (PAA 2022) – SEI nº 0137164-96.2021.8.16.6000 (doc. 7084382)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Número:	5
Atividade:	Avaliação das políticas, diretrizes e normas relativas à privacidade dos dados das pessoas físicas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Descrição:	Avaliar o cumprimento das diretrizes da Lei 13.709/2018 (LGPD), Recomendação CNJ 73/2020 e Resolução TJPR 273/2020 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Escopo:	Determinações contidas na Lei 13.709/2020 (Lei Geral de Proteção de Dados) e atos infralegais expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça e Poder Judiciário do Estado do Paraná.
Tipo de trabalho:	Auditoria de Conformidade/Compliance
Cadeia de Valor:	Governança
Macroprocesso:	Gerir Riscos e Conformidade
Processo:	Gerir Conformidade
Unidade(s) auditada(s):	Unidades administrativas e judiciárias
Macrodesafios (CNJ):	Aprendizado e Crescimento: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
Objetivo Estratégico (TJPR):	12 – Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Nível de risco:	Alto
Período de execução:	fev/22 a mar/22
Dimensionamento da equipe:	3 Auditor(es)

2.2.3 Atividades canceladas

Canceladas são as atividades não iniciadas em virtude de fato novo, que provocou a revisão/atualização do Plano Anual de Auditoria (PAA).

Das atividades originariamente previstas, 5 (cinco) delas foram excluídas pelas seguintes razões:

a) **Atividade 3 – Avaliação da Transparência Institucional**

A atividade foi excluída após a revisão do PAA 2021, em razão da criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – NGRC (Decreto Judiciário TJPR nº 91/2021) e da aprovação do Programa de Governança Institucional do TJPR, o qual anuncia inúmeras práticas do mecanismo de controle relacionadas à Transparência e Prestação de Contas:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

PRÁTICA DE GOVERNANÇA	MEDIDAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO DE EXECUÇÃO
Promover a Transparência e Prestação de Contas <i>Iniciativa: Promover a Transparência Ativa e Passiva</i>	Estabelecer meios para assegurar a transparência ativa e passiva às partes interessadas; Propor alternativas para ampliar o acesso à Ouvidoria-Geral da Justiça às partes interessadas.	Ouvidoria-Geral da Justiça Comissão de Qualidade do TJPR Grupo de Trabalho para a Reformulação do Portal da Transparência	Desenvolver ações até dezembro de 2021.
Promover a Transparência e Prestação de Contas <i>Iniciativa: Reformular o Portal da Transparência</i>	Promover a avaliação e reformulação do Portal da Transparência, de modo a promover uma transparência ativa às partes interessadas e com dados disponibilizados de forma aderente aos princípios de dados abertos.	Grupo de Trabalho de Reformulação do Portal da Transparência	Desenvolver ações até dezembro de 2021.
Promover a Transparência e Prestação de Contas <i>Iniciativa: Prestar contas às partes interessadas</i>	Promover meios para prestar contas da atuação organizacional, de forma acessível, disponível e com informações de interesse geral.	Grupo de Trabalho a ser constituído oportunamente	Desenvolver ações até dezembro de 2022.
Promover a Transparência e Prestação de Contas <i>Iniciativa: Estabelecer Canal de Denúncias</i>	Estabelecer um canal para recebimento de manifestações das partes interessadas, com a garantia de sigilo do denunciante nos termos da lei; Estabelecer os procedimentos para recebimento, encaminhamento e tratamento das manifestações; Designar instâncias responsáveis por apurar e tratar os desvios éticos e infrações disciplinares cometidas por agentes da instituição e os desvios éticos cometidos por pessoas jurídicas contra a instituição. Padronizar os procedimentos para apuração e tratamento dos desvios éticos e promover a capacitação das comissões processantes.	Ouvidoria-Geral da Justiça	Até dezembro de 2021.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Nota-se que a maior parte dessas ações previstas no Programa de Governança foram programadas para execução até dezembro de 2021, e uma delas até dezembro de 2022.

Com isso, vislumbra-se que o DAUDI terá o cenário mais adequado à realização de avaliação após esse período.

De todo modo, sem ostentar a natureza de atividade obrigatória para o exercício 2021, a “Transparência Institucional” foi incluída dentre as áreas e temas auditáveis previstos no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025²⁸.

b) Atividade 6 – Avaliação da gestão do cadastro de imóveis do Poder Judiciário

A *atividade 6* foi substituída no PAA 2021 (versão atualizada) pela *atividade 16 (Avaliação da fase de planejamento das obras e serviços de engenharia)*, “considerando os estudos preliminares realizados pela atual equipe multidisciplinar e a relevância do tema no âmbito do Poder Judiciário do Paraná”²⁹.

Como a sua execução não trazia caráter obrigatório para o exercício 2021, também foi incluída dentre as áreas e temas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³⁰.

c) Atividade 9 – Avaliação da metodologia do inventário de riscos

Essa avaliação foi excluída em revisão do PAA 2021, levando-se em conta a criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – NGRC (Decreto Judiciário nº 91/2021), que tem como competência “prover suporte técnico e metodológico ao Presidente e ao Secretário do Tribunal de Justiça para o estabelecimento de políticas

²⁸ Plano Anual de Longo Prazo (PALP 2022/2025) – SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)

²⁹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

³⁰ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

e diretrizes internas de governança, gestão de riscos, compliance e controles internos”³¹.

Importante ressaltar o Manual de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Paraná foi aprovado recentemente pelo Decreto Judiciário TJPR nº 461/2021.

Desse modo, o tema “Inventário de Riscos” será submetido à avaliação noutro momento, motivo pelo qual foi incluído dentre as áreas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³².

d) *Atividade 10 – Consultoria em Governança Institucional – Programa de Governança e Integridade*

A exclusão dessa atividade quando da revisão do PAA 2021 levou em consideração a criação do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance – NGRC (Decreto Judiciário nº 91/2021), que detém competência sobre o tema.

Observa-se, ademais, que o Programa de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Paraná foi elaborado ao longo de 2021 e aprovado pela Presidência em 5 de agosto do mesmo ano³³.

Desse modo, o tema “Programa de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Paraná” será submetido à avaliação noutro momento, motivo pelo qual foi incluído dentre as áreas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³⁴.

³¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642) e Art. 3º, III, do Decreto Judiciário TJPR nº 91/2021

³² Plano Anual de Longo Prazo (PALP 2022/2025) – SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)

³³ SEI nº 0022453-78.2021.8.16.6000 (docs. 6653007 e 6658292)

³⁴ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

e) **Atividade 11 – Avaliação das políticas, diretrizes e normas de governança institucional das contratações**

O PAA 2021 aponta as razões para a exclusão dessa atividade, notadamente o “prazo para a entrada em vigência da Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça⁴, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário, e a data prevista para a sua realização”³⁵.

Como consequência, houve a sua reavaliação para que a execução ocorra somente após a implementação da aludida política, permitindo que a atuação do DAUDI seja mais efetiva.

Verifica-se, ainda, que no Programa de Governança Institucional do TJPR há previsão de práticas do mecanismo de liderança para promover a governança de contratações, as quais seriam concluídas até outubro de 2021.

Estabelecer o Modelo de Governança <i>Iniciativa: Promover a Governança de Contratações</i>	Estabelecer as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança de contratações; Estabelecer as diretrizes de gestão, de integridade e de riscos nas contratações; Regulamentar e dar publicidade ao Modelo de Governança de Contratações.	Grupo de Trabalho para Implantação da Governança de Contratações (GT-GovCon)	Estabelecer o Modelo de Governança de Contratações: até outubro de 2021, tendo em vista as disposições da Resolução CNJ nº 347/2020.
--	---	--	--

Desse modo, considerando outro o momento oportuno para essa avaliação, a temática foi incluída dentre as áreas auditáveis previstas no Plano Anual de Longo Prazo – PALP 2022/2025³⁶.

³⁵ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)

³⁶ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7084389)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

2.2.4 Atividade em execução

Ocorre quando a execução da atividade ultrapassou o exercício para o qual foi inicialmente programada – no caso, exercício 2021.

A **atividade 7 - Avaliação da Política de Acessibilidade – Ação Coordenada CNJ** encontra-se na sua fase final. Nota-se que o Relatório Preliminar de Auditoria Interna nº 02/2021 foi elaborado e disponibilizado pela Equipe de Trabalho³⁷.

Destaque-se que, por determinação do próprio Conselho Nacional de Justiça, a avaliação limitou seu escopo à *Acessibilidade Digital*³⁸.

Registre-se, ainda, a realização de reunião de apresentação dos achados preliminares de auditoria, em 25, 26 e 27 de janeiro do corrente ano, restando apenas o Relatório Final, com previsão de finalização e encaminhamento à Presidência em breve.

2.2.5 Atividades previstas em planos de exercícios anteriores

Além das atividades extraídas do PAA 2021 e enumeradas na planilha do item 2.2, o DAUDI realizou 2 (dois) monitoramentos (em continuidade), previstos em Planos Anuais de Controle Interno (PACI) anteriores a 2021:

a) Monitoramento de auditoria interna sobre o processo de controle de materiais de consumo – SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000;

b) Monitoramento da atividade de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial – SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000.

³⁷ SEI nº 0071329-64.2021.8.16.6000 (doc. 7155822)

³⁸ SEI nº 0071329-64.2021.8.16.6000 (doc. 6577657)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

2.2.6 Requisição de Documentos e Informações nº 02/2021 – SEI nº 0144394-92.2021.8.16.6000

A Requisição de Documentos e Informações nº 02/2021, endereçada à Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Paraná (EJUD-PR), não constou no Plano Anual de Auditoria – PAA 2021, porquanto foi identificada a necessidade de informações acerca da seleção e contratação com retribuição financeira pelo exercício da atividade docente somente ao final do exercício.

A requisição foi encaminhada à EJUD-PR em 15.12.2021³⁹, que prestou informações ao DAUDI em 28.01.2021⁴⁰.

No momento, as informações recebidas encontram-se em fase de análise pela equipe de auditores internos, e suas conclusões serão objeto de prestação de contas anual referente ao exercício 2022.

3. DOS PRINCIPAIS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS, AVALIAÇÕES E CONSULTORIAS REALIZADAS EM 2021

3.1 Atividade 1 – Acompanhamento da Auditoria de Governança em TI – SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000

O Acompanhamento da Auditoria nos conteúdos de Governança, Gestão, Riscos e Controle de Tecnologia da Informação e Comunicação tem por objetivo verificar se as recomendações constantes do Relatório Final de Auditoria nº 01/2018–NCI⁴¹, acolhidas por deliberação presidencial em 29.01.2020⁴², foram implementadas pelas unidades responsáveis, sobretudo o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC).

³⁹ SEI nº 0144394-92.2021.8.16.6000 (7142338 e 7145491)

⁴⁰ SEI nº 0144394-92.2021.8.16.6000 (7250081 e 7250129)

⁴¹ SEI nº 0009496-50.2018.8.16.6000 (doc. 4263262)

⁴² SEI nº 0009496-50.2018.8.16.6000 (doc. 4781864)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 02/2021 foi finalizado em 13.08.2021⁴³, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações ainda não foram atendidas.

Resumo das recomendações		
Atendida	13	28%
Parcialmente Atendida ou em atendimento	1	2%
Não Atendida	29	63%
Prejudicada	3	7%
TOTAL	46	100,00%

Registre-se que houve decurso de quase dois anos entre as conclusões da auditoria e do monitoramento⁴⁴, mantendo-se as recomendações *não atendidas* em níveis elevados.

Ademais, é possível extrair do Relatório de Monitoramento as questões em que incidem maior número de recomendações e o seu *status* de atendimento.

⁴³ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 6718688)

⁴⁴ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 7050751)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Questão de auditoria	Número de recomendações			
	Atendida	Parcialmente atendida	Não atendida	Prejudicada
1 Políticas e diretrizes definidas para a governança e gestão de TIC	1		1	
2 Suporte dos planos estratégicos institucional e de TIC à governança e à gestão de TIC	4	1	3	1
3 Gerenciamento das necessidades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas e à força de trabalho da área de TIC	2		5	
4 Gerenciamento dos processos de gestão de TIC			5	
5 Planejamento das contratações de TIC	6		13	2
Despacho presidencial			2	
TOTAIS	13	1	29	3

Depreende-se das conclusões desse Relatório que:

a) restou demonstrado que foram poucos os avanços nos processos de Governança, Gestão, Riscos e Controle de TIC;

b) os resultados refletem no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), que tem por finalidade mediar a maturidade em TIC dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ;

c) o processo de Gestão de Tecnologia da Informação obteve o índice de 35,3% (estágio “iniciando”) por ocasião do Diagnóstico do Nível de Governança Institucional de 2020 realizado pelo então Núcleo de Controle Interno – atual DAUDI;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Gestão de TI	4210. Realizar planejamento de tecnologia da informação	100,0%	35,3%	Iniciando
	4220. Gerir serviços de tecnologia da informação	62,5%		
	4230. Gerir nível de serviço de tecnologia da informação	0,0%		
	4240. Gerir riscos de tecnologia da informação	15,0%		
	4250. Definir políticas de responsabilidades para a gestão da segurança da informação	52,5%		
	4260. Estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança da informação	37,5%		
	4270. Executar processo de software	0,0%		
	4280. Gerir projetos de tecnologia da informação	15,0%		

d) ambos os resultados (iGovTIC-JUD e Diagnóstico de Governança Institucional de 2020) reforçam a necessidade de adoção de mecanismos de governança e gestão que possibilitem maior eficiência e eficácia dos serviços de TIC, melhor uso dos recursos públicos e da prestação de serviços à sociedade.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná deliberou acerca das considerações feitas no referido Relatório e determinou o cumprimento das recomendações pelas unidades responsáveis e Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da apresentação de plano de ação, conclusão de projeto e estudos, além da elaboração de planejamento de capacitação específico e detalhado destinado à equipe técnica do DTIC⁴⁵.

Posteriormente, o Presidente determinou o retorno do expediente ao DTIC para apresentação de Plano de Ação, concedendo-lhe novo prazo de 60 (sessenta) dias⁴⁶.

⁴⁵ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 7050751)

⁴⁶ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (docs. 7176637 e 7232745)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

3.2 Atividade 2 – Monitoramento da Auditoria de Gestão Documental – SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000

O Monitoramento da Auditoria de Gestão Documental tem por objetivo verificar se as recomendações constantes do Relatório Final de Auditoria nº 02/2020-NCI⁴⁷, acolhidas por deliberação presidencial em 20.04.2021⁴⁸, foram implementadas pelas unidades responsáveis.

O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 06/2021 foi finalizado em 04.03.2022⁴⁹, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações não foram atendidas.

Resumo das recomendações		
Atendida	4	9,52%
Parcialmente Atendida ou em atendimento	8	19,05%
Não Atendida	30	71,43%
TOTAL	42	100,00%

Infere-se que houve decurso de quase um ano entre a conclusão da auditoria e a expedição do seu Relatório de Monitoramento⁵⁰, encontrando-se as recomendações *não atendidas* no percentual de **71,43%**.

Extraí-se das conclusões do monitoramento que o baixo atendimento das recomendações compromete o atingimento **(i)** dos objetivos do Programa de Gestão

⁴⁷ SEI nº 0090591-68.2019.8.16.6000 (doc. 5797358).

⁴⁸ SEI nº 0090591-68.2019.8.16.6000 (doc. 6277775).

⁴⁹ SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000 (doc. 7374780).

⁵⁰ SEI nº 0021790-32.2021.8.16.6000 (doc. 7050751).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Documental do TJPR, instituído pela Resolução 106/2014, (ii) da Resolução CNJ nº 324/2020 e (iii) das normas constitucionais relacionadas ao Processo de Trabalho de Gestão Documental⁵¹.

De outra sorte, a Equipe de Trabalho ressaltou a modificação promovida no art. 1º, § 1º, da Resolução TJPR nº 106/2014, que “centralizou no Departamento de Gestão Documental (DGD) e na Comissão Permanente de Avaliação Documental as funções de capitanear a política de gestão documental e os procedimentos e operações técnicas para a correta gestão dos documentos, sem distinguir grau de jurisdição”⁵².

Ressaltou também que essa medida vai ao encontro do disposto no Decreto Judiciário nº 611/2019 (Cadeia de Valor do TJPR) e na Resolução CNJ nº 324/2020, e permite ao DGD aperfeiçoar o processo de Gestão de Documentos do Tribunal de Justiça e, por consequência, atingir as finalidades do Programa de Gestão Documental do TJPR.

Concluída a atividade, o Relatório será submetido em breve à Presidência desta Corte para análise e deliberação acerca do monitoramento das recomendações feito pelo DAUDI.

3.3 Atividade 4 – Consultoria na construção do Programa de Qualidade – SEI nº 0059507-78.2021.8.16.6000

A consultoria realizada pelo DAUDI foi finalizada, e resultou na aprovação da Instrução Normativa TJPR nº 69/2021, que “Dispõe sobre a instituição e manutenção do Programa de Qualidade e Melhoria de Auditoria do Tribunal de Justiça do Paraná (PQ-AUD TJPR)”⁵³.

O PQ-AUD TJPR possibilitará a melhoria da qualidade dos trabalhos individuais desenvolvidos pela unidade de auditoria, como também a avaliação em termos de aderência às normas, ao código de ética, aos padrões definidos, reduzindo o tempo de tramitação dos processos de auditoria, o retrabalho e ampliando a eficácia e a efetividade das propostas de encaminhamento.

⁵¹ SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000 (doc. 7374780)

⁵² SEI nº 0047189-63.2021.8.16.6000 (doc. 7374780)

⁵³ SEI nº 0059507-78.2021.8.16.6000 (doc. 6750349)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

3.4 Atividade 8 – Acompanhamento da Auditoria em Contratos de Vigilância – SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000

O Acompanhamento da Auditoria em Contratos de Vigilância tem por objetivo avaliar o cumprimento das recomendações do Relatório Final de Auditoria nº 001/2020⁵⁴, acolhido por deliberação presidencial em 15.10.2020⁵⁵.

O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 05/2021⁵⁶ foi finalizado em 23.09.2021, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações foram atendidas ou encontram-se em desenvolvimento.

Resumo das recomendações		
Atendida	3	50%
Parcialmente Atendida ou em atendimento	3	50%
Não Atendida	0	0%
TOTAL	6	100,00%

O DAUDI identificou avanços nos processos de trabalho e controles internos em conformidade com as disposições do Relatório Final de Auditoria Interna e respectiva deliberação presidencial⁵⁷.

De igual modo, não se deduziu “a ausência de ações tampouco adoção de providências incapazes de atender as recomendações”⁵⁸.

⁵⁴ SEI nº 0084252-93.2019.8.16.6000 (doc. 5283994)

⁵⁵ SEI nº 0084252-93.2019.8.16.6000 (doc. 5682096)

⁵⁶ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 6845957)

⁵⁷ SEI nº 0084252-93.2019.8.16.6000 (doc. 5283994 e 5682096)

⁵⁸ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 6845957)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu o referido Relatório de Monitoramento, em 07.10.2021⁵⁹, determinando providências às unidades administrativas, mormente ao Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados (DGST), Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) e Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), para o integral atendimento das recomendações.

Em derradeiro acompanhamento, o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NGRC)⁶⁰ ressaltou que “as determinações presidenciais foram cumpridas ou ações estão em andamento para o seu cumprimento”, e procedeu a remessa do expediente ao DGST para a formalização do Mapa/Matriz de Riscos em todas as contratações da unidade, além de consignar eventuais dificuldades quanto às ações que ainda se encontram em andamento.

3.5 Atividade 15 – Revisão dos procedimentos relativos às atividades do DAUDI – Manual e Fluxo de Auditorias – SEI nº 0051184-84.2021.8.16.6000

O DAUDI efetuou a revisão dos procedimentos relacionados às suas atividades, definindo o fluxo dos processos de trabalho das auditorias, avaliações e consultorias, com proposta que provocou a edição da Instrução Normativa TJPR nº 56/2021, que “Disciplina os procedimentos relativos às atividades de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná”.

3.6 Atividade 16 – Avaliação da fase de planejamento das obras e serviços de engenharia – SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000

A *atividade 16* tem por objetivo avaliar o planejamento para execução de obras e serviços de engenharia, e seu escopo abrangeu a “Obra no Edifício Pery Moreira”.

Durante o planejamento da avaliação, o DAUDI identificou os seguintes riscos que justificaram a sua execução⁶¹:

- Falta de planejamento pode levar a aquisições inadequadas;

⁵⁹ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 6892129)

⁶⁰ SEI nº 0071121-80.2021.8.16.6000 (doc. 7327991).

⁶¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

- Má utilização de recursos públicos;
- Risco à segurança e à saúde de servidores.

A requisição de documentos e informações que deu início à atividade foi encaminhada em março à unidade responsável. O Relatório Final de Avaliação nº 01/2021⁶² foi apresentado no dia 30.08.2021, e resultou em 14 achados:

- a) Inexistência de normas para aquisição e permuta de imóveis;
- b) Inconformidades no planejamento da contratação;
- c) Inexistência de ato normativo que oriente sobre o adequado uso de ata de registro de preços (ARP) para contratação de obras e serviços de engenharia;
- d) Deficiência na fiscalização e na instrução do procedimento instaurado pelo SEI para registro dos atos referentes à obra;
- e) Ausência de formalização dos estudos e projetos sobre acessibilidade arquitetônica;
- f) Exercício de responsabilidade técnica não prevista para o cargo no Departamento de Engenharia e Arquitetura;
- g) Inexistência de ato normativo acerca de Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico nas obras de engenharia;
- h) Necessidade de implementação adequada de plano de segurança contra incêndio e pânico no edifício Pery Moreira;
- i) Riscos na ocupação do edifício Pery Moreira;
- j) Inexistência de formalização das razões da escolha da solução de ar-condicionado e avaliação dos riscos de curtos-circuitos decorrentes da instalação de 112 aparelhos de ar condicionado;
- k) Ausência de juntada do Cálculo do Tráfego nos Elevadores no expediente SEI;
- l) Ausência de estudos acerca da alocação da EJUD no edifício Pery Moreira;

⁶² SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000 (doc. 6669917)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

- m) Problemas de manutenção/correção de infiltrações nas esquadrias de alumínio do edifício;
- n) Falhas de controle na execução contratual.

Em relação aos achados, o DAUDI fez 28 (vinte e oito) recomendações, e concluiu que o TJPR “encontra-se exposto a riscos no planejamento das suas obras e serviços de engenharia”, porquanto, em síntese⁶³:

- a) o processo de aquisição/permuta de imóveis não se encontra normatizado;
- b) as obras e serviços de engenharia carecem de processos mapeados;
- c) revelou-se prudente o início das obras e serviços somente após o levantamento de todas as intervenções necessárias, limitado a celebração de aditivos aos serviços efetivamente posteriores à contratação, garantindo a previsibilidade no desembolso e nas estimativas de fruição da obra;
- d) destacou-se a importância da correta instrução do processo de contratação e o efetivo acompanhamento da execução do objeto contratual;
- e) a necessidade de capacitação dos servidores do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

As recomendações foram acolhidas pelo Presidente do TJPR⁶⁴, que determinou providências às diversas unidades responsáveis, como a apresentação de plano de ação para o cumprimento das determinações, a criação de grupos de trabalho e estudos aprofundados para a elaboração de atos normativo referentes ao **(i)** procedimento de aquisição e permuta de imóveis e **(ii)** planejamento e/ou execução de obras e serviços de engenharia, além da realização estudos e apresentação de soluções para o problema de desvio de função apontado no citado Relatório.

As medidas adotadas até então pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura (DEA) encontram-se registradas nos despachos 6966768 e 7032048.

⁶³ SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000 (doc. 6669917).

⁶⁴ SEI nº 0030289-05.2021.8.16.6000 (doc. 6874175).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

O Gabinete da Secretária certificou algumas ações que se encontram em curso, e fez referência aos procedimentos nº 0128080-71.2021.8.16.6000, 0128134-37.2021.8.16.6000 e 0120857-67.2021.8.16.6000, em trâmite nesta Corte.

Por fim, destaque-se que o DAUDI realizará o monitoramento dessa atividade, com o intuito de averiguar o cumprimento das recomendações acolhidas no Relatório Final de Avaliação nº 01/2021, conforme previsão no Plano Anual de Auditoria 2022:

Número:	1
Atividade:	Monitoramento - Avaliação da fase de planejamento de obras e serviços de engenharia
Descrição:	Avaliar o cumprimento das recomendações acolhidas do Relatório Final de Avaliação nº 01/2021.
Escopo:	Recomendações constantes no Relatório Final de Avaliação nº 01/2021.
Tipo de trabalho:	Acompanhamento/Monitoramento
Cadeia de Valor:	Suporte Administrativo
Macroprocesso:	Gerir Patrimônio, Logística e Serviços Gerais
Processo:	Gerir Infraestrutura Predial
Unidade(s) auditada(s):	DEA - Departamento de Engenharia e Arquitetura
Macrodesafios (CNJ):	Processos Internos: Aperfeiçoamento da Gestão administrativa e da governança judiciária
Objetivo Estratégico (TJPR):	09 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Período de execução:	ago/22 a out/22
Dimensionamento da equipe:	3 Auditor(es)

3.7 Atividade 17 – Elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2022/2025) – SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000

O Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) é o instrumento que contém a proposta relativa às auditorias a serem realizadas nos quatro anos da sua vigência, e a sua elaboração encontra respaldo nas Resoluções CNJ nº 309/2020, e TJPR nº 274/2020.

Seu objetivo maior é definir, orientar e planejar as ações de auditoria a serem desenvolvidas pelo DAUDI, e deverá conter, no mínimo, as áreas ou temas auditáveis em sentido amplo e os objetivos das avaliações que recaem sobre eles.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

A elaboração do PALP 2022-2025 contou com o auxílio do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria TJPR nº 6893/2021, e sua aprovação pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná ocorreu em 1º de dezembro de 2021⁶⁵.

3.8 Atividade 18 – Acompanhamento da Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira – SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000

O Acompanhamento da Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira tem por objetivo avaliar o cumprimento das recomendações acolhidas no Relatório Final de Auditoria Interna nº 02/2019 – NCI⁶⁶, por deliberação presidencial datada de 17.04.2020⁶⁷.

O Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 01/2021⁶⁸ foi finalizado em 30.07.2021, e a Equipe de Trabalho concluiu que a maior parte das recomendações foram atendidas ou se encontram em desenvolvimento.

Resumo das recomendações		
Atendida	3	37,5%
Parcialmente Atendida ou em atendimento	3	37,5%
Não Atendida	2	25%
TOTAL	8	100,00%

O DAUDI identificou avanços nos processos de trabalho em conformidade com as disposições do Relatório Final de Auditoria Interna e deliberações presidenciais

⁶⁵ SEI nº 0137182-20.2021.8.16.6000 (doc. 7085126)

⁶⁶ SEI nº 0038041-96.2019.8.16.6000 (doc. 4325326)

⁶⁷ SEI nº 0038041-96.2019.8.16.6000 (doc. 4677844)

⁶⁸ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 6636271)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

supervenientes⁶⁹, porém destacou duas questões que merecem reavaliação por parte da gestão, “visando ao alinhamento entre a prática da unidade e o comando presidencial”⁷⁰:

a) não se verifica a fixação de “*data inicial o dia 10/07 e data final o dia 10/08 de cada ano*” no cronograma anual de elaboração de orçamento, assim como não se constata justificativa para o desatendimento;

b) as prioridades do Poder Judiciário para serem incluídas na proposta da LDO do exercício fiscal seguinte devem ser comunicadas por ofício “*anualmente*” ao “*Governador do Estado, com cópia ao Secretário da Fazenda*”, “*até o dia 21/03 de cada ano*”, conforme determinado nas decisões do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná⁷¹.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu as recomendações do Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 01/2021, em 23.08.2021⁷², e determinou providências aos Departamentos de Planejamento (DPLAN) e Econômico e Financeiro (DEF).

Em manifestação posterior, o DAUDI observou que algumas das respostas constantes das manifestações 6910491 e 6960837, do DEF e DPLAN, respectivamente, apenas “reiteram **explicações já examinadas** durante os trabalhos de auditoria e monitoramento”, e destacou que as providências determinadas na Decisão presidencial nº 6734652 “devem ser efetivamente realizadas pelas unidades responsáveis”⁷³.

As unidades auditadas (DPLAN e DEF) tomaram ciência das considerações feitas pelo DAUDI, com o intuito da adoção de ações para dar o integral cumprimento das recomendações de auditoria⁷⁴, enquanto o NGRC incluiu o procedimento em acompanhamento especial⁷⁵.

⁶⁹ SEI nº 0038041-96.2019.8.16.6000 (docs. 4677844 e 5914757)

⁷⁰ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 6636271).

⁷¹ Item “d” do Despacho nº 4677844 - P-GP e item “c” da Decisão nº 5914757 - P-GP.

⁷² SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 6734652).

⁷³ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 7141447).

⁷⁴ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (docs. 7146246 e 7216154).

⁷⁵ SEI nº 0033821-84.2021.8.16.6000 (doc. 7154563).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

3.9 Atividade 19 – Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças (em continuidade) – SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000

A Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças tem por objetivo avaliar se o Balanço Patrimonial apresenta valores condizentes com o patrimônio do Poder Judiciário (bens, direitos e obrigações).

Seu escopo consiste em “avaliar se os valores correspondentes a Caixa e Equivalentes de Caixa estão apresentados, com razoável segurança, livres de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis do Poder Judiciário do Estado do Paraná”⁷⁶.

Durante a elaboração do PAA 2021, identificou-se como risco as inadequações no registro e apresentação da situação patrimonial do Poder Judiciário.

Duas questões principais foram propostas para direcionar os trabalhos pelos auditores internos:

a) os valores de conta corrente bancária refletem a aplicação de políticas contábeis apropriadas?

b) os valores de aplicações financeiras, e os reflexos de seus respectivos rendimentos, condizem com políticas contábeis apropriadas?

O volume financeiro envolvido corresponde a R\$ 2.499.734.747,96, referente ao valor da conta contábil Tribunal de Justiça e Fundos Especiais⁷⁷.

Esta auditoria foi iniciada em 2019, e o Relatório Final de Auditoria Interna nº 003/2020-DAUDI⁷⁸ resultou em 4 (quatro) achados, a saber:

a) inadequação na classificação contábil de “aplicações financeiras”;

b) ausência de contabilização de movimentações financeiras;

⁷⁶ Plano Anual de Auditoria 2021 – versão atualizada.

⁷⁷ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6657181)

⁷⁸ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6657181)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

c) inadequações na contabilização dos recursos destinados ao fundo rotativo;

d) divergência entre o total movimentado em conta bancária e o total registrado na contabilidade.

Em relação aos achados, o DAUDI fez 8 (oito) recomendações, acolhidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em 25.08.2021⁷⁹.

O DEF noticiou as ações adotadas para atender à determinação presidencial – manifestação 6966338 (SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000) –, porém, segundo a própria unidade, algumas ações carecem de respostas ao ofício encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) em 04.10.2021⁸⁰.

De todo modo, o NGRC reforçou “a necessidade do gestor indicar neste SEI eventuais ações ou desdobramentos que cooperem para ao integral cumprimento da determinação presidencial.”⁸¹.

Não é demais ressaltar que o DAUDI realizará atividade de monitoramento dessa auditoria, conforme o quadro abaixo:

Número:	2
Atividade:	Monitoramento da Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças
Descrição:	Avaliar o cumprimento das recomendações acolhidas pelo Presidente do Tribunal no Relatório Final nº 03/2020.
Escopo:	Recomendações constantes do Relatório Final nº 03/2020.
Tipo de trabalho:	Acompanhamento/Monitoramento
Cadeia de Valor:	Suporte Administrativo
Macroprocesso:	Gerir Orçamento, Finanças e Contabilidade
Processo:	Realizar Gestão Contábil
Unidade(s) auditada(s):	DEF - Departamento Econômico e Financeiro
Macrodesafios (CNJ):	Aprendizado e Crescimento: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
Objetivo Estratégico (TJPR):	11 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.
Período de execução:	jul/22 a ago/22
Dimensionamento da equipe:	2 Auditor(es)

⁷⁹ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6741840)

⁸⁰ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 6880071)

⁸¹ SEI nº 0061514-14.2019.8.16.6000 (doc nº 7145042)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

3.10 Atividade prevista nos planos de exercícios anteriores – Monitoramento de auditoria interna sobre o processo de controle de materiais de consumo – SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000

O Monitoramento de Auditoria Interna sobre o processo de controle de materiais de consumo constitui a continuidade da atividade realizada em 2019, que resultou no Relatório de Acompanhamento de Auditoria Interna nº 02/2019⁸².

Essa atividade foi finalizada em 20.08.2021, com a expedição do Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 03/2021⁸³. Consta neste documento que a maioria das recomendações já haviam sido atendidas em monitoramentos anteriores. Contudo, em relação às recomendações ou deliberações presidenciais ainda pendentes, algumas ações encontram-se em desenvolvimento ou precisam ser concluídas, conforme se observa no seguinte quadro resumo:

Resumo das determinações presidenciais/recomendações remanescentes		
Atendida	1	11,1%
Em atendimento	3	33,3%
Não Atendida	5	55,5%

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu o Relatório de Monitoramento de Auditoria Interna nº 03/2021, em 10.09.2021, e determinou providências aos Departamentos de Patrimônio, Engenharia e Arquitetura e de Tecnologia da Informação e Comunicação⁸⁴.

⁸² SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 4598938)

⁸³ SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 6728388)

⁸⁴ SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 6792358)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Atualmente, o Núcleo de Governança, Riscos e Compliance do Tribunal encontra-se realizando o acompanhamento da implementação das recomendações de auditoria determinadas na decisão presidencial 6792358⁸⁵.

3.11 Atividade prevista nos planos de exercícios anteriores – Monitoramento da atividade de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial – SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000

O Monitoramento de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial constitui atividade realizada em continuidade aos monitoramentos realizados em 26.04.2019, 14.04.2020 e 30.01.2021⁸⁶.

Essa atividade foi finalizada em 01.10.2021 com a expedição do Relatório de Monitoramento nº 04/2021⁸⁷, oportunidade em que Equipe de Trabalho concluiu que “grande parte das recomendações foram atendidas em atividades de monitoramento anteriores”, porém indicou a situação em que se encontram as determinações/recomendações remanescentes:

Resumo das determinações presidenciais/recomendações remanescentes		
Atendida	2	33,3%
Em atendimento	4	66,6%
Não Atendida	0	0%

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu o Relatório de Monitoramento nº 04/2021, em 08.11.2021, e determinou providências aos Departamentos de Engenharia e Arquitetura e de Gestão de Recursos Humanos⁸⁸.

⁸⁵ SEI nº 0026937-10.2019.8.16.6000 (doc. 7321291)

⁸⁶ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 3942216, 5045310 e 6014618)

⁸⁷ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 6878246)

⁸⁸ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 7000746)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Por fim, a Secretária do Tribunal de Justiça determinou a remessa do expediente ao “NGRC deste Tribunal para acompanhamento das ações e medidas a serem adotadas pelos Departamentos e, se necessário, posterior adoção de providências”⁸⁹.

4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

As atividades de auditoria e controle são orientadas por princípios e normas nacionais e internacionais, razão pela qual é indispensável a constante atualização de conteúdos e a apreensão de técnicas para o desenvolvimento das atribuições desta unidade.

As ações de capacitação têm por finalidade desenvolver competências para a realização das atividades previstas no Plano Anual de Auditoria (PAA) e Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), além de preparar o auditor interno nas melhores técnicas e boas práticas relacionadas às suas rotinas, aprendizado de novos conceitos e metodologias, atualização de conhecimento, especialização e aperfeiçoamento em temas específicos, buscando-se a excelência no exercício da prática profissional.

Não é por outra razão que as Resoluções CNJ nº 309/2020 e TJPR 274/2020 estabelecem regras específicas para a capacitação dos auditores, com previsão inclusive de riscos de cancelamento da atividade se não for disponibilizada as qualificações necessárias e requeridas.

Nesse sentido, o Plano de Capacitação 2021 (PAC-AUD 2021) constituiu instrumento eficaz e orientador, e teve sua aprovação pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em 18.12.2020⁹⁰.

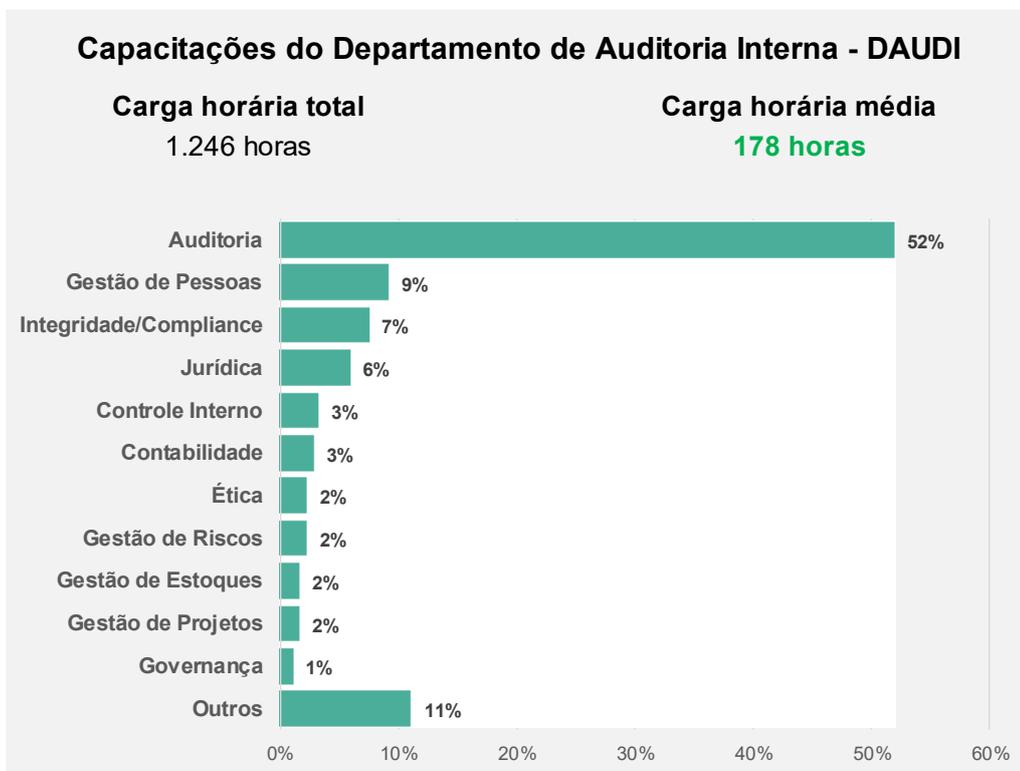
A par disso, e levando-se em conta os dados extraídos dos sistemas do Tribunal de Justiça do Paraná, identificam-se cursos que foram oferecidos pela Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR) ou executados por iniciativa dos próprios integrantes do DAUDI, por áreas de conhecimento delimitadas no gráfico a seguir:

⁸⁹ SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000 (doc. 7004023)

⁹⁰ SEI nº 0129819-16.2020.8.16.6000 (doc. 5911352)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



Essas capacitações totalizaram 1.246 horas de atividades de aperfeiçoamento (formação complementar) concluídas pelos integrantes do DAUDI ao longo de 2021, resultando na média de **178 horas por servidor**.

Além de suprir lacunas de conhecimento a partir de temas previstos no PAA 2021, contemplaram cursos de formação básica de auditores, a exemplo do “Curso de Formação de Auditores Internos – Nível Básico – AUDI 1 com ênfase em órgãos públicos”, oferecido pelo Instituto de Auditores Internos – IIA Brasil.

Essas ações também vão ao encontro da necessidade de qualificação de 3 (três) novos servidores naquele exercício, atendendo-se ao disposto no art. 27, § 3.º e 4.º, da Resolução TJPR nº 274/2020.

Por derradeiro, registre-se que esta unidade de auditoria ainda participou do / *Encontro do Judiciário Paranaense contra a Corrupção*, realizado em 08.12.2021, compondo inclusive o painel que abordou o tema “O fortalecimento do sistema de controle Interno como instrumento de prevenção à corrupção”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

5. CONCLUSÃO

O presente Relatório de Controle Interno registra as ações desenvolvidas no decorrer do ano de 2021 pelo Departamento de Auditoria Interna, com vistas a dar atendimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAA/2021) e cumprir seu papel institucional no Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As atividades desenvolvidas objetivaram sempre o fortalecimento do ambiente de controle necessário a adequada resposta aos riscos da organização, ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho e ao atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

Nesse desiderato, a atuação do DAUDI pautou-se prioritariamente no seu papel como integrante da **Terceira Linha do Sistema de Controle Interno**, com objetividade e independência, exercendo sua função precípua de realizar avaliações e consultorias para cumprir sua missão e propósito definidos pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Por fim, com as ações realizadas e a devida prestação de contas às partes interessadas, espera-se que a atuação do DAUDI contribua para o contínuo fortalecimento dos princípios da governança pública, garantindo, desta forma, a obtenção dos resultados demandados pela sociedade e a entrega do valor institucional pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Desse modo, considerando o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido pelo DAUDI sobre os atos de gestão no ano de 2021, a partir das auditorias, avaliações, monitoramentos e consultorias que recaem sobre o Tribunal de Justiça do Paraná, FUNREJUS, FUNJUS e FUNSEG, em atendimento às determinações legais e regulamentares, apresenta-se o presente relatório ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Curitiba (PR), 07 de março de 2022.

(Assinado digitalmente)

MAURÍCIO CARDOSO SEGUNDO

Diretor do Departamento de Auditoria Interna



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Departamento de Auditoria Interna (DAUDI) sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2021, do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Tribunal de Justiça e Fundos Especiais (FUNREJUS, FUNJUS e FUNSEG) a ele vinculados –, em conformidade com o Plano Anual de Auditoria Interna (PAA 2021 – atualização¹), e em atendimento às determinações legais e regulamentares (em especial, Resoluções CNJ nº 308 e 309/2020, Resoluções TJPR nº 274/2020 e 289/2021 e Parecer nº 02/2013 SCI/Presi/CNJ), e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela REGULARIDADE da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Curitiba (PR), 07 de março de 2022.

(Assinado digitalmente)

MAURÍCIO CARDOSO SEGUNDO
Diretor do Departamento de Auditoria Interna

¹ SEI nº 0122497-42.2020.8.16.6000 (doc. 6221642)



Tribunal de Justiça do Paraná

Departamento Econômico Financeiro

O item V da Instrução Normativa nº 168 de 06 de dezembro de 2021 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não se aplica a prestação de contas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Em 28 de março de 2022.

LEONIR VALMORBIDA

Coordenador de Execução Orçamentária,
Financeira e Contábil

ROSÂNGELA DANIELE CAMPOS SILVA

Contadora CRC 45232/O-8
Departamento Econômico Financeiro

ANEXO 2 DA LEI Nº 4320/64
DEMONSTRATIVO DA RECEITA
UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

No Data Selected

ANEXO 2 DA LEI Nº 4320/64
NATUREZA DA DESPESA - POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA
05	TRIBUNAL DE JUSTICA	2.176.944.489,66	2.176.944.489,66	2.176.944.489,66
0501	TRIBUNAL DE JUSTICA	2.176.944.489,66	2.176.944.489,66	2.176.944.489,66
30000000	DESPESAS CORRENTES			2.176.944.489,66
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.955.912.697,11
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.699.060.317,22	
31900100	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	449.122,47		
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.368.761.173,07		
31901300	Obrigações Patronais	32.166.461,35		
31901600	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.944.215,76		
31909200	Despesas de Exercícios Anteriores	11.503.899,21		
31909400	Indenizações e Restituições Trabalhistas	283.119.719,64		
31909600	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	115.725,72		
31910000	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS,FUNDOS E ENTID. INTEG. ÓRG. FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		256.852.379,89	
31911300	Obrigações Patronais	255.637.379,89		
31919200	Despesas de Exercícios Anteriores	1.215.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			221.031.792,55
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		214.610.032,02	
33900800	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	886.965,27		
33901400	Diárias - Pessoal Civil	2.945.472,74		
33903000	Material de Consumo	250.000,00		
33903600	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	57.945,77		
33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.184.364,19		
33904600	Auxílio-Alimentação	80.927.367,12		
33904700	Obrigações Tributárias e Contributivas	42.586,72		
33904800	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	108.977.435,87		
33904900	Auxílio-Transporte	15.084.913,10		
33909200	Despesas de Exercícios Anteriores	4.202.987,27		
33909300	Indenizações e Restituições	49.993,97		
33910000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORÇ. FISCAL E DA SEG. SOCIAL		6.421.760,53	
33919700	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	6.421.760,53		
	TOTAL GERAL			2.176.944.489,66

ANEXO 10 DA LEI Nº 4320/64

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

No Data Selected

ANEXO 11 DA LEI Nº 4320/64
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
		CRÉDITOS	CRÉDITOS	TOTAL		
		ORÇAMENTÁRIOS	ESPECIAIS			
		E SUPLEMENTARES	E EXTRAORDINÁRIOS			
05	TRIBUNAL DE JUSTICA	2.176.944.514,00	.00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34
0501	TRIBUNAL DE JUSTICA	2.176.944.514,00	.00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.176.944.514,00	.00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.955.912.707,00	.00	1.955.912.707,00	1.955.912.697,11	9,89
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.699.060.326,00	.00	1.699.060.326,00	1.699.060.317,22	8,78
31900100	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	449.123,00	.00	449.123,00	449.122,47	,53
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.368.761.174,00	.00	1.368.761.174,00	1.368.761.173,07	,93
31901300	Obrigações Patronais	32.166.462,00	.00	32.166.462,00	32.166.461,35	,65
31901600	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.944.218,00	.00	2.944.218,00	2.944.215,76	2,24
31909200	Despesas de Exercícios Anteriores	11.503.900,00	.00	11.503.900,00	11.503.899,21	,79
31909400	Indenizações e Restituições Trabalhistas	283.119.723,00	.00	283.119.723,00	283.119.719,64	3,36
31909600	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	115.726,00	.00	115.726,00	115.725,72	,28
31910000	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS,FUNDOS E ENTID. INTEG. ÓRG. FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	256.852.381,00	.00	256.852.381,00	256.852.379,89	1,11
31911300	Obrigações Patronais	255.637.381,00	.00	255.637.381,00	255.637.379,89	1,11
31919200	Despesas de Exercícios Anteriores	1.215.000,00	.00	1.215.000,00	1.215.000,00	,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	221.031.807,00	.00	221.031.807,00	221.031.792,55	14,45
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	214.610.046,00	.00	214.610.046,00	214.610.032,02	13,98
33900800	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	886.967,00	.00	886.967,00	886.965,27	1,73
33901400	Diárias - Pessoal Civil	2.945.474,00	.00	2.945.474,00	2.945.472,74	1,26
33903000	Material de Consumo	250.000,00	.00	250.000,00	250.000,00	,00
33903600	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	57.947,00	.00	57.947,00	57.945,77	1,23
33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.184.365,00	.00	1.184.365,00	1.184.364,19	,81
33904600	Auxílio-Alimentação	80.927.369,00	.00	80.927.369,00	80.927.367,12	1,88
33904700	Obrigações Tributárias e Contributivas	42.587,00	.00	42.587,00	42.586,72	,28
33904800	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	108.977.438,00	.00	108.977.438,00	108.977.435,87	2,13
33904900	Auxílio-Transporte	15.084.914,00	.00	15.084.914,00	15.084.913,10	,90
33909200	Despesas de Exercícios Anteriores	4.202.990,00	.00	4.202.990,00	4.202.987,27	2,73
33909300	Indenizações e Restituições	49.995,00	.00	49.995,00	49.993,97	1,03
33910000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS	6.421.761,00	.00	6.421.761,00	6.421.760,53	,47

ANEXO 11 DA LEI Nº 4320/64
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA		TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS			
	E ENTID. INTEG. DOS ORÇ. FISCAL E DA SEG. SOCIAL					
33919700	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	6.421.761,00	,00	6.421.761,00	6.421.760,53	,47
	TOTAL	2.176.944.514,00	,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34

ANEXO 11-A DA LEI Nº 4320/64

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE - SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR ESPÉCIE

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
		CRÉDITOS	CRÉDITOS	TOTAL		
		ORÇAMENTÁRIOS	ESPECIAIS			
		E SUPLEMENTARES	E EXTRAORDINÁRIOS			
05	TRIBUNAL DE JUSTICA	2.176.944.514,00	,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34
0501	TRIBUNAL DE JUSTICA	2.176.944.514,00	,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34
6005	PROMOVER E ADMINISTRAR AS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS DE 2º GRAU DE JURISDIÇÃO - TJ	761.439.736,00	,00	761.439.736,00	761.439.729,48	6,52
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	696.127.577,00	,00	696.127.577,00	696.127.573,95	3,05
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	696.127.577,00	,00	696.127.577,00	696.127.573,95	3,05
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.312.159,00	,00	65.312.159,00	65.312.155,53	3,47
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	65.312.159,00	,00	65.312.159,00	65.312.155,53	3,47
6007	ATIVIDADE CORREICIONAL - TJ	503.524,00	,00	503.524,00	503.523,11	,89
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	503.524,00	,00	503.524,00	503.523,11	,89
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	503.524,00	,00	503.524,00	503.523,11	,89
6016	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA ESTADUAL DO PARANÁ - 1º E 2º GRAU DE JURISDIÇÃO - ESEJE	74.009,00	,00	74.009,00	74.008,50	,50
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.617,00	,00	45.617,00	45.616,50	,50
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	45.617,00	,00	45.617,00	45.616,50	,50
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.392,00	,00	28.392,00	28.392,00	,00
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	28.392,00	,00	28.392,00	28.392,00	,00
6038	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO PARANÁ - 1º E 2º GRAU DE JURISDIÇÃO	389.522,00	,00	389.522,00	389.520,93	1,07
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	330.891,00	,00	330.891,00	330.890,77	,23
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	330.891,00	,00	330.891,00	330.890,77	,23
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.631,00	,00	58.631,00	58.630,16	,84
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	58.631,00	,00	58.631,00	58.630,16	,84
6226	GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU DE JURISDIÇÃO - TJ	1.358.277.291,00	,00	1.358.277.291,00	1.358.277.279,35	11,65
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.249.226.499,00	,00	1.249.226.499,00	1.249.226.493,42	5,58
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	1.249.226.499,00	,00	1.249.226.499,00	1.249.226.493,42	5,58
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109.050.792,00	,00	109.050.792,00	109.050.785,93	6,07
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	109.050.792,00	,00	109.050.792,00	109.050.785,93	6,07
6426	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA - 1º GRAU DE JURISDIÇÃO - TJ	8.513,00	,00	8.513,00	8.512,20	,80

ANEXO 11-A DA LEI Nº 4320/64

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE - SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR ESPÉCIE

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
		CRÉDITOS	CRÉDITOS	TOTAL		
		ORÇAMENTÁRIOS	ESPECIAIS			
		E SUPLEMENTARES	E EXTRAORDINÁRIOS			
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.513,00	,00	8.513,00	8.512,20	,80
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	8.513,00	,00	8.513,00	8.512,20	,80
9002	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - TJ	56.209.332,00	,00	56.209.332,00	56.209.329,37	2,63
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.182.123,00	,00	10.182.123,00	10.182.122,47	,53
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	10.182.123,00	,00	10.182.123,00	10.182.122,47	,53
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.027.209,00	,00	46.027.209,00	46.027.206,90	2,10
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	46.027.209,00	,00	46.027.209,00	46.027.206,90	2,10
9152	ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	42.587,00	,00	42.587,00	42.586,72	,28
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.587,00	,00	42.587,00	42.586,72	,28
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	42.587,00	,00	42.587,00	42.586,72	,28
	TOTAL	2.176.944.514,00	,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34

ANEXO 17 DA LEI Nº 4.320/64
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR / SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	,00	,00	,00	,00
RESTOS A PAGAR E SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	,00	4.512.201.174,02	4.509.603.391,26	2.597.782,76
SUBTOTAL (1)	,00	4.512.201.174,02	4.509.603.391,26	2.597.782,76
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	,00	,00	,00	,00
CAUÇÕES	733.247,05	1.238.517,26	1.807.565,17	164.199,14
CONSIGNAÇÕES	,00	714.846.386,93	709.875.416,82	4.970.970,11
GARANTIAS	,00	,00	,00	,00
ENTIDADES ESTADUAIS CREDORAS	,00	,00	,00	,00
OUTROS DEPÓSITOS	3.291.916,35	,00	3.291.916,35	,00
SOMA (1)	4.025.163,40	716.084.904,19	714.974.898,34	5.135.169,25
RECEITA DE TERCEIROS	,00	,00	,00	,00
PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL	,00	,00	,00	,00
PARTICIPAÇÕES DIVERSAS	39.796.266,58	31.012.250,78	70.808.517,36	,00
SOMA (2)	39.796.266,58	31.012.250,78	70.808.517,36	,00
SUBTOTAL (2)	43.821.429,98	747.097.154,97	785.783.415,70	5.135.169,25
DÉBITOS DE TESOURARIA	,00	,00	,00	,00
EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA	,00	,00	,00	,00
OBRIGAÇÕES INTRAGOVERNAMENTAIS	980.340.519,61	1.435.906.817,99	1.300.598.360,52	1.115.648.977,08
SOMA (3)	980.340.519,61	1.435.906.817,99	1.300.598.360,52	1.115.648.977,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	,00	7.684.615,66	7.684.615,66	,00
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.024.161.949,59	6.702.889.762,64	6.603.669.783,14	1.123.381.929,09

Nota 1: Como informação adicional, apenas para fins de análise, foram inclusos Restos a Pagar Não Processados.

RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	9.156.435,10	252.005.829,78	207.576.053,73	53.586.211,15
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	,00	265.855.066,83	,00	265.855.066,83

Nota 2: Segundo as Normas do PCASP, a Dívida Flutuante corresponde ao Passivo Financeiro Circulante (conta contábil 2.1.0.0.0.00.00.00, Atributo Financeiro "F") e Não Circulante (conta contábil 2.2.0.0.0.00.00.00, Atributo Financeiro "F"), bem como as Contas Contábeis 6.2.2.1.3.05.00.00 (Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar Não Processados) e 6.3.1.1.0.00.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar)

DEMONSTRATIVO DE SALDO DE EMPENHO – POR EXERCÍCIO, CREDOR E EMPENHO

ÓRGÃO: 00500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

PERÍODO: 12/21

UNIDADE/SUBUNIDADE: 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Ano do												Saldo	
Empenho	Credor	Nome Credor	CNPJ/CPF	Dt Contábil	No Empenho	Tipo	Estorno	Natureza Despesa	Projeto Atividade	Fonte	Pagar	Em Liqu. + Liquidar	
2020	87	FUNDO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO P	17.578.066/0001-66	30/12/20	20001261	OU	NÃO	31919264	6005	0000000100		1.880.000,00	
2021	87	FUNDO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO P	17.578.066/0001-66	28/12/21	21001073	OU	NÃO	31909264	6005	0000000100		280.000,00	
TOTAL CREDOR												2.160.000,00	
2021	88	FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DO PARAN	17.577.996/0001-03	28/12/21	21001074	OU	NÃO	31909264	6005	0000000100		1.620.000,00	
TOTAL CREDOR												1.620.000,00	
2019	112820	GENTE SEGURADORA SA	90.180.605/0001-02	22/01/19	19000076	OU	NÃO	33903969	4226	0000000100		180,63	
2019	112820	GENTE SEGURADORA SA	90.180.605/0001-02	22/01/19	19000077	OU	NÃO	33903969	4005	0000000100		161,16	
2019	112820	GENTE SEGURADORA SA	90.180.605/0001-02	25/01/19	19000086	OU	NÃO	33903969	4226	0000000100		8.796,12	
2019	112820	GENTE SEGURADORA SA	90.180.605/0001-02	25/01/19	19000087	OU	NÃO	33903969	4005	0000000100		4.876,92	
TOTAL CREDOR												14.014,83	
2019	130451	COPY CITY REPRODUCAO DE IMAGENS LTD	84.852.102/0001-25	16/05/19	19000541	OU	NÃO	33903983	4005	0000000100		17.865,17	
TOTAL CREDOR												17.865,17	
2021	142384	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29.979.036/0173-88	18/02/21	21000119	OU	SIM	33904724	9152	0000000100	3.196,05		
2021	142384	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29.979.036/0173-88	16/12/21	21001067	OU	NÃO	31901301	6226	0000000100	1.517.785,10		
2021	142384	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	29.979.036/0173-88	16/12/21	21001068	OU	NÃO	31901301	6005	0000000100	1.076.801,61		
TOTAL CREDOR											2.597.782,76		
2018	161276	HELIO GONDEK AUTOVIDROS	81.193.641/0001-01	18/04/18	18000583	OU	NÃO	33903919	4005	0000000100		135,00	
TOTAL CREDOR												135,00	
2020	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	29/12/20	20001255	OU	NÃO	31909203	6005	0000000100		7.525.478,49	
2020	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	29/12/20	20001256	OU	NÃO	31909203	6226	0000000100		844.801,41	
2020	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	29/12/20	20001259	OU	NÃO	31909405	6005	0000000100		43.303.796,25	
2021	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	28/12/21	21001072	OU	NÃO	31909203	6005	0000000100		9.205.317,00	
2021	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	28/12/21	21001075	OU	NÃO	31909401	6005	0000000100		59.010.700,00	
2021	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	28/12/21	21001076	OU	NÃO	31909405	6005	0000000100		9.224.408,00	
2021	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	28/12/21	21001077	OU	NÃO	31909401	6226	0000000100		95.734.073,00	
2021	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	28/12/21	21001078	OU	NÃO	31909405	6226	0000000100		80.782.000,00	
2021	211467	TJ FOLHA DE PAGAMENTO	77.821.841/0001-94	28/12/21	21001079	OU	NÃO	31909401	9002	0000000100		9.733.000,00	
TOTAL CREDOR												315.363.574,15	

DEMONSTRATIVO DE SALDO DE EMPENHO – POR EXERCÍCIO, CREDOR E EMPENHO

ÓRGÃO: 00500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

PERÍODO: 12/21

UNIDADE/SUBUNIDADE: 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Ano do												Saldo	
Empenho	Credor	Nome Credor	CNPJ/CPF	Dt Contábil	No Empenho	Tipo	Estorno	Natureza Despesa	Projeto Atividade	Fonte	Pagar	Em Liq. + Liquidar	
2018	385918	VIDRAMA VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA	05.269.124/0006-03	12/12/18	18001598	OU	NÃO	33903919	4005	0000000100		120,00	
										TOTAL CREDOR		120,00	
										TOTAL UNIDADE / SUBUNIDADE	2.597.782,76	319.175.709,15	

DEMONSTRATIVO DE SALDO DE EMPENHO – POR EXERCÍCIO, CREDOR E EMPENHO

ÓRGÃO: 00500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

PERÍODO: 12/21

UNIDADE/SUBUNIDADE: 05012702 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Ano do												Saldo	
Empenho	Credor	Nome Credor	CNPJ/CPF	Dt Contábil	No Empenho	Tipo	Estorno	Natureza Despesa	Projeto Atividade	Fonte	Pagar	Em Liq. + Liquidar	
2021	104063	ASSOCIACAO BENEFICENTE SAO FRANCISC	06.019.110/0001-81	08/02/21	21000106	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		20.990,98	
											TOTAL CREDOR	20.990,98	
2021	107301	CMC - CENTRAL MEDICA CASCAVEL EIREL	08.911.792/0001-68	08/02/21	21000103	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		7.545,14	
											TOTAL CREDOR	7.545,14	
2021	113904	HOESP - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE S	06.958.776/0001-03	08/02/21	21000101	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		4.319,22	
											TOTAL CREDOR	4.319,22	
2021	113960	HOSPITAL CATARATAS LTDA	01.418.453/0001-03	08/02/21	21000108	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		14.313,21	
											TOTAL CREDOR	14.313,21	
2021	113963	HOSP. DE CARID. SAO VICENTE DE PAUL	77.893.469/0001-21	08/02/21	21000098	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		14.779,52	
											TOTAL CREDOR	14.779,52	
2021	114676	INSTITUTO BOM JESUS	06.339.994/0001-51	08/02/21	21000096	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		465,92	
											TOTAL CREDOR	465,92	
2021	114931	IRMANDADE DA SANTA CASA DE LONDRINA	78.614.971/0001-19	08/02/21	21000104	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		20.158,40	
											TOTAL CREDOR	20.158,40	
2021	114932	SANTA CASA DE CURITIBA	76.613.835/0001-89	08/02/21	21000109	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		41.367,50	
2021	114932	SANTA CASA DE CURITIBA	76.613.835/0001-89	08/02/21	21000110	OU	NÃO	33903950	6005	0000000100		58.937,50	
											TOTAL CREDOR	100.305,00	
2021	115027	ISSAL - INSTITUTO DE SAUDE SAO LUCA	08.092.615/0001-05	08/02/21	21000100	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		3.043,77	
											TOTAL CREDOR	3.043,77	
2021	119246	MISERICORDIA DE JACAREZINHO	78.209.558/0001-79	08/02/21	21000099	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		4.757,00	
											TOTAL CREDOR	4.757,00	
2021	123427	REDE DE ASSIST. A SAUDE METROPOLITA	05.550.451/0001-16	08/02/21	21000105	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		20.140,55	
											TOTAL CREDOR	20.140,55	
2021	124590	SANTA CASA DE MIS. DE PONTA GROSSA	80.238.926/0001-59	08/02/21	21000107	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100		25.540,80	

DEMONSTRATIVO DE SALDO DE EMPENHO – POR EXERCÍCIO, CREDOR E EMPENHO

ÓRGÃO: 00500 - TRIBUNAL DE JUSTICA

PERÍODO: 12/21

UNIDADE/SUBUNIDADE: 05012702 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Ano do												Saldo	
Empenho	Credor	Nome Credor	CNPJ/CPF	Dt Contábil	No Empenho	Tipo	Estorno	Natureza Despesa	Projeto Atividade	Fonte	Pagar	Em Liq. + Liquidar	
										TOTAL CREDOR	25.540,80		
2021	125476	SISTEMA INTEGRADO DE SAUDE DO NORTE	06.353.041/0001-48	08/02/21	21000095	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100	6.666,00		
										TOTAL CREDOR	6.666,00		
2021	125588	SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO	60.975.737/0062-73	08/02/21	21000097	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100	3.834,52		
										TOTAL CREDOR	3.834,52		
2021	125610	SOCIEDADE HOSPITALAR BELTRONENSE LT	77.812.519/0001-07	08/02/21	21000102	OU	NÃO	33903950	6226	0000000100	18.708,80		
										TOTAL CREDOR	18.708,80		
										TOTAL UNIDADE / SUBUNIDADE	265.568,83		
										TOTAL ÓRGÃO	2.597.782,76	319.441.277,98	
RESUMO GERAL DO EXERCÍCIO POR FONTE - ÓRGÃO: 00500													
										0000000100	2.597.782,76	319.441.277,98	
										TOTAL	2.597.782,76	319.441.277,98	

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	10000000000	1			ATIVO	3.328.932.069,12	9.329.079.280,74	9.058.123.895,68	3.599.887.454,18
	11000000000	2			ATIVO CIRCULANTE	1.326.101.472,53	8.648.695.193,28	8.413.401.654,82	1.561.395.010,99
	11100000000	3			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.320.286.606,14	5.701.408.652,77	6.670.021.158,06	351.674.100,85
	11110000000	4			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.320.286.606,14	5.701.408.652,77	6.670.021.158,06	351.674.100,85
	11111000000	5			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	1.320.286.606,14	5.701.408.652,77	6.670.021.158,06	351.674.100,85
F	11111190000	6			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.320.286.606,14	5.701.408.652,77	6.670.021.158,06	351.674.100,85
	11300000000	3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.571,91	2.943.208.032,85	1.738.904.416,83	1.204.312.187,93
	11310000000	4			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	,00	263,00	,00	263,00
	11311000000	5			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	,00	263,00	,00	263,00
P	11311020000	6			SUPRIMENTO DE FUNDOS	,00	263,00	,00	263,00
	11350000000	4			DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER	,00	2.796.709.632,11	1.592.509.963,68	1.204.199.668,43
	11351000000	5			DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	,00	2.796.709.632,11	1.592.509.963,68	1.204.199.668,43
F	11351010000	6			DEPÓSITOS E CAUÇÕES RELATIVOS A CONTRATOS OU CONVENÇÕES	,00	1.238.257,24	1.074.058,10	164.199,14
F	11351080000	6			CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	,00	2.124.958.379,88	1.027.084.441,28	1.097.873.938,60
F	11351080100	7			CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	,00	2.124.958.379,88	1.027.084.441,28	1.097.873.938,60
F	11351090000	6			CONSIGNAÇÕES	,00	39.255.180,04	35.568.586,95	3.686.593,09
F	11351990000	6			OUTROS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	631.257.814,95	528.782.877,35	102.474.937,60
	11380000000	4			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	8.571,91	146.498.137,74	146.394.453,15	112.256,50
	11381000000	5			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	8.571,91	146.498.137,74	146.394.453,15	112.256,50
P	11381120000	6			CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	,00	88.764,33	,00	88.764,33
	11381980000	6			CRÉDITOS CURTO PRAZO	8.571,91	146.409.373,41	146.394.453,15	23.492,17
F	11381980100	7			CRÉDITOS CURTO PRAZO F	8.571,91	146.409.373,41	146.394.453,15	23.492,17

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	11500000000	3			ESTOQUES	5.806.294,48	4.078.507,66	4.476.079,93	5.408.722,21
	11560000000	4			ALMOXARIFADO	5.806.294,48	4.078.507,66	4.476.079,93	5.408.722,21
	11561000000	5			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	5.806.294,48	4.078.507,66	4.476.079,93	5.408.722,21
P	11561010000	6			MATERIAL DE CONSUMO	1.440.718,25	1.447.459,34	1.552.025,48	1.336.152,11
P	11561020000	6			GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	81.910,59	202.196,71	211.158,00	72.949,30
P	11561030000	6			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	4.075.366,22	1.357.506,49	1.616.768,82	3.816.103,89
P	11561050000	6			MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	200.606,32	605.304,42	629.494,43	176.416,31
P	11561170000	6			MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	7.693,10	466.040,70	466.633,20	7.100,60
	12000000000	2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.002.830.596,59	680.384.087,46	644.722.240,86	2.038.492.443,19
	12100000000	3			ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	,00	70.866.561,26	5.946.234,86	64.920.326,40
	12130000000	4			INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	,00	70.866.561,26	5.946.234,86	64.920.326,40
	12131000000	5			INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	,00	70.866.561,26	5.946.234,86	64.920.326,40
	12131010000	6			TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	,00	70.866.561,26	5.946.234,86	64.920.326,40
P	12131019900	7			OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	,00	70.866.561,26	5.946.234,86	64.920.326,40
	12300000000	3			IMOBILIZADO	2.002.830.596,59	609.517.526,20	638.776.006,00	1.973.572.116,79
	12310000000	4			BENS MOVEIS	264.680.167,99	10.447.748,12	4.046.162,51	271.081.753,60
	12311000000	5			BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	264.680.167,99	10.447.748,12	4.046.162,51	271.081.753,60
	12311010000	6			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	31.834.154,23	5.691.481,86	878.381,75	36.647.254,34
P	12311010100	7			APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	109.535,52	924,00	,00	110.459,52
P	12311010200	7			APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	14.193.051,18	45.218,32	65.085,37	14.173.184,13
P	12311010300	7			APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	908.116,44	,00	380,00	907.736,44
P	12311010400	7			APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	759,00	,00	,00	759,00
P	12311010500	7			EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.110.328,06	527.028,63	15.240,00	2.622.116,69
P	12311010700	7			MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	5.731.198,46	258.744,22	7.708,98	5.982.233,70

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
P	12311010800	7			MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	326.371,89	96.000,00	914,97	421.456,92
P	12311010900	7			MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	259.752,30	411.956,89	412.739,68	258.969,51
P	12311011200	7			EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	13.614,66	,00	,00	13.614,66
P	12311011900	7			MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	9.945,00	,00	,00	9.945,00
P	12311012100	7			EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	391.148,93	60.642,51	2.288,45	449.502,99
P	12311019900	7			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.780.332,79	4.290.967,29	374.024,30	11.697.275,78
	12311020000	6			BENS DE INFORMÁTICA	132.644.712,20	843.239,01	1.730.395,69	131.757.555,52
P	12311020100	7			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	131.300.451,32	843.239,01	1.730.395,69	130.413.294,64
P	12311020300	7			SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	1.344.260,88	,00	,00	1.344.260,88
	12311030000	6			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	72.151.696,90	2.064.364,98	556.697,47	73.659.364,41
P	12311030100	7			APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	3.931.038,49	20.708,92	11.224,21	3.940.523,20
P	12311030200	7			MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	804.363,16	12.275,78	25.234,67	791.404,27
P	12311030300	7			MOBILIÁRIO EM GERAL	67.416.295,25	2.031.380,28	520.238,59	68.927.436,94
	12311040000	6			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	14.720.457,23	1.144.143,13	240.412,11	15.624.188,25
P	12311040200	7			COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	1.036.238,61	,00	,00	1.036.238,61
P	12311040400	7			INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	253,35	,00	,00	253,35
P	12311040500	7			EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	13.642.913,11	1.144.043,13	240.412,11	14.546.544,13
P	12311040600	7			OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	41.052,16	100,00	,00	41.152,16
	12311050000	6			VEÍCULOS	8.118.354,82	59.328,07	637.488,70	7.540.194,19
P	12311050100	7			VEÍCULOS EM GERAL	283.637,48	3.361,40	3.361,40	283.637,48
P	12311050300	7			VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	7.834.717,34	55.966,67	634.127,30	7.256.556,71
P	12311110000	6			PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	5.210.792,61	645.191,07	2.786,79	5.853.196,89
	12320000000	4			BENS IMÓVEIS	2.200.264.797,74	77.454.335,25	110.040.817,65	2.167.678.315,34
	12321000000	5			BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	2.200.264.797,74	77.454.335,25	110.040.817,65	2.167.678.315,34
	12321010000	6			BENS DE USO ESPECIAL	2.200.041.662,74	71.334.803,09	103.805.885,49	2.167.570.580,34
P	12321010300	7			EDIFÍCIOS	1.416.866.779,00	69.707.393,09	84.976.204,62	1.401.597.967,47

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
P	12321010400	7			TERRENOS/GLEBAS	783.174.883,74	1.627.410,00	18.829.680,87	765.972.612,87
	12321060000	6			BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	223.135,00	6.119.532,16	6.234.932,16	107.735,00
P	12321060100	7			OBRAS EM ANDAMENTO	,00	6.119.532,16	6.119.532,16	,00
P	12321060500	7			ESTUDOS E PROJETOS	223.135,00	,00	115.400,00	107.735,00
	12380000000	4			(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	C 462.114.369,14	521.615.442,83	524.689.025,84	465.187.952,15 C
	12381000000	5			(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	C 462.114.369,14	521.615.442,83	524.689.025,84	465.187.952,15 C
	12381010000	6			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	C 139.878.691,91	154.082.431,01	175.769.520,90	161.565.781,80 C
P	12381010100	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	C 18.276.478,32	19.892.519,51	25.574.834,62	23.958.793,43 C
P	12381010200	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	C 81.481.480,06	92.006.392,53	102.270.636,78	91.745.724,31 C
P	12381010300	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	C 38.221.556,95	39.955.082,58	45.027.612,34	43.294.086,71 C
P	12381010400	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	C 950.819,89	954.188,12	974.351,05	970.982,82 C
P	12381010500	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	C 948.356,69	1.274.248,27	1.922.086,11	1.596.194,53 C
	12381020000	6			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	C 322.235.677,23	367.533.011,82	348.919.504,94	303.622.170,35 C
P	12381029900	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS	C 322.235.677,23	367.533.011,82	348.919.504,94	303.622.170,35 C
	20000000000	1			PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	C 3.328.932.069,12	11.460.313.064,48	12.035.643.757,07	3.904.262.761,71 C
	21000000000	2			PASSIVO CIRCULANTE	C 1.024.161.949,59	7.456.897.319,15	7.702.712.497,41	1.269.977.127,85 C
	21100000000	3			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	,00	4.462.598.908,84	4.465.193.495,55	2.594.586,71 C
	21110000000	4			PESSOAL A PAGAR	,00	3.651.082.798,05	3.651.082.798,05	,00
	21111000000	5			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	,00	3.651.082.798,05	3.651.082.798,05	,00
	21111010000	6			PESSOAL A PAGAR	,00	3.620.180.094,03	3.620.180.094,03	,00
X	21111010100	7			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	,00	3.080.814.854,21	3.080.814.854,21	,00
F	21111010101	8			FINANCEIRO -SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	,00	3.080.814.854,21	3.080.814.854,21	,00
X	21111010200	7			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	,00	477.474.479,22	477.474.479,22	,00

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5
Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA
Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
F	21111010201	8			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	,00	477.474.479,22	477.474.479,22	,00
X	21111010300	7			FÉRIAS	,00	61.890.760,60	61.890.760,60	,00
F	21111010301	8			FÉRIAS	,00	61.890.760,60	61.890.760,60	,00
	21111020000	6			PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	30.902.704,02	30.902.704,02	,00
X	21111020100	7			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	30.902.704,02	30.902.704,02	,00
F	21111020101	8			FINANCEIRO - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	30.902.704,02	30.902.704,02	,00
	21120000000	4			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	,00	183.344.578,23	183.344.578,23	,00
	21121000000	5			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	,00	2.774.384,55	2.774.384,55	,00
X	21121010000	6			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	,00	2.774.384,55	2.774.384,55	,00
F	21121010100	7			FINANCEIRO - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	,00	2.774.384,55	2.774.384,55	,00
	21122000000	5			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTRA OFSS	,00	180.570.193,68	180.570.193,68	,00
P	21122010000	6			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTRA COBERTURA DEFICIT FINANCEIRO	,00	52.397.993,10	52.397.993,10	,00
F	21122020000	6			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	,00	300.000,00	300.000,00	,00
F	21122060000	6			APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO A PAGAR	,00	121.857.200,58	121.857.200,58	,00
F	21122990000	6			FINANCEIRO - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	,00	6.015.000,00	6.015.000,00	,00
	21140000000	4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	,00	628.171.532,56	630.766.119,27	2.594.586,71 C
	21142000000	5			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	,00	560.838.733,35	560.838.733,35	,00
X	21142010000	6			CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	,00	560.838.733,35	560.838.733,35	,00
F	21142010100	7			FINANCEIRO - CONTRIB A REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA (RPPS)	,00	560.838.733,35	560.838.733,35	,00
	21143000000	5			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	,00	67.332.799,21	69.927.385,92	2.594.586,71 C

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	21143010000	6			CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	,00	67.332.799,21	69.927.385,92	2.594.586,71	C
X	21143010100	7			CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	,00	67.332.799,21	69.927.385,92	2.594.586,71	C
F	21143010101	8			CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	,00	67.332.799,21	69.927.385,92	2.594.586,71	C
	21300000000	3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	,00	227.492.400,47	227.492.400,47	,00	
	21310000000	4			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	,00	227.492.400,47	227.492.400,47	,00	
	21311000000	5			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	,00	227.492.400,47	227.492.400,47	,00	
	21311010000	6			FORNECEDORES NACIONAIS	,00	9.437.540,79	9.437.540,79	,00	
X	21311010100	7			FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	,00	9.437.540,79	9.437.540,79	,00	
F	21311010101	8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	,00	9.437.540,79	9.437.540,79	,00	
	21311030000	6			CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	,00	218.054.859,68	218.054.859,68	,00	
X	21311030100	7			CONTAS NÃO PARCELADAS A PAGAR	,00	218.054.859,68	218.054.859,68	,00	
F	21311030101	8			CONTAS NÃO FINANCIADAS A PAGAR	,00	218.054.859,68	218.054.859,68	,00	
	21400000000	3			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	,00	82.275,63	85.471,68	3.196,05	C
	21410000000	4			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	,00	6.230,31	9.426,36	3.196,05	C
	21413000000	5			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNIÃO	,00	6.230,31	9.426,36	3.196,05	C
X	21413990000	6			OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	,00	6.230,31	9.426,36	3.196,05	C
F	21413990100	7			FINANCEIRO - OUTROS TRIBUT E CONTRIB FEDERAIS A RECOLHER	,00	6.230,31	9.426,36	3.196,05	C
	21430000000	4			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	,00	76.045,32	76.045,32	,00	
	21435000000	5			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	,00	76.045,32	76.045,32	,00	

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
X	21435020000	6			IPTU/TLP A RECOLHER	,00	76.045,32	76.045,32	,00
F	21435020100	7			FINANCEIRO - IPTU/TLP A RECOLHER	,00	76.045,32	76.045,32	,00
	21700000000	3			PROVISÕES A CURTO PRAZO	,00	,00	44.135.691,94	44.135.691,94 C
	21710000000	4			PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	,00	,00	44.135.691,94	44.135.691,94 C
	21711000000	5			PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	,00	,00	44.135.691,94	44.135.691,94 C
P	21711010000	6			PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	,00	,00	44.135.691,94	44.135.691,94 C
	21800000000	3			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	C 1.024.161.949,59	2.766.723.734,21	2.965.805.437,77	1.223.243.653,15 C
	21880000000	4			VALORES RESTITUÍVEIS	C 1.024.161.949,59	2.759.039.118,55	2.958.120.822,11	1.223.243.653,15 C
	21881000000	5			VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	C 1.024.161.949,59	2.759.039.118,55	2.958.120.822,11	1.223.243.653,15 C
	21881010000	6			CONSIGNAÇÕES	,00	709.875.416,82	714.846.386,93	4.970.970,11 C
F	21881010100	7			RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	,00	181.706.797,24	181.706.797,24	,00
F	21881010200	7			CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	,00	14.072.894,04	15.303.727,84	1.230.833,80 C
F	21881010400	7			IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	,00	279.354.403,36	279.410.517,39	56.114,03 C
F	21881010800	7			ISS	,00	3.588,00	3.588,00	,00
F	21881011000	7			PENSAO ALIMENTICIA	,00	8.415.732,14	8.415.732,14	,00
F	21881011100	7			PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	,00	1.040.240,97	1.040.240,97	,00
F	21881011200	7			ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRAÇÃO PROPRIA	,00	74.722.111,78	74.722.111,78	,00
F	21881011300	7			RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	,00	15.895.643,82	15.895.643,82	,00
F	21881011400	7			RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	,00	2.299.409,26	2.299.409,26	,00
F	21881011500	7			RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	,00	130.724.915,98	134.408.938,26	3.684.022,28 C
F	21881019900	7			OUTROS CONSIGNATARIOS	,00	1.639.680,23	1.639.680,23	,00
	21881040000	6			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	C 984.365.683,01	1.305.697.842,04	1.437.145.335,25	1.115.813.176,22 C
F	21881040100	7			DEPÓSITOS E CAUÇÕES	C 733.247,05	1.807.565,17	1.238.517,26	164.199,14 C
F	21881040200	7			DEPOSITOS ESPECIAIS	C 3.291.503,43	3.291.503,43	,00	,00
F	21881040300	7			DEPOSITOS DE TERCEIROS	C 412,92	412,92	,00	,00
F	21881049900	7			OUTROS DEPOSITOS	C 980.340.519,61	1.300.598.360,52	1.435.906.817,99	1.115.648.977,08 C

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
F	21881990000	6			OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	C 39.796.266,58	743.465.859,69	806.129.099,93	102.459.506,82	C
F	21881990100	7			VALORES RESTITUÍVEIS DE DEPÓSITOS	,00	672.657.342,33	775.116.849,15	102.459.506,82	C
	21890000000	4			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	,00	7.684.615,66	7.684.615,66	,00	
	21891000000	5			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	,00	7.684.615,66	7.684.615,66	,00	
X	21891020000	6			DIARIAS A PAGAR	,00	3.000.935,00	3.000.935,00	,00	
F	21891020100	7			FINANCEIRO - DIARIAS A PAGAR	,00	3.000.935,00	3.000.935,00	,00	
X	21891030000	6			SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	,00	4.683.680,66	4.683.680,66	,00	
F	21891030100	7			FINANCEIRO - SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	,00	4.683.680,66	4.683.680,66	,00	
	22000000000	2			PASSIVO NAO-CIRCULANTE	,00	5.946.234,86	337.573.164,13	331.626.929,27	C
	22700000000	3			PROVISÕES A LONGO PRAZO	,00	,00	266.706.602,87	266.706.602,87	C
	22710000000	4			PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	,00	,00	266.706.602,87	266.706.602,87	C
	22711000000	5			PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	,00	,00	266.706.602,87	266.706.602,87	C
P	22711010000	6			PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	,00	,00	266.706.602,87	266.706.602,87	C
	22800000000	3			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	,00	5.946.234,86	70.866.561,26	64.920.326,40	C
	22890000000	4			OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	,00	5.946.234,86	70.866.561,26	64.920.326,40	C
X	22891000000	5			OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO- CONSOLIDAÇÃO	,00	5.946.234,86	70.866.561,26	64.920.326,40	C
P	22891020000	6			PERMANENTE - OUTRAS OBRIG LONGO PRAZO- CONSOLIDAÇÃO	,00	5.946.234,86	70.866.561,26	64.920.326,40	C
	23000000000	2			PATRIMÔNIO LIQUIDO	C 2.304.770.119,53	3.997.469.510,47	3.995.358.095,53	2.302.658.704,59	C
	23700000000	3			RESULTADOS ACUMULADOS	C 2.304.770.119,53	3.997.469.510,47	3.995.358.095,53	2.302.658.704,59	C
	23710000000	4			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	C 2.304.770.119,53	3.997.469.510,47	3.995.358.095,53	2.302.658.704,59	C
	23711000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	10.527.414.506,15	1.883.137.836,43	1.881.141.821,49	10.529.410.521,09	
	23711010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.814.009.189,22	,00	1.814.009.189,22	,00	
	23711020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.647.879.992,71	1.879.534.513,44	,00	10.527.414.506,15	
	23711030000	6			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65.525.324,22	3.603.322,99	67.132.632,27	1.996.014,94	
	23711030200	7			PERMANENTE - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	3.107.583,07	1.111.568,13	1.996.014,94	

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	23712000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	C 12.681.509.826,67	2.065.074.775,30	2.064.959.375,30	12.681.394.426,67	C
	23712010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	C 2.064.959.375,30	2.064.959.375,30	,00	,00	
	23712020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	C 10.618.104.118,39	,00	2.063.405.708,28	12.681.509.826,67	C
	23712030000	6			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.553.667,02	115.400,00	1.553.667,02	115.400,00	
	23712030200	7			PERMANENTE - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	115.400,00	,00	115.400,00	
	23713000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	112.885.355,33	28.140.411,07	28.140.411,07	112.885.355,33	
	23713010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	28.140.411,07	,00	28.140.411,07	,00	
	23713020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84.744.944,26	28.140.411,07	,00	112.885.355,33	
	23714000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	4.390.540,70	4.500.213,70	4.500.213,70	4.390.540,70	
	23714010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	4.500.213,70	,00	4.500.213,70	,00	
	23714020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	C 109.673,00	4.500.213,70	,00	4.390.540,70	
	23715000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	C 267.950.695,04	16.616.273,97	16.616.273,97	267.950.695,04	C
	23715010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	5.617.992,43	,00	5.617.992,43	,00	
	23715020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	C 284.566.969,01	16.616.273,97	,00	267.950.695,04	C
	23715030000	6			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.998.281,54	,00	10.998.281,54	,00	
	30000000000	1			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	,00	3.285.577.315,01	597.025.345,69	2.688.551.969,32	
	31000000000	2			PESSOAL E ENCARGOS	,00	2.089.158.826,80	107.214.932,99	1.981.943.893,81	
	31100000000	3			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	,00	1.490.001.087,45	91.431.955,74	1.398.569.131,71	
	31110000000	4			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	,00	1.318.270.173,88	80.540.231,50	1.237.729.942,38	
	31111000000	5			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	1.318.270.173,88	80.540.231,50	1.237.729.942,38	
	31111010000	6			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	,00	1.315.289.316,55	80.539.031,50	1.234.750.285,05	

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	31111010100	7			VENCIMENTOS E SALÁRIOS	,00	528.097.929,80	,00	528.097.929,80
	31111010400	7			ABONO DE PERMANÊNCIA	,00	17.232.744,91	,00	17.232.744,91
	31111010600	7			ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	,00	77.494,56	,00	77.494,56
	31111011600	7			GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	,00	27.066.277,75	,00	27.066.277,75
	31111011800	7			GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	,00	68.249.689,72	,00	68.249.689,72
	31111011900	7			GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS	,00	30.765.909,83	,00	30.765.909,83
	31111012100	7			FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	,00	39.774,81	,00	39.774,81
	31111012200	7			13. SALÁRIO	,00	170.327.931,67	79.770.779,66	90.557.152,01
	31111012400	7			FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	,00	28.024.249,97	68.581,85	27.955.668,12
	31111013100	7			SUBSÍDIOS	,00	371.591.901,94	,00	371.591.901,94
	31111013200	7			GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO	,00	609.991,70	,00	609.991,70
	31111019900	7			OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RPPS	,00	73.205.419,89	699.669,99	72.505.749,90
	31111020000	6			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	,00	2.980.857,33	1.200,00	2.979.657,33
	31111020300	7			SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	,00	2.567.708,49	,00	2.567.708,49
	31111029900	7			OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	,00	413.148,84	1.200,00	411.948,84
	31120000000	4			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	,00	171.730.913,57	10.891.724,24	160.839.189,33
	31121000000	5			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	171.730.913,57	10.891.724,24	160.839.189,33
	31121010000	6			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	,00	171.535.825,52	10.696.636,19	160.839.189,33
	31121010100	7			VENCIMENTOS E SALARIOS	,00	13.503.276,31	,00	13.503.276,31
	31121011900	7			GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS	,00	132.336.807,60	,00	132.336.807,60
	31121012200	7			13. SALARIO	,00	22.882.967,94	10.696.636,19	12.186.331,75
	31121012400	7			FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	,00	2.812.773,67	,00	2.812.773,67

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	31121020000	6			OUTRAS VPD VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS	,00	195.088,05	195.088,05	,00
	31121029900	7			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	,00	195.088,05	195.088,05	,00
	31200000000	3			ENCARGOS PATRONAIS	,00	303.124.723,58	15.320.882,34	287.803.841,24
	31210000000	4			ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	,00	267.459.869,47	11.822.489,58	255.637.379,89
	31212000000	5			ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	,00	267.459.869,47	11.822.489,58	255.637.379,89
	31212010000	6			CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	,00	267.459.869,47	11.822.489,58	255.637.379,89
	31220000000	4			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	,00	35.664.854,11	3.498.392,76	32.166.461,35
	31223000000	5			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	,00	35.664.854,11	3.498.392,76	32.166.461,35
	31223010000	6			CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	,00	35.664.854,11	3.498.392,76	32.166.461,35
	31300000000	3			BENEFÍCIOS A PESSOAL	,00	96.012.280,22	,00	96.012.280,22
	31310000000	4			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	,00	60.349.900,21	,00	60.349.900,21
	31311000000	5			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	60.349.900,21	,00	60.349.900,21
	31311010000	6			AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	,00	45.264.987,11	,00	45.264.987,11
	31311020000	6			AUXÍLIO TRANSPORTE	,00	15.084.913,10	,00	15.084.913,10
	31320000000	4			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	,00	35.662.380,01	,00	35.662.380,01
	31321000000	5			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	35.662.380,01	,00	35.662.380,01
	31321010000	6			AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	,00	35.662.380,01	,00	35.662.380,01
	31900000000	3			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	,00	200.020.735,55	462.094,91	199.558.640,64
	31910000000	4			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	,00	193.483.249,30	462.094,91	193.021.154,39
	31911000000	5			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	,00	193.483.249,30	462.094,91	193.021.154,39
	31911010000	6			RESCISÕES CONTRATUAIS - RGPS	,00	193.483.249,30	462.094,91	193.021.154,39
	31920000000	4			PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES	,00	115.725,72	,00	115.725,72
	31921000000	5			PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES - CONSOLIDAÇÃO	,00	115.725,72	,00	115.725,72
	31921010000	6			RESSARCIMENTO DE ENCARGO PESSOAL CEDIDO	,00	115.725,72	,00	115.725,72

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	31990000000	4			OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	,00	6.421.760,53	,00	6.421.760,53
	31992000000	5			OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTRA	,00	6.421.760,53	,00	6.421.760,53
	31992020000	6			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - ENCARGOS	,00	6.421.760,53	,00	6.421.760,53
	32000000000	2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	113.317.593,30	169.069,69	113.148.523,61
	32100000000	3			APOSENTADORIAS E REFORMAS	,00	483.192,16	34.069,69	449.122,47
	32110000000	4			APOSENTADORIAS - RPPS	,00	449.122,47	,00	449.122,47
	32111000000	5			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	449.122,47	,00	449.122,47
	32111990000	6			OUTRAS APOSENTADORIAS	,00	449.122,47	,00	449.122,47
	32111990100	7			OUTRAS APOSENTADORIAS	,00	449.122,47	,00	449.122,47
	32111990104	8			APOSENTADORIA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	,00	449.122,47	,00	449.122,47
	32190000000	4			OUTRAS APOSENTADORIAS	,00	34.069,69	34.069,69	,00
	32191000000	5			OUTRAS APOSENTADORIAS - CONSOLIDAÇÃO	,00	34.069,69	34.069,69	,00
	32191020000	6			13º SALÁRIO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	,00	34.069,69	34.069,69	,00
	32900000000	3			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	112.834.401,14	135.000,00	112.699.401,14
	32910000000	4			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - RPPS	,00	886.965,27	,00	886.965,27
	32911000000	5			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	886.965,27	,00	886.965,27
	32911010000	6			AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	,00	886.965,27	,00	886.965,27
	32990000000	4			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	111.947.435,87	135.000,00	111.812.435,87
	32991000000	5			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	,00	108.977.435,87	,00	108.977.435,87
	32991010000	6			OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	,00	108.977.435,87	,00	108.977.435,87
	32992000000	5			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - INTRA	,00	2.970.000,00	135.000,00	2.835.000,00
	32992990000	6			OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	,00	2.970.000,00	135.000,00	2.835.000,00

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	33000000000	2			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	,00	534.486.955,94	489.505.195,29	44.981.760,65
	33100000000	3			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	,00	4.726.079,93	1.061.531,51	3.664.548,42
	33110000000	4			CONSUMO DE MATERIAL	,00	4.726.079,93	1.061.531,51	3.664.548,42
	33111000000	5			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	,00	4.726.079,93	1.061.531,51	3.664.548,42
	33111060000	6			GENEROS ALIMENTAÇÃO	,00	211.158,00	16.253,84	194.904,16
	33111080000	6			MATERIAL FARMACOLÓGICO	,00	629.494,43	3.298,68	626.195,75
	33111160000	6			MATERIAL DE EXPEDIENTE	,00	1.552.025,48	1.018.154,11	533.871,37
	33111170000	6			MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	,00	466.633,20	,00	466.633,20
	33111250000	6			MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	,00	1.616.768,82	23.824,88	1.592.943,94
	33111990000	6			OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	,00	250.000,00	,00	250.000,00
	33200000000	3			SERVIÇOS	,00	8.419.453,48	137.959,06	8.281.494,42
	33210000000	4			DIÁRIAS	,00	2.976.212,76	30.740,02	2.945.472,74
	33211000000	5			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	,00	2.976.212,76	30.740,02	2.945.472,74
	33211010000	6			DIARIAS PESSOAL CIVIL	,00	2.976.212,76	30.740,02	2.945.472,74
	33220000000	4			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	,00	4.331.294,90	62.425,97	4.268.868,93
	33221000000	5			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	,00	4.331.294,90	62.425,97	4.268.868,93
	33221150000	6			SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	,00	23.782,63	532,84	23.249,79
	33221340000	6			SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	,00	104.525,00	61.893,13	42.631,87
	33221990000	6			OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	,00	4.202.987,27	,00	4.202.987,27
	33230000000	4			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	,00	1.111.945,82	44.793,07	1.067.152,75
	33231000000	5			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	,00	1.111.945,82	44.793,07	1.067.152,75
	33231110000	6			SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	,00	1.857,69	680,56	1.177,13
	33231140000	6			ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	,00	16.644,75	216,66	16.428,09
	33231310000	6			SERV.MEDICO-HOSPITALAR,ODONTOL.E LABORATORIAIS	,00	480.776,54	16.145,02	464.631,52
	33231470000	6			SERVIÇOS JUDICIARIOS	,00	144,84	,00	144,84
	33231560000	6			PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	,00	406,98	,00	406,98
	33231990000	6			OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	,00	612.115,02	27.750,83	584.364,19

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	33300000000	3			DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	,00	521.341.422,53	488.305.704,72	33.035.717,81
	33310000000	4			DEPRECIÇÃO	,00	521.341.422,53	488.305.704,72	33.035.717,81
	33311000000	5			DEPRECIÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	,00	521.341.422,53	488.305.704,72	33.035.717,81
	33311010000	6			DEPRECIÇÃO DE IMOBILIZADO	,00	521.341.422,53	488.305.704,72	33.035.717,81
	33311010100	7			DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	,00	173.862.004,20	151.609.070,53	22.252.933,67
	33311010200	7			DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	,00	347.479.418,33	336.696.634,19	10.782.784,14
	35000000000	2			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	,00	236.905.193,66	3.099,46	236.902.094,20
	35100000000	3			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	174.384.360,14	,00	174.384.360,14
	35110000000	4			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTARIA	,00	1.431,06	,00	1.431,06
	35112000000	5			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	1.431,06	,00	1.431,06
	35112990000	6			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	1.431,06	,00	1.431,06
	35120000000	4			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	127.735,40	,00	127.735,40
	35122000000	5			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	127.735,40	,00	127.735,40
	35122010000	6			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	20,42	,00	20,42
	35122010100	7			ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	20,42	,00	20,42
	35122020000	6			TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	127.714,98	,00	127.714,98
	35122020400	7			DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	,00	127.714,98	,00	127.714,98
	35130000000	4			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	,00	174.255.193,68	,00	174.255.193,68
	35132000000	5			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS	,00	174.255.193,68	,00	174.255.193,68

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5
Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA
Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
					PARA O RPPS - INTRA OFSS				
	35132010000	6			PLANO FINANCEIRO	,00	174.255.193,68	,00	174.255.193,68
	35132010100	7			RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	,00	174.255.193,68	,00	174.255.193,68
	35200000000	3			TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	,00	2.154.368,89	3.099,46	2.151.269,43
	35240000000	4			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	2.154.368,89	3.099,46	2.151.269,43
	35241000000	5			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO	,00	70.916,80	2.475,91	68.440,89
	35241010000	6			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	70.916,80	2.475,91	68.440,89
	35243000000	5			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	,00	2.231,35	,00	2.231,35
	35243010000	6			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	2.231,35	,00	2.231,35
	35245000000	5			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	,00	2.081.220,74	623,55	2.080.597,19
	35245010000	6			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	2.081.220,74	623,55	2.080.597,19
	35900000000	3			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	,00	60.366.464,63	,00	60.366.464,63
	35905000000	4			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	,00	60.366.464,63	,00	60.366.464,63
	36000000000	2			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	773.720,69	133.048,26	640.672,43
	36200000000	3			PERDAS COM ALIENAÇÃO	,00	518.607,40	3.361,40	515.246,00
	36220000000	4			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	,00	518.607,40	3.361,40	515.246,00
	36221000000	5			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	,00	518.607,40	3.361,40	515.246,00
	36221010000	6			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	,00	518.607,40	3.361,40	515.246,00
	36221010100	7			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	,00	411,57	,00	411,57
	36221010500	7			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS	,00	518.195,83	3.361,40	514.834,43
	36300000000	3			PERDAS INVOLUNTÁRIAS	,00	255.113,29	129.686,86	125.426,43
	36310000000	4			PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO	,00	255.113,29	129.686,86	125.426,43
	36311000000	5			PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO -	,00	255.113,29	129.686,86	125.426,43

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
					CONSOLIDAÇÃO				
	36311010000	6			PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MOVEIS	,00	255.113,29	129.686,86	125.426,43
	36311010100	7			PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	,00	80.623,87	,00	80.623,87
	36311010200	7			PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS DE INFORMÁTICA	,00	26.367,49	82,14	26.285,35
	36311010300	7			PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	,00	112.643,93	96.604,72	16.039,21
	36311010500	7			PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE VEÍCULOS	,00	35.478,00	33.000,00	2.478,00
	37000000000	2			TRIBUTÁRIAS	,00	42.735,84	,00	42.735,84
	37100000000	3			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	38.022,66	,00	38.022,66
	37110000000	4			IMPOSTOS	,00	38.022,66	,00	38.022,66
	37115000000	5			IMPOSTOS- INTER OFSS - MUNICÍPIOS	,00	38.022,66	,00	38.022,66
	37115050000	6			IPTU	,00	38.022,66	,00	38.022,66
	37200000000	3			CONTRIBUIÇÕES	,00	4.713,18	,00	4.713,18
	37210000000	4			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	,00	4.713,18	,00	4.713,18
	37213000000	5			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	,00	4.713,18	,00	4.713,18
	37213040000	6			OBRIGAÇÕES PATRONAIS S/ SERVIÇOS DE PESSOA FISICA	,00	4.649,97	,00	4.649,97
	37213990000	6			OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	,00	63,21	,00	63,21
	39000000000	2			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	,00	310.892.288,78	,00	310.892.288,78
	39700000000	3			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	,00	310.842.294,81	,00	310.842.294,81
	39710000000	4			VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	,00	310.842.294,81	,00	310.842.294,81
	39712000000	5			VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS - INTRA OFSS	,00	310.842.294,81	,00	310.842.294,81
	39900000000	3			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	,00	49.993,97	,00	49.993,97
	39960000000	4			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	,00	49.993,97	,00	49.993,97
	39961000000	5			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	,00	49.993,97	,00	49.993,97
	39961990000	6			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	,00	49.993,97	,00	49.993,97
	40000000000	1			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	,00	58.083,75	2.384.234.745,54	2.384.176.661,79

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	4500000000	2			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	58.083,75	2.383.496.198,87	2.383.438.115,12	C
	4510000000	3			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	58.083,75	2.381.299.246,09	2.381.241.162,34	C
	4511000000	4			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	,00	1.431,06	1.431,06	C
	4511200000	5			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	,00	1.431,06	1.431,06	C
	4511299000	6			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS RECEBIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	,00	1.431,06	1.431,06	C
	4512000000	4			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	58.083,75	2.381.297.815,03	2.381.239.731,28	C
	4512200000	5			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	58.083,75	2.381.297.815,03	2.381.239.731,28	C
	4512201000	6			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	,00	2.311.852.083,96	2.311.852.083,96	C
	4512201010	7			ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00	2.311.852.083,96	2.311.852.083,96	C
	4512202000	6			TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	58.083,75	69.445.731,07	69.387.647,32	C
	4512202010	7			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	,00	,00	62.658.992,30	62.658.992,30	C
	4512202030	7			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	,00	58.083,75	3.769.762,62	3.711.678,87	C
	4512202990	7			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	,00	3.016.976,15	3.016.976,15	C
	4520000000	3			TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	,00	,00	2.196.674,59	2.196.674,59	C
	4524000000	4			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	,00	2.196.674,59	2.196.674,59	C
	4524300000	5			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	,00	,00	546.297,92	546.297,92	C
	4524301000	6			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	,00	546.297,92	546.297,92	C
	4524500000	5			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	,00	,00	1.650.376,67	1.650.376,67	C
	4524501000	6			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	,00	1.650.376,67	1.650.376,67	C

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	45900000000	3			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00	278,19	278,19	C
	45901000000	4			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	,00	,00	278,19	278,19	C
	45901010000	5			DOAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00	278,19	278,19	C
	46000000000	2			VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00	649.782,34	649.782,34	C
	46300000000	3			GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00	649.782,34	649.782,34	C
	46390000000	4			OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00	649.782,34	649.782,34	C
	46391000000	5			OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	,00	,00	649.782,34	649.782,34	C
	46391010000	6			OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00	649.782,34	649.782,34	C
	49000000000	2			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	,00	,00	88.764,33	88.764,33	C
	49900000000	3			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	,00	,00	88.764,33	88.764,33	C
	49960000000	4			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	,00	,00	88.764,33	88.764,33	C
	49964000000	5			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - INTER OFSS - ESTADO	,00	,00	88.764,33	88.764,33	C
	50000000000	1			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	259.863.537,08	2.687.816.534,98	510.872.020,98	2.436.808.051,08	
	52000000000	2			ORÇAMENTO APROVADO	,00	2.437.109.433,00	260.164.919,00	2.176.944.514,00	
	52200000000	3			FIXAÇÃO DA DESPESA	,00	2.437.109.433,00	260.164.919,00	2.176.944.514,00	
	52210000000	4			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	2.437.109.433,00	260.164.919,00	2.176.944.514,00	
	52211000000	5			DOTAÇÃO INICIAL	,00	2.126.982.084,00	,00	2.126.982.084,00	
	52211010000	6			CREDITO INICIAL	,00	2.126.982.084,00	,00	2.126.982.084,00	
	52212000000	5			DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	,00	232.281.081,00	,00	232.281.081,00	
	52212010000	6			CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	,00	232.281.081,00	,00	232.281.081,00	
	52213000000	5			DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	,00	63.904.349,00	63.904.349,00	,00	
	52213010000	6			SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	,00	49.962.430,00	,00	49.962.430,00	
	52213060000	6			DOTAÇÃO TRANSFERIDA	,00	2.060.000,00	,00	2.060.000,00	
	52213080000	6			TRANSPOSIÇÃO DE CRÉDITOS ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	11.881.919,00	,00	11.881.919,00	

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	52213990000	6			VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	,00	,00	63.904.349,00	63.904.349,00	C
	52219000000	5			CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	,00	13.941.919,00	196.260.570,00	182.318.651,00	C
	52219020000	6			ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA	,00	13.941.919,00	,00	13.941.919,00	
	52219020100	7			ACRESCIMO	,00	13.941.919,00	,00	13.941.919,00	
	52219040000	6			(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	,00	,00	196.260.570,00	196.260.570,00	C
	53000000000	2			INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	259.863.537,08	250.707.101,98	250.707.101,98	259.863.537,08	
	53100000000	3			INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	259.863.537,08	250.707.101,98	250.707.101,98	259.863.537,08	
	53110000000	4			RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	,00	250.707.101,98	,00	250.707.101,98	
	53120000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.156.435,10	,00	,00	9.156.435,10	
	53170000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	250.707.101,98	,00	250.707.101,98	,00	
	60000000000	1			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	C 259.863.537,08	17.407.818.533,93	19.584.763.047,93	2.436.808.051,08	C
	62000000000	2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	,00	16.559.539.467,76	18.736.483.981,76	2.176.944.514,00	C
	62200000000	3			EXECUÇÃO DA DESPESA	,00	16.559.539.467,76	18.736.483.981,76	2.176.944.514,00	C
	62210000000	4			DISPONIBILIDADES DE CREDITO	,00	16.559.539.467,76	18.736.483.981,76	2.176.944.514,00	C
	62211000000	5			CREDITO DISPONÍVEL	,00	2.551.050.030,58	2.551.050.054,92	24,34	C
	62212000000	5			CREDITO INDISPONÍVEL	,00	4.942.500.353,43	4.942.500.353,43	,00	
	62212020000	6			CREDITO PRE-EMPENHADO	,00	4.942.500.353,43	4.942.500.353,43	,00	
	62212020100	7			CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO A LIBERAR	,00	2.471.812.496,61	2.471.812.496,61	,00	
	62212020200	7			CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO LIBERADO	,00	2.470.687.856,82	2.470.687.856,82	,00	
	62213000000	5			CREDITO UTILIZADO	,00	9.065.989.083,75	11.242.933.573,41	2.176.944.489,66	C
	62213010000	6			CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	,00	4.926.646.522,72	4.926.646.522,72	,00	
	62213010100	7			CRÉDITO EMPENHADO A LIBERAR	,00	2.470.063.217,03	2.470.063.217,03	,00	
	62213010200	7			CRÉDITO EMPENHADO LIBERADO	,00	2.456.583.305,69	2.456.583.305,69	,00	
	62213020000	6			CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	,00	2.120.684.016,60	2.120.684.016,60	,00	
	62213030000	6			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	,00	2.016.590.610,11	2.016.590.610,11	,00	
	62213040000	6			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	,00	2.067.934,32	1.910.559.574,39	1.908.491.640,07	C
	62213050000	6			EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	,00	,00	265.855.066,83	265.855.066,83	C

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
					NAO PROCESSADOS					
	62213070000	6			EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	,00	,00	2.597.782,76	2.597.782,76	C
					PROCESSADOS					
	63000000000	2			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	C 259.863.537,08	848.279.066,17	848.279.066,17	259.863.537,08	C
	63100000000	3			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	C 259.863.537,08	848.279.066,17	848.279.066,17	259.863.537,08	C
	63110000000	4			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	C 9.156.435,10	207.576.053,73	252.005.829,78	53.586.211,15	C
	63120000000	4			RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO	,00	194.582.984,74	194.582.984,74	,00	
	63130000000	4			RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	,00	194.348.591,33	194.348.591,33	,00	
	63140000000	4			RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	,00	1.064.334,39	193.648.921,34	192.584.586,95	C
	63170000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	C 250.707.101,98	250.707.101,98	,00	,00	
	63171000000	5			RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	C 250.707.101,98	250.707.101,98	,00	,00	
	63190000000	4			RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	,00	,00	13.692.738,98	13.692.738,98	C
	63199000000	5			OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	,00	,00	13.692.738,98	13.692.738,98	C
	70000000000	1			CONTROLES DEVEDORES	1.411.632.163,51	5.725.696.581,55	166.874.929,32	6.970.453.815,74	
	71000000000	2			ATOS POTENCIAIS	65.583.520,65	162.996.549,32	159.426.095,66	69.153.974,31	
	71100000000	3			ATOS POTENCIAIS ATIVOS	61.349.872,74	162.996.549,32	159.426.095,66	64.920.326,40	
	71110000000	4			GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	61.349.872,74	162.996.549,32	159.426.095,66	64.920.326,40	
	71111000000	5			GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	61.349.872,74	162.996.549,32	159.426.095,66	64.920.326,40	
	71111010000	6			GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	61.349.872,74	88.942.511,97	85.372.058,31	64.920.326,40	
	71111010400	7			SEGUROS-GARANTIA	54.343.917,57	87.647.564,18	77.071.155,35	64.920.326,40	
	71111010500	7			CAUÇÕES	178.831,55	1.036.947,79	1.215.779,34	,00	
	71111019900	7			OUTRAS GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	6.827.123,62	258.000,00	7.085.123,62	,00	
	71111020000	6			GARANTIAS RECEBIDAS NO EXTERIOR	,00	74.054.037,35	74.054.037,35	,00	
	71111020500	7			CAUÇÕES	,00	74.054.037,35	74.054.037,35	,00	
	71200000000	3			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.233.647,91	,00	,00	4.233.647,91	

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	71230000000	4			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.233.647,91	,00	,00	4.233.647,91
	71231000000	5			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	4.233.647,91	,00	,00	4.233.647,91
	71231990000	6			OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.233.647,91	,00	,00	4.233.647,91
	72000000000	2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.320.298.502,01	5.160.688.427,18	7.448.833,66	6.473.538.095,53
	72100000000	3			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	1.320.298.502,01	5.160.688.427,18	7.448.833,66	6.473.538.095,53
	72110000000	4			CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	1.320.298.502,01	5.160.688.427,18	7.448.833,66	6.473.538.095,53
	72111000000	5			RECURSOS ORDINÁRIOS	284.083.228,46	2.311.852.083,96	,00	2.595.935.312,42
	72113000000	5			RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.036.215.273,55	2.848.836.343,22	7.448.833,66	3.877.602.783,11
	74000000000	2			RISCOS FISCAIS	,00	341.645.120,00	,00	341.645.120,00
	74100000000	3			CONTROLE DE PASSIVOS CONTINGENTES	,00	341.645.120,00	,00	341.645.120,00
	74110000000	4			PASSIVOS CONTINGENTES	,00	341.645.120,00	,00	341.645.120,00
	74119000000	5			OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	,00	341.645.120,00	,00	341.645.120,00
	79000000000	2			OUTROS CONTROLES	25.750.140,85	60.366.485,05	,00	86.116.625,90
	79100000000	3			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	25.750.140,85	60.366.485,05	,00	86.116.625,90
	79120000000	4			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	25.750.140,85	60.366.485,05	,00	86.116.625,90
	79129000000	5			OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	25.750.140,85	60.366.464,63	,00	86.116.605,48
	79915000000	5			CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS	,00	20,42	,00	20,42
	79915010000	6			CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE ORGÃOS	,00	20,42	,00	20,42
	80000000000	1			CONTROLES CREDITORES	C 1.411.632.163,51	14.791.016.039,88	20.349.837.692,11	6.970.453.815,74 C
	81000000000	2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	C 65.583.520,65	161.567.983,25	165.138.436,91	69.153.974,31 C
	81100000000	3			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	C 61.349.872,74	159.426.095,66	162.996.549,32	64.920.326,40 C
	81110000000	4			EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	C 61.349.872,74	159.426.095,66	162.996.549,32	64.920.326,40 C
	81111000000	5			EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	C 61.349.872,74	159.426.095,66	162.996.549,32	64.920.326,40 C
	81111010000	6			EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	C 61.349.872,74	85.372.058,31	88.942.511,97	64.920.326,40 C

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	81111010700	7			SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	C 54.343.917,57	77.071.155,35	87.647.564,18	64.920.326,40	C
	81111010900	7			CAUÇÕES A EXECUTAR	C 178.831,55	1.215.779,34	1.036.947,79	,00	
	81111019800	7			OUTRAS GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS A EXECUTAR	C 6.827.123,62	7.085.123,62	258.000,00	,00	
	81111020000	6			EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS NO EXTERIOR	,00	74.054.037,35	74.054.037,35	,00	
	81111020900	7			CAUÇÕES A EXECUTAR	,00	74.054.037,35	74.054.037,35	,00	
	81200000000	3			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	C 4.233.647,91	2.141.887,59	2.141.887,59	4.233.647,91	C
	81230000000	4			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	C 4.233.647,91	2.141.887,59	2.141.887,59	4.233.647,91	C
	81231000000	5			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	C 4.233.647,91	2.141.887,59	2.141.887,59	4.233.647,91	C
	81231990000	6			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	C 4.233.647,91	2.141.887,59	2.141.887,59	4.233.647,91	C
	81231990100	7			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	C 6.372.367,28	2.140.303,48	,00	4.232.063,80	C
	81231990200	7			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - EM EXECUÇÃO	2.138.719,37	1.584,11	2.140.303,48	,00	
	81231990300	7			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - EXECUTADOS	,00	,00	1.584,11	1.584,11	C
	82000000000	2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	C 1.320.298.502,01	14.629.448.036,21	19.782.687.629,73	6.473.538.095,53	C
	82100000000	3			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	C 1.320.298.502,01	12.219.706.754,07	17.372.946.347,59	6.473.538.095,53	C
	82110000000	4			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	C 1.320.298.502,01	12.219.706.754,07	17.372.946.347,59	6.473.538.095,53	C
	82111000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	C 36.269.691,38	2.467.602.185,22	2.441.947.304,40	10.614.810,56	C
	82111010000	6			RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	C 36.269.691,38	2.467.602.185,22	2.441.947.304,40	10.614.810,56	C
	82112000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	C 259.863.537,08	4.656.492.214,95	4.716.069.955,85	319.441.277,98	C
	82112010000	6			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	C 259.863.537,08	2.341.225.213,61	2.400.802.954,51	319.441.277,98	C
	82112020000	6			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - EM LIQUIDAÇÃO	,00	2.315.267.001,34	2.315.267.001,34	,00	
	82113000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	C 1.024.165.273,55	5.062.419.332,39	5.264.098.818,71	1.225.844.759,87	C
	82113010000	6			COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	,00	2.208.341.418,68	2.210.939.201,44	2.597.782,76	C

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5

Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA

Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	82113020000	6			COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	,00	6.619,88	7.327,57	707,69	C
	82113030000	6			COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	C 1.024.165.273,55	2.854.071.293,83	3.053.152.289,70	1.223.246.269,42	C
	82114000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	,00	33.193.021,51	4.950.830.248,21	4.917.637.226,70	C
	82115000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA OU ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	,00	,00	20,42	20,42	C
	82300000000	3			EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	,00	2.409.741.282,14	2.409.741.282,14	,00	
	82310000000	4			EXECUÇÃO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	,00	2.409.741.282,14	2.409.741.282,14	,00	
	82311000000	5			COTAS ORÇAMENTÁRIAS EM EXECUÇÃO	,00	2.409.741.282,14	2.409.741.282,14	,00	
	82311010000	6			COTAS ORÇAMENTÁRIAS LIBERADAS	,00	2.293.342.885,90	116.398.396,24	2.176.944.489,66	
	82311020000	6			COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	,00	116.398.396,24	2.293.342.885,90	2.176.944.489,66	C
	84000000000	2			EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	,00	,00	341.645.120,00	341.645.120,00	C
	84100000000	3			EXECUÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES	,00	,00	341.645.120,00	341.645.120,00	C
	84110000000	4			PASSIVOS CONTINGENTES PREVISTOS	,00	,00	341.645.120,00	341.645.120,00	C
	84119000000	5			OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	,00	,00	341.645.120,00	341.645.120,00	C
	89000000000	2			OUTROS CONTROLES	C 25.750.140,85	20,42	60.366.505,47	86.116.625,90	C
	89100000000	3			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	C 25.750.140,85	,00	60.366.464,63	86.116.605,48	C
	89120000000	4			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	C 25.750.140,85	,00	60.366.464,63	86.116.605,48	C
	89129000000	5			EXECUÇÃO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	C 25.750.140,85	,00	60.366.464,63	86.116.605,48	C
	89129990000	6			EXECUÇÃO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	C 25.750.140,85	,00	60.366.464,63	86.116.605,48	C
	89900000000	3			CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO DE FINANCEIROS	,00	20,42	40,84	20,42	C
	89910000000	4			CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO DE PAGAMENTOS	,00	20,42	40,84	20,42	C
	89915000000	5			EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS	,00	20,42	40,84	20,42	C
	89915010000	6			EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE	,00	20,42	40,84	20,42	C

R5876B215A 08/03/22 13:46:05 RDSILVA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5
Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA
Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
					ORGÃOS OFSS				
	89915010100	7			TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A EXECUTAR	,00	20,42	20,42	,00
	89915010200	7			TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA EXECUTADA	,00	,00	20,42	20,42 C
TOTAL DAS CONTAS						,00	64.687.375.434,32	64.687.375.434,32	,00

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2021
Período: Dezembro

Órgão 05 - TJ5
Unidade Contábil 00500 TRIBUNAL DE JUSTICA
Unidade 0501 - TRIBUNAL DE JUSTICA

	<u>Saldo do Ano Anterior</u>	<u>Débito até a Data</u>	<u>Crédito até a Data</u>	<u>Saldo Atual</u>
ATIVO FINANCEIRO	1.320.295.178,05	8.644.527.658,29	8.408.925.574,89	1.555.897.261,45
ATIVO PERMANENTE	2.008.636.891,07	684.551.622,45	649.198.320,79	2.043.990.192,73
PASSIVO FINANCEIRO	1.024.161.949,59-	7.404.499.326,05	7.606.178.812,37	1.225.841.435,91 C
PASSIVO PERMANENTE	,00	58.344.227,96	434.106.849,17	375.762.621,21 C



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Declaro, para os devidos fins, que Declaro, para os devidos fins, que os Gestores das Contas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargadores Adalberto Jorge Xisto Pereira e José Laurindo de Souza Netto, estão em dia com a obrigação de apresentação de autorização de acesso à declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047, de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivadas nesta Unidade de Pessoal.

Local e data.

André Luiz Massad
Diretor do Departamento da Magistratura

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D=C-B)
RECEITAS CORRENTES (I)	,00	,00	,00	,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	,00	,00	,00	,00
RECEITA PATRIMONIAL	,00	,00	,00	,00
RECEITA AGROPECUÁRIAS	,00	,00	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	,00	,00	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	,00	,00	,00	,00
ALIENAÇÃO DE BENS	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	,00	,00	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNA	,00	,00	,00	,00
MOBILIÁRIA	,00	,00	,00	,00
CONTRATUAL	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	,00	,00	,00	,00
MOBILIÁRIA	,00	,00	,00	,00
CONTRATUAL	,00	,00	,00	,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	,00	,00	,00	,00
DÉFICIT (VI)1	,00	,00	2.176.944.489,66	,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	,00	,00	2.176.944.489,66	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D=C-B)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	49.962.430,00	49.962.430,00	,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	,00	,00	,00	,00
Superávit Financeiro	,00	49.962.430,00	49.962.430,00	,00
Reabertura de Créditos Adicionais	,00	,00	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO DA DOTAÇÃO (I=F-G)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	2.124.922.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	24,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.858.945.419,00	1.955.912.707,00	1.955.912.697,11	1.690.323.199,11	1.687.728.612,40	9,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	265.976.665,00	221.031.807,00	221.031.792,55	220.766.223,72	220.763.027,67	14,45
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.060.000,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVESTIMENTOS	2.060.000,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	,00	,00	,00	,00	,00	,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	2.126.982.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	24,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XII)	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Amortização da Dívida Interna	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Dívida Mobiliária	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Outras Dívidas	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Amortização da Dívida Externa	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Dívida Mobiliária	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Outras Dívidas	,00	,00	,00	,00	,00	,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	2.126.982.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	24,34
SUPERÁVIT (XIII)	,00	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.126.982.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	24,34
RESERVA DO RPPS	,00	,00	,00	,00	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS					SALDO A PAGAR (F=A+B-D-E)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
DESPESAS CORRENTES	9.156.435,10	250.707.101,98	192.584.586,95	192.584.586,95	13.692.738,98	53.586.211,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	,00	245.989.411,00	192.435.334,85	192.435.334,85	,00	53.554.076,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.156.435,10	4.717.690,98	149.252,10	149.252,10	13.692.738,98	32.135,00
DESPESAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL	9.156.435,10	250.707.101,98	192.584.586,95	192.584.586,95	13.692.738,98	53.586.211,15

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS				SALDO A PAGAR (E)=A+B-C-D)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
DESPESAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00	,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	,00	,00	,00	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00	,00
DESPESAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00
TOTAL	,00	,00	,00	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	,00	,00
ORDINÁRIA	,00	,00
VINCULADA	,00	,00
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	,00	,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	,00	,00
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS	,00	,00
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00	,00
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	2.311.853.515,02	2.397.942.657,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.431,06	,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.311.852.083,96	2.397.942.657,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	,00	,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	3.226.573.671,70	4.091.784.513,78
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	265.855.066,83	250.707.101,98
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.597.782,76	,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2.958.120.822,11	3.841.077.411,80
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	,00	,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	1.320.295.178,05	1.767.405.565,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.320.286.606,14	1.767.396.993,11
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	,00
OUTROS VALORES	8.571,91	8.571,91
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	6.858.722.364,77	8.257.132.735,80

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	2.176.944.489,66	2.162.642.636,58
ORDINÁRIA	2.176.944.489,66	2.162.642.636,58
VINCULADA	,00	,00
RECURSOS DESTINADO A EDUCAÇÃO	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS A SAÚDE	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL-RGPS	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00	,00
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	174.256.645,16	205.898.729,97
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.431,06	,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20,42	6.868.400,93
TRANSFERÊNCIA CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	174.255.193,68	199.030.329,04
TRANSFERÊNCIA CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	,00	,00
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	2.951.623.968,50	4.568.296.191,20
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	192.584.586,95	123.516.439,80
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	,00	,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2.759.039.118,55	4.444.779.751,40
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	263,00	,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	1.555.897.261,45	1.320.295.178,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	351.674.100,85	1.320.286.606,14
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.204.199.668,43	,00
OUTROS VALORES	23.492,17	8.571,91
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	6.858.722.364,77	8.257.132.735,80

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO PATRIMONIAL

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

ATIVOS			PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO	3.599.887.454,18	3.328.932.069,12	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.599.887.454,18	3.328.932.069,12
ATIVO CIRCULANTE	1.561.395.010,99	1.326.101.472,53	PASSIVO CIRCULANTE	1.269.977.127,85	1.024.161.949,59
CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	351.674.100,85	1.320.286.606,14	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSISTENCIAIS A PAGAR A		
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.204.312.187,93	8.571,91	CURTO PRAZO	2.594.586,71	,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	,00	,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	,00	,00
ESTOQUES	5.408.722,21	5.806.294,48	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	,00	,00
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	,00	,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	3.196,05	,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.038.492.443,19	2.002.830.596,59	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	,00	,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	64.920.326,40	,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	44.135.691,94	,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	,00	,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.223.243.653,15	1.024.161.949,59
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	64.920.326,40	,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	331.626.929,27	,00
ESTOQUES	,00	,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A		
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	,00	,00	PAGAR A LONGO PRAZO	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	,00	,00
IMOBILIZADO	1.973.572.116,79	2.002.830.596,59	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	,00	,00
INTANGÍVEL	,00	,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	,00	,00
			PROVISÕES A LONGO PRAZO	266.706.602,87	,00
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	64.920.326,40	,00
			RESULTADO DIFERIDO	,00	,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.998.283.397,06	2.304.770.119,53
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	,00	,00
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	,00	,00
			RESERVAS DE CAPITAL	,00	,00
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	,00	,00
			RESERVAS DE LUCROS	,00	,00
			DEMAIS RESERVAS	,00	,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	1.998.283.397,06	2.304.770.119,53
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO PATRIMONIAL

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO (I)	2.498.326.922,49	3.328.932.069,12
ATIVO FINANCEIRO	454.336.729,76	1.320.295.178,05
ATIVO PERMANENTE	2.043.990.192,73	2.008.636.891,07
PASSIVO (II)	1.921.045.335,10	1.284.025.486,67
PASSIVO FINANCEIRO	1.545.282.713,89	1.284.025.486,67
PASSIVO PERMANENTE	375.762.621,21	,00
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)	577.281.587,39	2.044.906.582,45

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO PATRIMONIAL

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	64.920.326,40	61.349.872,74
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	64.920.326,40	61.349.872,74
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	,00	,00
DIREITOS CONTRATUAIS	,00	,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	,00	,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.232.063,80	4.233.647,91
GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS CONCEDIDAS	,00	,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	,00	,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.232.063,80	4.233.647,91
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO PATRIMONIAL

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0000000100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	10.610.725,34	36.269.691,38
0000000101-RECEITAS DESVINCULADAS PELA EC 93/2016	,00	,00
0000000102 -FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECP	,00	,00
0000000103-AUXÍLIO AOS ESTADOS EXPORTADORES	,00	,00
0000000104-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	,00	,00
0000000105-RESULTADO DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS	,00	,00
0000000106-FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ - FEPGE/PR	,00	,00
0000000107-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	,00	,00
0000000108 -ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	,00	,00
0000000109-RECURSOS PROVENIENTES DE PERCENTUAL S/ BILHETES DE PASSAGENS INTERMUNIC. P/ AÇÕES VOLTADAS À CRIANÇA /ADOLESC	,00	,00
0000000110-RECEITAS DECORRENTES DOS FUNDOS ESPECIAIS DO TJPR (FUNREJUS, FUNJUS E FUNSEG)	,00	,00
0000000111-COTA PARTE DAS MULTAS POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO DO FUNRESTRAN DESTINADO AO FUNESP	,00	,00
0000000112-CONVÊNIO DA POLÍCIA MILITAR - FUNESP/PR	,00	,00
0000000113-FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNESP/PR	,00	,00
0000000114-FUNDO DE MAN E DESENVOLVIMENTO DA EDUC E DE VALOR DOS PROF DA EDUC - FUNDEB -40%	,00	,00
0000000115-RECEITA EXCEDENTE DOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS	,00	,00
0000000116-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	,00	,00
0000000119-RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 9703/98	,00	,00
0000000120-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	,00	,00
0000000121-RECEITA DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS NATURAIS - LEI 18.878/2016	,00	,00
0000000122-RECURSOS PROVENIENTES DO PROGRAMA PARANÁ COMPETITIVO	,00	,00
0000000123-FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - FUPEN (INSTITUÍDO P/ LEI 4.955/1964,VINC ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
0000000124-MULTAS E TAXAS DE SAÚDE PÚBLICA - FUNSAUDE	,00	,00
0000000125- VENDA DE AÇÕES E/OU DEVOLUÇÃO DO CAPITAL SUBSCRITO OU NÃO E OUTROS INGRESSOS	,00	,00
0000000126- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FDE	,00	,00
0000000127-FUNDO DE EQUIPAMENTO AGROPECUÁRIO - FEAP (INSTITUÍDO PELA LEI 823/1951, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
0000000128-FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO FISCO - FUNREFISCO	,00	,00
0000000129-FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - FESD (INSTITUÍDO P/LEI 17.244/2012, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/14)	,00	,00
0000000130-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FECON (INSTITUÍDO P/ LEI 14.975/2005, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/14)	,00	,00
0000000131-PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO MENOR E DE NATUREZA SOCIAL - LEI N 11.091/95	,00	,00
0000000132-PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO PATRIMONIAL

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0000000133-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM O EXTERIOR	,00	,00
0000000134-FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO (INSTITUÍDO PELA LEI 16.732/2010, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
0000000135 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA	,00	,00
0000000136 -RECURSOS ORIUNDOS DA TARIFA DE CONCURSOS PÚBLICOS	,00	,00
0000000137-RECURSOS PROVENIENTES DA COMPENSAÇÃO DE PRECATÓRIOS COM DÉBITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	,00	,00
0000000138-FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA (INSTITUIDO P/ LEI 12.945/2000, VINC ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
0000000139-FUNDO ESPECIAL DO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS - FETC	,00	,00
0000000140-ESCOLA DO LEGISLATIVO ESTADUAL E DA TV ASSEMBLEIA	,00	,00
0000000142-OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNAS	,00	,00
0000000143-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - BID	,00	,00
0000000144-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO - FUNDO FINANCEIRO E FUNDO MILITAR	,00	,00
0000000145-FUNDO DE MAN E DESENVOLVIMENTO DA EDUC E DE VALOR DOS PROF DA EDUC - FUNDEB -60%	,00	,00
0000000146-FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FRHI (INSTITUÍDO P/LEI 12.726/1999, VINC. ATRAVÉS DA LEI 18.375/2014)	,00	,00
0000000147-RECEITAS RECOLHIDAS AO TESOUREIRO GERAL DO ESTADO POR DETERMINAÇÃO LEGAL	,00	,00
0000000148-OUTROS CONVÊNIOS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	,00
0000000150-FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA DESTINADO AO FIA – LEI 19.049/2017	,00	,00
0000000151-SISTEMA ESTADUAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS -SEPARTEC (DECRETO Nº9.194/2018)	,00	,00
0000000152-FUNDO DE AVAL GARANTIDOR DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO PARANÁ - FAG (LEI Nº 19.478/2018)	,00	,00
0000000153-FUNDO DE CAPITAL DE RISCO DO ESTADO DO PARANÁ - FCR (LEI Nº 19.479/2018)	,00	,00
0000000154-FUNDO DE INOVAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO PARANÁ - FIME (LEI Nº 19.480/2018)	,00	,00
0000000155-DIREITOS CREDITÓRIOS DO ANTIGO BADEP	,00	,00
0000000156-INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP	,00	,00
0000000157-COMANDO DO CORPO DE BOMBEIRO DO PARANÁ	,00	,00
0000000160-AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR	,00	,00
0000000161--RECURSOS ORIUNDOS DA CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	,00	,00
0000000250 - DIRETAMENTE ARRECADADOS	,00	,00
0000000251-OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	,00	,00
0000000252-OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA	,00	,00
0000000254-MULTAS POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - FUNRESTRAN	,00	,00
0000000255-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - SUS	,00	,00
0000000256-REPOSIÇÃO FLORESTAL - SERFLOR	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
BALANÇO PATRIMONIAL

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0000000257-RECEITAS DE OUTRAS FONTES RECOLHIDAS A ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA POR DETERMINAÇÃO LEGAL	,00	,00
0000000258-DIRETAMENTE ARRECADADO COM UTILIZAÇÃO VINCULADA	,00	,00
0000000259-RECEITAS DESVINCULADAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PELA EC 93/2016	,00	,00
0000000260-ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	,00	,00
0000000261- FUNDO ESPECIAL DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – FUNSUSP/PR	,00	,00
0000000281-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	,00	,00
0000000283- TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS COM O EXTERIOR	,00	,00
0000000284-OUTROS CONVÊNIOS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	,00	,00
0000000162- OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - RECURSOS PROV DOS DEP JUDICIAIS DE TERC	,00	,00
0000000163- RECURSOS ORIUNDOS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA USO EXCLUSIVO NO TRATAMENTO DA COVID 19	,00	,00
0000000164- AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS (INCISO I DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020)	,00	,00
0000000165- AUXILIO FINANEIRO AOS ESTADOS - SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (L.C.Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020)	,00	,00
0000000262- SERVIÇOS DE SAÚDE REMUNERADOS PELO SUS	,00	,00
0000000263-RECURSOS ORIUNDOS DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA USO EXCLUSIVO NO TRATAMENTO DA COVID 19	,00	,00
0000000264-AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LEI Nº 14.017/2020	,00	,00
0000000166 - Transferência Especial da União - Emendas Individuais	,00	,00
0000000167 - Transferência Especial da União - Emendas de Bancada	,00	,00
0000000266 - Transferência Especial da União - Emendas Individuais	,00	,00
0000000267 - Transferência Especial da União - Emendas de Bancada	,00	,00
0000000168-- SERVIÇOS DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO	,00	,00
TOTAL	10.610.725,34	36.269.691,38

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	,00
IMPOSTOS	,00	,00
TAXAS	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	,00	,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	,00	,00
VENDAS DE MERCADORIAS	,00	,00
VENDAS DE PRODUTOS	,00	,00
EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	,00	,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	,00	,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	,00	,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	,00	,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS-FINANCEIRAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.383.438.115,12	2.512.995.186,16
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	2.381.241.162,34	2.504.864.483,64
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.196.674,59	8.130.702,52
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	,00	,00
DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	,00	,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	278,19	,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	649.782,34	83.243,34
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	,00	,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	649.782,34	83.243,34
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	88.764,33	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
VPA A CLASSIFICAR	,00	,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	,00	,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS	,00	,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	88.764,33	,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	2.384.176.661,79	2.513.078.429,50

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	1.981.943.893,81	1.915.968.301,39
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.398.569.131,71	1.464.189.645,88
ENCARGOS PATRONAIS	287.803.841,24	254.521.100,47
BENEFÍCIOS A PESSOAL	96.012.280,22	84.233.305,23
CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-PESSOAL E ENCARGOS	199.558.640,64	113.024.249,81
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	113.148.523,61	102.939.528,62
APOSENTADORIAS E REFORMAS	449.122,47	122.229,98
PENSÕES	,00	,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	,00	,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	,00	,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	,00	,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	112.699.401,14	102.817.298,64
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	44.981.760,65	54.826.824,17
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.664.548,42	3.793.749,72
SERVIÇOS	8.281.494,42	14.589.934,28
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	33.035.717,81	36.443.140,17
CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	,00	,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	,00	,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	,00	,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-FINANCEIRAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	236.902.094,20	224.533.045,38
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	174.384.360,14	206.328.979,45
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.151.269,43	5.005.873,64
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	60.366.464,63	13.198.192,29
DEVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	640.672,43	749.864,05
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	,00	,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	515.246,00	528.288,43

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	125.426,43	213.929,36
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	7.646,26
TRIBUTÁRIAS	42.735,84	1.185.035,28
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	38.022,66	338.628,56
CONTRIBUIÇÕES	4.713,18	846.406,72
CUSTO COM TRIBUTOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	310.892.288,78	184.261,73
PREMIAÇÕES	,00	,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	,00	,00
INCENTIVOS	,00	,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	,00	,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	,00	,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	310.842.294,81	,00
CUSTO DE OUTRAS VPD	,00	,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	49.993,97	184.261,73
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	2.688.551.969,32	2.300.386.860,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	304.375.307,53-	212.691.568,88

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	5.269.982.909,04	6.239.028.640,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	,00	,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	,00	,00
RECEITA PATRIMONIAL	,00	,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	,00	,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	,00	,00
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	5.269.982.909,04	6.239.028.640,71
DESEMBOLSOS	6.238.595.414,33	6.686.137.477,68
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.836.182.086,60	1.801.900.176,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	264.894.140,42	233.550.248,06
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	4.137.519.187,31	4.650.687.053,28
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	968.612.505,29-	447.108.836,97-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	,00	,00
ALIENAÇÃO DE BENS	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	,00	,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	,00	,00
DESEMBOLSOS	,00	1.550,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	,00	1.550,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	,00	,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	,00	,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	,00	1.550,00-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	,00	,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	,00	,00
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTOS	,00	,00
DESEMBOLSOS	,00	,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	,00	,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	,00	,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	,00	,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	968.612.505,29-	447.110.386,97-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.320.286.606,14	1.767.396.993,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	351.674.100,85	1.320.286.606,14

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00
INTERGOVERNAMENTAIS	,00	,00
DA UNIÃO	,00	,00
DE ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	,00	,00
DE MUNICÍPIOS	,00	,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	264.894.140,42	233.550.248,06
INTERGOVERNAMENTAIS	,00	,00
A UNIÃO	,00	,00
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	,00	,00
A MUNICÍPIOS	,00	,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	264.894.140,42	233.550.248,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	,00

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	1.836.182.086,60	1.801.900.176,34
LEGISLATIVA	,00	,00
JUDICIÁRIA	1.796.087.977,97	1.764.244.482,70
ESSENCIAL A JUSTIÇA	,00	,00
ADMINISTRAÇÃO	,00	,00
DEFESA NACIONAL	,00	,00
SEGURANÇA PÚBLICA	,00	,00
RELAÇÕES EXTERIORES	,00	,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00	,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	40.054.568,84	36.471.137,26
SAÚDE	,00	,00
TRABALHO	,00	,00
EDUCAÇÃO	,00	,00
CULTURA	,00	,00
DIREITOS DA CIDADANIA	,00	,00
URBANISMO	,00	,00
HABITAÇÃO	,00	,00
SANEAMENTO	,00	,00
GESTÃO AMBIENTAL	,00	,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	,00	,00
AGRICULTURA	,00	,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	,00	,00
INDÚSTRIA	,00	,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	,00	,00
COMUNICAÇÕES	,00	,00
ENERGIA	,00	,00
TRANSPORTE	,00	,00
DESPORTO E LAZER	,00	,00
ENCARGOS ESPECIAIS	39.539,79	1.184.556,38

UNIDADE - 0500 - TRIBUNAL DE JUSTICA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2021

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA	,00	,00
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA	,00	,00
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações, considerando os mais diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas.

Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações.

Exercício 2021



Tribunal de Justiça do Paraná
Departamento Econômico Financeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJPR

Praça Nossa Senhora de Salette, S/N
CEP 80.530-912 - Curitiba, PR

Des. José Laurindo de Souza Netto

Presidente TJPR

Mariana da Costa Turra Brandão

Secretária do TJPR

Moacir Carneiro Júnior

Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

Leonir Valmorbida

Coordenador de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil
CRC nº PR-045671/O

Rosângela Daniele Campos Silva

Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC nº PR-045232/O

CONTEÚDO

Lista de siglas.....	5
Lista de Tabelas e Gráficos	6
Apresentação	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	11
Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial	12
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12
Nota 3 – Estoques	13
Nota 4 – Imobilizado	14
Nota 5 – Passivo Circulante.....	18
Nota 6 – Passivo Não Circulante.....	19
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP).....	21
Notas Explicativas das Demonstração das Variações Patrimoniais	22
Nota 7 – VPA Transferências e Delegações Recebidas.....	22
Nota 8 – VPA Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22
Nota 9 – VPD Pessoal e Encargos	23
Nota 10 – VPD Transferências e Delegações Concedidas.....	24
Nota 11 – VPD Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	25
BALANÇO FINANCEIRO (BF)	26
Notas Explicativas ao Balanço Financeiro	27
Nota 12 – Receitas Orçamentárias	27
Nota 13 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	27
Nota 14 – Restos a Pagar (inscritos e pagos)	27
Nota 15 – Saldo para o Exercício Seguinte.....	27



Tribunal de Justiça do Paraná

Departamento Econômico Financeiro

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO).....	28
Anexo I – Demonstrativo de Execução dos RPNP	29
Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário	
Nota 16 – Dotação e Execução Orçamentária da Despesa.....	30
Nota 17 – Execução de Restos a Pagar	32
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	33
Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	
Nota 18 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	34

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CGE	Controladoria Geral do Estado do Paraná
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIAF	Sistema Integrado de Finanças Públicas
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela I	Percentual de Depreciação e Vida Útil Estimada de Bens Móveis
Tabela II	Caixa e Equivalentes de Caixa
Tabela III	Estoques
Tabela IV	Bens Móveis
Tabela V	Bens Imóveis
Tabela VI	Provisões a Curto Prazo
Tabela VII	Provisões a Longo Prazo
Tabela VIII	Transferências e Delegações Recebidas
Tabela IX	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
Tabela X	Pessoal e Encargos
Tabela XI	Transferências e Delegações Concedidas
Tabela XII	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas
Tabela XIII	Execução da Despesa por Grupo
Tabela XIV	Outras Despesas Correntes

GRÁFICOS

Gráfico 1	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
Gráfico 2	Bens Móveis – Depreciação Acumulada
Gráfico 3	Demais Obrigações a Curto Prazo
Gráfico 4	Dotação Orçamentária
Gráfico 5	Execução de Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça é um órgão do Poder Judiciário do Estado do Paraná, cadastrado no CNPJ sob o nº 77.821.841/0001-94, com sede na Praça Nossa Senhora de Salette - Centro Cívico, Curitiba, PR, e estabelecimentos distribuídos por todo o estado paranaense, num total de 161 Comarcas constituídas.

A constituição, estrutura, atribuições e competências do Poder Judiciário encontram-se estabelecidas na Constituição Federal; no Capítulo III, Título III da Constituição Estadual; no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Lei Estadual nº 14.277/2003 e no Regimento Interno, Resolução nº 01, de 05/07/2010.

A demonstrações contábeis foram elaboradas e extraídas do Sistema Integrado de Finanças Públicas (NovoSIAF), observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e as Orientações Técnicas Contábeis da SEFA/PR.

A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real.

A Prestação de Contas é composta pelos seguintes relatórios:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Financeiro;
- Balanço Orçamentário;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A normas sobre depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário foram instituídas pelas Instruções Normativas TJPR nº 11/2018 (bens móveis) e nº 16/2018 (bens imóveis). O objetivo foi atender o disposto nas Leis Federais nºs 4.320/1964 e 8.666/1993, Lei Estadual nº 15.608/2007, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, bem como a Resolução Conjunta SEAP/SEFA/CGE nº 01/2016.

Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

O método de depreciação para os Bens Móveis é o de quotas constantes, e a vida útil e as taxas de depreciação aplicadas são as na tabela a seguir:

TABELA I: Percentual de Depreciação e Vida Útil Estimada de Bens Móveis

Grupo de produto	Percentual residual	Vida útil (meses)
Aparelhos de Medição e Orientação	10	180
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	20	120
Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	20	120
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	20	180
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	120
Armamentos	15	240
Coleções e Materiais Bibliográficos	0	120
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	60
Equipamentos de Processamento de Dados	10	60
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	120
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	120
Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	10	60
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	120
Máquinas e Equipamentos Gráficos	10	180
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropecuários	10	120
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	120
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	120
Mobiliário em Geral	10	120
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	120
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	120
Veículos de Tração Mecânica	10	180
Veículos em Geral	10	180

Em relação aos Bens Imóveis, exceto terrenos, foi adotado o “Método de Depreciação de Ross-Heidecke”, metodologia mista de depreciação que considera a vida útil estimada, a idade real e o estado de conservação da edificação, segundo a depreciação esperada dos sistemas (estrutural, alvenarias, hidráulica, cobertura, elétrica, lógica, fundações, esquadrias, revestimentos, etc.) e idade da edificação segundo coeficientes que representam a idade da

edificação e a potencialidade decorrente do surgimento de patologias com a maior idade desta, dado seu uso normal, com fundamento no arbitramento da previsão de vida útil estipulada (VUE) para cálculo de Fator de Depreciação (FD) e o Fator Residual de Depreciação (FRD).

FÓRMULA DE CÁLCULO

I. Fator de Depreciação (FD):

$$FD = [\alpha + (1 - \alpha) c] Vd$$

Onde:

FD = Fator de Depreciação

c = Coeficiente de Heidecke

α = parcela de depreciação pela idade real já decorrida segundo método de Ross

Vd = Valor depreciável

II. Coeficiente de Heidecke (c), decorrente do estado da edificação e depreciação percentual respectiva, obtido na tabela 1:

Tabela 1: Coeficiente de Depreciação Física pelo Estado de Conservação da Edificação.

Código	Estado de Conservação *1	Classificação	Depreciação (%)	Coeficiente de Heidecke (c)
a	Nova	Ótimo	0,00	0,0000
b	Entre nova e regular	Muito bom	0,32	0,0032
c	Regular	Bom	2,52	0,0252
d	Entre regular e reparos simples	Intermediário	8,09	0,0809
e	Reparos simples	Regular	18,10	0,1810
f	Entre reparos simples e importantes	Deficiente	33,20	0,3320
g	Reparos importantes	Mau	52,60	0,5260
h	Entre reparos importantes e edificação sem valor	Muito mau	75,20	0,7520
i	Edificação sem valor	Sem valor	100,00	1,0000

Para estado de conservação, devem ser atendidos os critérios constantes do art. 6º da Instrução Normativa nº 16/2018 - TJPR.

III. Parcela de Depreciação (α):

$$\alpha = 1/2 (IR/VUE + IR2/VUE2)$$

Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

onde:

IR = Idade Real (ano corrente – ano de construção)
VUE = Vida Útil Estimada (conforme tabela 2, a qual variará para cada classe/tipo de imóvel):

Tabela 2: Vida Útil Estimada e Valor Residual

Classe	Tipo	Padrão	VUE - Vida Útil Estimada (anos)	Vr - Valor Residual (%)
Residencial	Casa	Simple	70	20
Comercial	Escritório	Simple	70	20
	Galpões	Simple	60	20

IV. Valor depreciável (Vd):

$$Vd = 1 - Vr$$

onde:

Vr = Valor Residual (conforme tabela 2)

V. Fator de Residual de Depreciação (FRD):

$$FRD = 1 - FD$$

onde:

FD = Fator de Depreciação

O ajuste inicial dos bens móveis e imóveis adquiridos, recebidos em doação ou construídos, foi realizado no final do exercício de 2019 e início do exercício de 2020, nos termos das Instruções Normativas nºs 11/2018 e 16/2018, ambas deste Tribunal de Justiça. A atividade foi realizada por Grupo de Trabalho Multidisciplinar, designado pela Portaria nº 146/2018-SEC.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Esta demonstração apresenta a posição patrimonial em 31 dezembro de 2021 e 2020. No ativo, estão demonstradas as contas que representam os recursos aplicados nas atividades do órgão, e no passivo o total de recursos que foram empregados para financiar essas atividades.

BALANÇO PATRIMONIAL

CONTAS	NE	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		3.599.887.454,18	3.328.932.069,12
Ativo Circulante		1.561.395.010,99	1.326.101.472,53
Caixa Equivalente de Caixa	1	351.674.100,85	1.320.286.606,14
Créditos a curto prazo	2	1.204.312.187,93	8.571,91
Estoques	3	5.408.722,21	5.806.294,48
Ativo Não Circulante		2.038.492.443,19	2.002.830.596,59
Ativo Realizável a Longo Prazo		64.920.326,40	0,00
Investimentos e Aplicações temporárias a longo prazo		64.920.326,40	0,00
Imobilizado	4	1.973.572.116,79	2.002.830.596,59
Bens Móveis		271.081.753,60	264.680.167,99
Bens Imóveis		2.167.678.315,34	2.200.264.797,74
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas		465.187.952,15	462.114.369,14
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.599.887.454,18	3.328.932.069,12
Passivo Circulante	5	1.269.977.127,85	1.024.161.949,59
Obrigações trabalh., prev. e assist.a pagar a curto prazo		2.594.586,71	0,00
Obrigações Fiscais a curto prazo		3.196,05	0,00
Provisões a curto prazo	5	44.135.691,94	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.223.243.653,15	1.024.161.949,59
Passivo Não Circulante	6	331.626.929,27	0,00
Provisões a longo prazo	6	266.706.602,87	0,00
Demais Obrigações a longo prazo		64.920.326,40	0,00
Patrimônio Líquido		1.998.283.397,06	2.304.770.119,53
Resultados Acumulados		1.998.283.397,06	2.304.770.119,53

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1: Caixa e Equivalentes de Caixa

Valores que representam a disponibilidade (liquidez) imediata.

Tabela II – Caixa e Equivalentes de Caixa

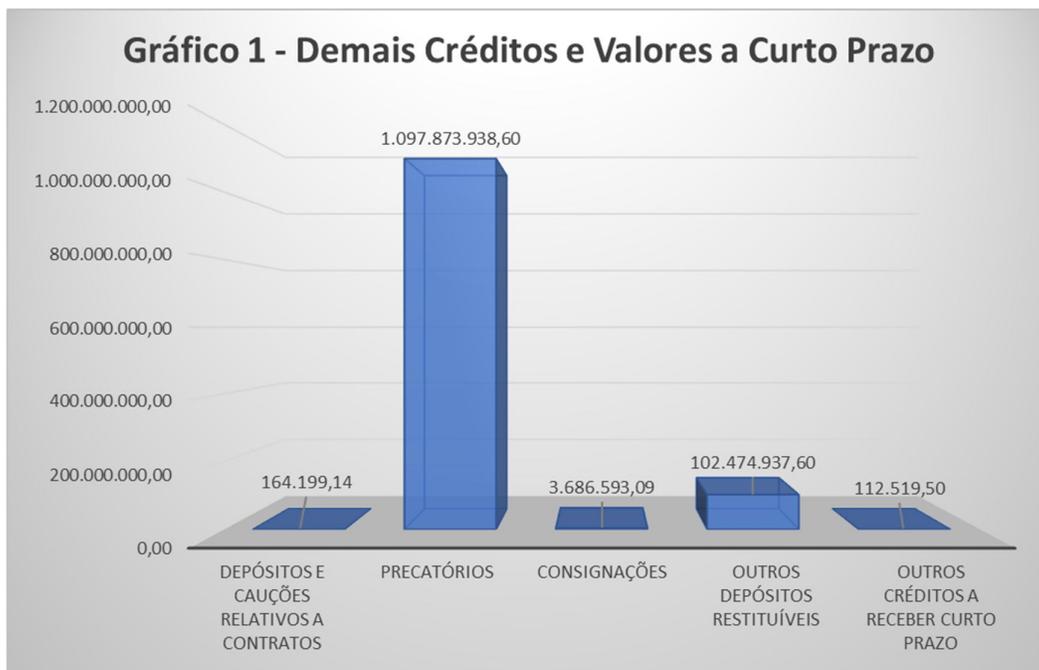
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades Financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Conta Corrente	10.030,00	3.662.426,00
Aplicações Financeiras	351.664.070,85	1.316.624.180,14
TOTAL	351.674.100,85	1.320.286.606,14

As aplicações financeiras referem-se a operações de curto prazo e CDB- Certificado de Depósito Bancário, de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal e Banco Itaú S/A, que estão conversíveis em um montante conhecido de caixa. As operações junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade CDB possuem remuneração contratual de 98,5% do CDI.

A variação negativa expressiva das Disponibilidades Financeiras do exercício de 2020 para 2021, se deu devido a reclassificação contábil das contas correntes provenientes de recursos de terceiros e recursos destinados ao pagamento de precatórios, para o grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

NOTA 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, além daquelas constantes na conta "Créditos a Curto Prazo".



No gráfico, observamos que os montantes mais significativos se concentram nas contas "Precatórios" e "Outros Depósitos Restituíveis", sendo o primeiro referente ao saldo de precatórios do Estado e Municípios, onde sua movimentação detalhada ocorre na contabilidade do Estado do Paraná e o segundo se refere aos registros dos depósitos resultantes da execução de penas de prestação pecuniária e depósitos de serventias extrajudiciais e interinos.

NOTA 3: Estoques

A conta Estoque compreende os bens em almoxarifado, que são avaliados e registrados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado móvel.

Tabela III – Estoques

Estoques (valor contábil)			
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Material de Consumo	1.336.152,11	1.440.718,25	-7
Gêneros Alimentícios	72.949,30	81.910,59	-11
Materiais de Construção	3.816.103,89	4.075.366,22	-6
Medicamentos e Materiais Hospitalares	176.416,31	200.606,32	-12
Material de Processamento de Dados	7.100,60	7.693,10	-8
TOTAL	5.408.722,21	5.806.294,48	-7

A variação negativa de 7% em relação ao exercício de 2020, se justifica devido a pandemia do vírus SARS COV 2, onde a maioria dos prédios do Poder Judiciário se mantiveram fechados ou com atendimento parcial, bem como os servidores trabalhando em regime *home office*, sendo o estoque suficiente para a demanda existente no período.

NOTA 4: Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Bens Móveis

Os bens Móveis do TJPR estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir.

Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

Tabela IV – Bens Móveis

BENS MÓVEIS (Saldo Contábil)				
Bens Móveis	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Aparelhos de medição e orientação	110.459,52	109.535,52	0,84%	0,04%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	14.173.184,13	14.193.051,18	-0,14%	5,23%
Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	907.736,44	908.116,44	-0,04%	0,33%
Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	759,00	759,00	0,00%	0,00%
Aparelhos de proteção, segurança e socorro	2.622.116,69	2.110.328,06	24,25%	0,97%
Máquinas e equipamentos energéticos	5.982.233,70	5.731.198,46	4,38%	2,21%
Máquinas e equipamentos gráficos	421.456,92	326.371,89	29,13%	0,16%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	258.969,51	259.752,30	-0,30%	0,10%
Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	13.614,66	13.614,66	0,00%	0,01%
Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	9.945,00	9.945,00	0,00%	0,00%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	449.502,99	391.148,93	14,92%	0,17%
Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	11.697.275,78	7.780.332,79	50,34%	4,32%
Equipamentos de processamento de dados	130.413.294,64	131.300.451,32	-0,68%	48,11%
Sistemas aplicativos - Softwares	1.344.260,88	1.344.260,88	0,00%	0,50%
Aparelhos e utensílios domésticos	3.940.523,20	3.931.038,49	0,24%	1,45%
Máquinas e utensílios de escritório	791.404,27	804.363,16	-1,61%	0,29%
Mobiliário em geral	68.927.436,94	67.416.295,25	2,24%	25,43%
Coleções e materiais bibliográficos	1.036.238,61	1.036.238,61	0,00%	0,38%
Instrumentos musicais e artísticos	253,35	253,35	0,00%	0,00%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	14.546.544,13	13.642.913,11	6,62%	5,37%
Obras de arte e peças para exposição	41.152,16	41.052,16	0,24%	0,02%
Veículos em geral	283.637,48	283.637,48	0,00%	0,10%
Veículos de tração mecânica	7.256.556,71	7.834.717,34	-7,38%	2,68%
Peças não incorporáveis a imóveis	5.853.196,89	5.210.792,61	12,33%	2,16%
Valor Bruto Contábil dos Bens	271.081.753,60	264.680.167,99	2,42%	100,00%
Depreciação Acumulada	-161.565.781,80	-139.878.691,91	15,50%	-59,60%
Valor Contábil Líquido	109.515.971,80	124.801.476,08	-12,25%	40,40%

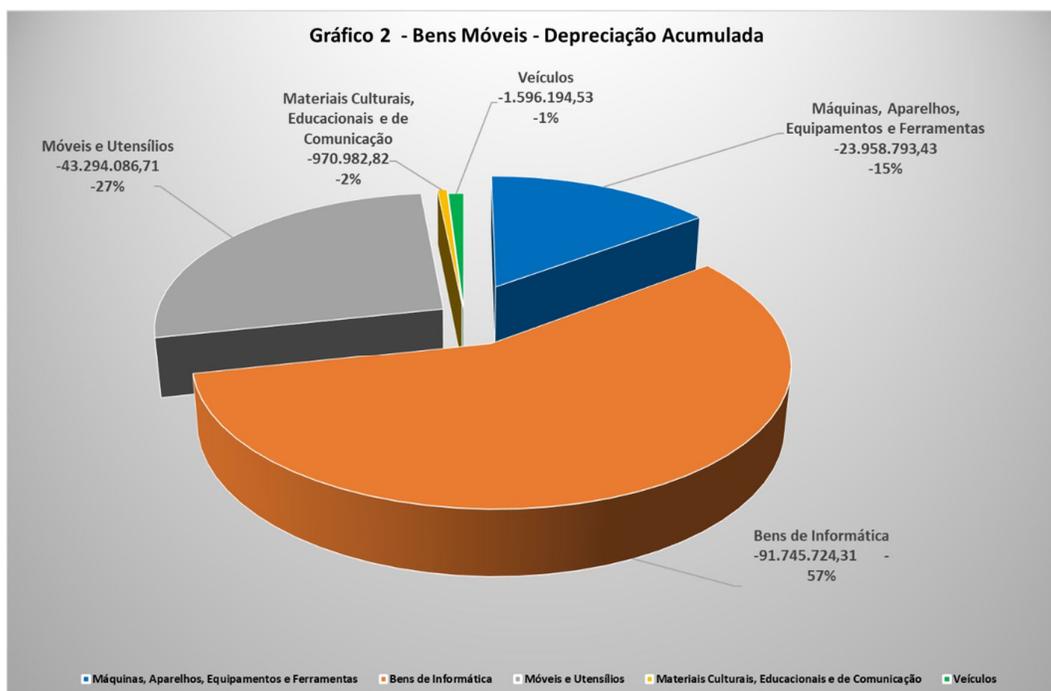
O valor contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens em dezembro de 2021, no montante de R\$ 109.515.971,80, ou seja, do valor bruto de R\$ 271.081.753,60, o órgão apresenta uma depreciação de 59,60% de seu Imobilizado registrado na rubrica de “Bens Móveis”.

Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

O método de depreciação dos bens móveis está descrito no item “Apresentação” deste relatório.

Cabe ressaltar que o Departamento Econômico Financeiro vem envidando esforços junto ao Departamento do Patrimônio para cumprir todas as disposições contidas no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), aprovado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dá continuidade ao processo de convergência da CASP aos padrões internacionais.

Quanto à depreciação acumulada dos bens móveis, em dezembro/2021, tem-se a seguinte representação gráfica, com destaque para a depreciação de 57% dos bens de informática:



Bens Imóveis

Os bens imóveis são compostos por edificações e terrenos, além dos bens imóveis em andamento, o qual compõem, Estudos e Projetos para construção, reforma e ampliação de bens imóveis do Poder Judiciário, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela V – Bens Imóveis

Bens Imóveis (Saldo Contábil)				
	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Bens de Uso Especial	2.167.570.580,34	2.200.041.662,74	-1%	100%
Edifícios	1.401.597.967,47	1.416.866.779,00	-1%	65%
Terrenos/Glebas	765.972.612,87	783.174.883,74	-2%	35%
Bens Imóveis em andamento	107.735,00	223.135,00	-52%	0%
Estudos e Projetos	107.735,00	223.135,00	-52%	0%
Valor Bruto Contábil dos Bens	2.167.678.315,34	2.200.264.797,74	-1%	100%
Depreciação Acumulada	- 303.622.170,35	- 322.235.677,23	-6%	-14%
Valor Contábil Líquido	1.864.056.144,99	1.878.029.120,51	-1%	86%

O saldo contábil líquido demonstra o valor atualizado dos bens imóveis em dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.864.056.144,99, após a depreciação, uma redução pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, de 14% em relação ao saldo contábil bruto de R\$ 2.167.678.315,34.

Verificamos na tabela acima que houve um decréscimo de 1% em relação ao exercício anterior, ocasionado por registros de ajustes nos saldos dos bens imóveis, em conformidade com o relatório do patrimônio apresentado pelo sistema próprio.

Todos os registros referentes aos bens móveis e imóveis são lançados no HERMES - sistema de patrimônio próprio do Poder Judiciário.

NOTA 5: Passivo Circulante

O Passivo Circulante consiste nas obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos esperados ou estabelecidos estejam situados até o término do exercício seguinte.

Neste grupo podemos destacar as Provisões a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo, como segue:

Tabela VI – Provisões a Curto Prazo

Provisões a Curto Prazo	
	31/12/2021
Indenização de férias	116,87
URV e Parcela Autônoma de Equivalência - PAE	656,89
Licença pecúnia	44.134.273,99
Licença pecúnia (inativos)	644,19
TOTAL	44.135.691,94

O item Provisões a Curto Prazo é constituído por provisões para indenizações trabalhistas de exercícios anteriores a serem liquidadas até o término do próximo exercício, com destaque de 99,99% do valor para indenização de licença especial.

As provisões a curto prazo são tratadas através dos SEI's nº 0005867-05.2017 e 0146124-41.2021.



Nas Demais Obrigações a Curto Prazo estão registrados valores a serem repassados a terceiros como retenções da folha de pagamento, depósitos resultantes da execução de penas de prestação pecuniária, depósitos de serventias extrajudiciais e interinos, ficando em evidência o valor de “Outros Depósitos”, sendo estes 99% referente a Precatórios do Estado e Município.

NOTA 6: Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto das contas para registro de todas as obrigações que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço.

Damos ênfase ao item “Provisões a Longo Prazo”, no qual consiste em provisão para indenizações trabalhistas detalhadas na tabela VI e tratadas nos SEI's nº 0005867-05.2017 e 0146124-41.2021.

Tribunal de Justiça do Paraná

Departamento Econômico Financeiro

Tabela VII – Provisões a Longo Prazo

Provisões a Longo Prazo	
	31/12/2021
URV Magistrados	38.443.426,93
URV Servidores	135.048.006,86
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE Magistrados (pensionistas)	38.797.392,02
Parcela Autônoma de Equivalência - PAE Magistrados	54.417.777,06
TOTAL	266.706.602,87

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Transferências e Delegações Recebidas	7	2.383.438.115,12	2.512.995.186,16
Transfer. Intra Governamentais		2.381.241.162,34	2.504.864.483,64
Transfer. Inter Governamentais		2.196.674,59	8.130.702,52
Outras Transfer.e Delegações Recebidas		278,19	0,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		649.782,34	83.243,34
Ganhos com Incorporação de Ativos		649.782,34	83.243,34
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8	88.764,33	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		88.764,33	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		2.384.176.661,79	2.513.078.429,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Encargos	9	1.981.943.893,81	1.915.968.301,39
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		113.148.523,61	102.939.528,62
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		44.981.760,65	54.826.824,17
Transferências e Delegações Concedidas	10	236.902.094,20	224.533.045,38
Transfer. Intra Governamentais		174.384.360,14	206.328.979,45
Transfer. Inter Governamentais		2.151.269,43	5.005.873,64
Transfer. Concedidas		60.366.464,63	13.198.192,29
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		640.672,43	749.864,05
Perdas com alienação		515.246,00	528.288,43
Perdas Involuntárias		125.426,43	213.929,36
Desincorporação de Ativos		0,00	7.646,26
Tributárias		42.735,84	1.185.035,28
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11	310.892.288,78	184.261,73
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		2.688.551.969,32	2.300.386.860,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		-304.375.307,53	212.691.568,88

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Neste demonstrativo, é relevante reportamos ao seguinte grupo de contas:

NOTA 7: VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Na tabela seguinte estão discriminados os itens da rubrica Transferências e Delegação Recebidas pelo TJPR com valores mais expressivos.

Tabela VIII – Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e Delegações Recebidas			
	31/12/2021	31/12/2020	AV(%)
Transferência Financeira Recursos Tesouro Estadual (cota)	2.311.852.083,96	2.397.942.657,00	97
Demais Transferências Recebidas	71.586.031,16	115.052.529,16	3
TOTAL	2.383.438.115,12	2.512.995.186,16	100

O valor referente as cotas financeiras (duodécimos) recebidas do Tesouro Estadual no exercício de 2021, para execução das despesas orçamentárias e extraorçamentárias representam mais de 95% de todas as variações patrimoniais aumentativas registradas no Tribunal.

As Demais Transferências Recebidas são provenientes de bens recebidos em doação; obras concluídas e bens móveis, onde suas aquisições e pagamentos se deram pelas unidades orçamentárias dos Fundos Especiais do Poder Judiciário, sendo reconhecidos no patrimônio do TJPR.

NOTA 8: VPA - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas, não incluídas nos grupos anteriores.

Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

Tabela IX – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
	31/12/2021	31/12/2020
Restituições	88.764,33	0,00
TOTAL	88.764,33	0,00

O valor registrado em “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” é referente a restituições de pessoal cedido a outros órgãos do Estado e da União.

NOTA 9: VPD – Pessoal e Encargos

Tabela X – Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos - Composição				
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Vencimentos e Salários	541.601.206,11	532.629.868,36	1,68	27,33
Contribuição Patronal - RPPS	255.637.379,89	227.092.801,42	12,57	12,90
Contribuição Patronal - RGPS	32.166.461,35	27.428.299,05	17,27	1,62
Abono de Permanência	17.232.744,91	16.946.448,21	1,69	0,87
Adicional de Insalubridade	77.494,56	77.494,56	0,00	0,00
Gratificação por exercício de funções	27.066.277,75	35.728.905,61	-24,25	1,37
Gratificação por tempo de serviço	68.249.689,72	69.225.890,34	-1,41	3,44
Gratificações especiais	163.102.717,43	138.931.535,33	17,40	8,23
Férias vencidas e proporcionais	39.774,81	134.662,85	-70,46	0,00
13º salário	102.743.483,76	100.270.733,67	2,47	5,18
Férias - abono constitucional	30.768.441,79	32.716.581,34	-5,95	1,55
Subsídios	371.591.901,94	368.698.713,52	0,78	18,75
Gratificação por exercício de cargo em comissão	609.991,70	383.614,18	59,01	0,03
Outros venc.e vantagens fixas - Pessoal Civil RPPS	72.917.698,74	166.736.059,23	-56,27	3,68
Serviços Extraordinários	2.567.708,49	1.709.138,68	50,23	0,13
Auxílio Alimentação	80.927.367,12	69.235.472,57	16,89	4,08
Auxílio Transporte	15.084.913,10	14.997.832,66	0,58	0,76
Rescisões Contratuais - RGPS	193.021.154,39	108.076.384,68	78,60	9,74
Ressarcimento de encargos - pessoal cedido	115.725,72	485.418,49	-76,16	0,01
Outras VPD's	6.421.760,53	4.462.446,64	43,91	0,32
TOTAL	1.981.943.893,81	1.915.968.301,39	3,44	100,00

Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

Neste item são registradas as variações patrimoniais diminutivas relativas as despesas com pessoal ativo do tribunal. A tabela acima mostra que houve um decréscimo em relação a 2020 de mais de 70% com ressarcimento de pessoal cedido. Convém destacar que a maioria das despesas com Pessoal e Encargos são provenientes de “Vencimentos e Salários”, perfazendo 27% de todo o valor gasto com Pessoal e Encargos. No entanto, em termos gerais, a despesa total com pessoal ativo aumentou apenas 3,44%, ficando dentro do esperado, levando em consideração o momento econômico que o país está passando.

NOTA 10: VPD – Transferências e Delegações Concedidas

As “Transferências e Delegações Concedidas” compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais e transferências Concedidas, as quais estão detalhadas abaixo.

Tabela XI – Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e Delegações Concedidas			
	31/12/2021	31/12/2020	AV(%)
Ordem de Transferências concedidas	20,42	6.868.400,93	0,0
Cobertura de Insuficiência Financeira - RPPS	174.255.193,68	199.030.329,04	73,6
Doação de bens móveis	2.278.984,41	5.436.123,12	1,0
Cessão de uso de bens	60.366.464,63	8.697.978,59	25,5
Demais Transferências concedidas	1.431,06	4.500.213,70	0,0
TOTAL	236.902.094,20	224.533.045,38	100

A reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná foi instituído pela Lei 17.435 de 21 de dezembro de 2012 e suas alterações, onde foi estabelecido o repasse para Cobertura de Insuficiência Financeira do Regime Próprio de Previdência Social, e conforme a tabela XI, constatou-se que mais de 73% do valor total registrado foi para esse fim.

NOTA 11: VPD – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas, não incluídas nos grupos anteriores.

Tabela XII – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos trabalhistas	310.842.294,81	0,00
Indenizações e Restituições	49.993,97	184.261,73
TOTAL	310.892.288,78	184.261,73

Neste item damos destaque à Provisão para riscos trabalhistas, onde as informações e detalhamentos constam nas Notas Explicativas nº 5 e 6 e Tabelas VI e VII.

Tribunal de Justiça do Paraná

Departamento Econômico Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	NE	EXERCICIO 2021	EXERCICIO 2020
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	12	0,00	0,00
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		2.311.853.515,02	2.397.942.657,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.431,06	0,00
Transferências Recebidas independentes da Execução Orçamentária	7	2.311.852.083,96	2.397.942.657,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		3.226.573.671,70	4.091.784.513,78
Inscrição de Restos a Pagar não processados	17	265.855.066,83	250.707.101,98
Inscrição de Restos a Pagar processados		2.597.782,76	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13	2.958.120.822,11	3.841.077.411,80
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		1.320.295.178,05	1.767.405.565,02
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		1.320.286.606,14	1.767.396.993,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Outros Valores		8.571,91	8.571,91
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		6.858.722.364,77	8.257.132.735,80
DISPÊNDIOS	NE	EXERCICIO 2021	EXERCICIO 2020
DESPA ORÇAMENTÁRIA (VI)		2.176.944.489,66	2.162.642.636,58
Ordinária		2.176.944.489,66	2.162.642.636,58
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		174.256.645,16	205.898.729,97
Transferências concedidas para Execução Orçamentária		1.431,06	0,00
Transferências concedidas independentes de Execução Orçamentária		20,42	6.868.400,93
Transferências concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	10	174.255.193,68	199.030.329,04
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		2.951.623.968,50	4.568.296.191,20
Pagamentos de Restos a Pagar não processados	17	192.584.586,95	123.516.439,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13	2.759.039.118,55	4.444.779.751,40
Outros Pagamentos Extraorçamentários		263,00	0,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	15	1.555.897.261,45	1.320.295.178,05
Caixa e Equivalentes de Caixa		351.674.100,85	1.320.286.606,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.204.199.668,43	0,00
Outros Valores		23.492,17	8.571,91
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		6.858.722.364,77	8.257.132.735,80

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 12: Receitas Orçamentárias

Não há receitas orçamentárias realizadas, devido a unidade do Tribunal de Justiça ser custeada através das transferências do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme Constituição Federal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 20421/2020, no seu art.22.

NOTA 13: Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os recebimentos e pagamentos dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados são referentes aos registros dos Precatórios, da execução de penas de prestação pecuniária, das consignações e das cauções em garantia referente a contratos do TJPR.

NOTA 14: Restos a Pagar (Inscritos e Pagos)

As informações sobre Restos a Pagar (RP) inscritos e pagos constam da Nota Explicativa nº 17.

NOTA 15: Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício (diferença entre o total de ingressos e o total de dispêndios) foi superavitário no período em R\$ 1.555.897.261,45, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa e Créditos a Curto Prazo com atributo "F" do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o BF do exercício seguinte.

Demais detalhes do saldo do Caixa e Equivalente de Caixa podem ser encontrados na Nota Explicativa nº 1: Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tribunal de Justiça do Paraná

Departamento Econômico Financeiro

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, demonstrando, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES (I)	12	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)		0,00	0,00	2.176.944.489,66	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)		0,00	0,00	2.176.944.489,66	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO 2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
DESPESAS CORRENTES (VIII)		2.124.922.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	24,34
Pessoal e Encargos Sociais	16	1.858.945.419,00	1.955.912.707,00	1.955.912.697,11	1.690.323.199,11	1.687.728.612,40	9,89
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16	265.976.665,00	221.031.807,00	221.031.792,55	220.766.223,72	220.763.027,67	14,45
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	16	2.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		2.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		2.126.982.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	24,34
SUPERÁVIT (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIII) = (XI + XII)		2.126.982.084,00	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	1.911.089.422,83	1.908.491.640,07	24,34

Tribunal de Justiça do Paraná

Departamento Econômico Financeiro

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO 2021						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em exercícios anteriores	Em 31/dez do exercício anterior				
DESPESAS CORRENTES	9.156.435,10	250.707.101,98	192.584.586,95	192.584.586,95	13.692.738,98	53.586.211,15
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	245.989.411,00	192.435.334,85	192.435.334,85	0,00	53.554.076,15
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.156.435,10	4.717.690,98	149.252,10	149.252,10	13.692.738,98	32.135,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.156.435,10	250.707.101,98	192.584.586,95	192.584.586,95	13.692.738,98	53.586.211,15

A execução orçamentária do TJPR se deu especificamente em relação às despesas públicas, tendo em vista que este tribunal não arrecada recursos próprios e integra o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Paraná.

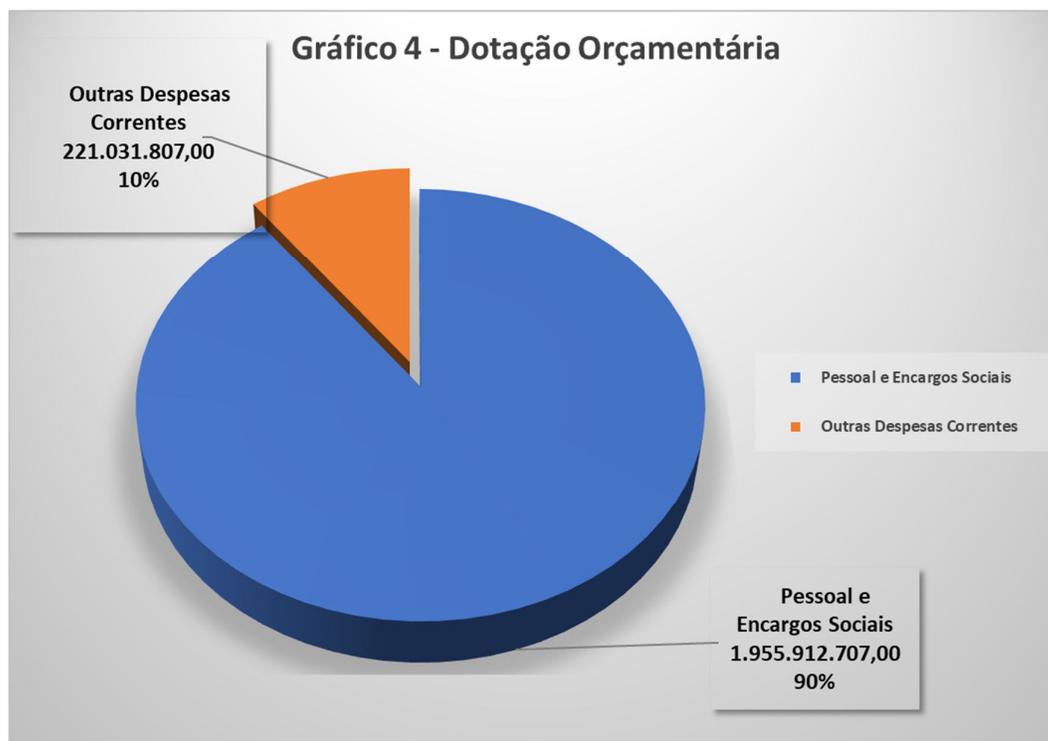
Portanto, a previsão e a arrecadação da receita são efetuadas no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, sendo os recursos descentralizados ao TJPR por meio de Transferência Financeira (cotas) pela mesma Secretaria.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 16: Dotação e Execução Orçamentária da Despesa

Dotação Orçamentária

Para o exercício financeiro de 2021, o TJPR contou com uma dotação orçamentária atualizada de R\$ 2.176.944.514,00, distribuída nos seguintes grupos de despesas:



Execução Orçamentária

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se, na tabela XIII a seguir, que no exercício financeiro de 2021 foi executado (empenhados) praticamente 100% do orçamento atualizado para o exercício, restando um saldo orçamentário de R\$ 24,34.

Tribunal de Justiça do Paraná Departamento Econômico Financeiro

Tabela XIII – Execução da Despesa por Grupo

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	AV
Pessoal e Encargos Sociais	1.955.912.707,00	1.955.912.697,11	9,89	90%
Outras Despesas Correntes	221.031.807,00	221.031.792,55	14,45	10%
TOTAL DAS DESPESAS	2.176.944.514,00	2.176.944.489,66	24,34	100%

Do montante empenhado, observa-se na tabela, que as despesas ocorreram 100% em Despesas Correntes, sendo 90% empenhado no grupo “Pessoal e Encargos Sociais” e 10% no grupo “Outras Despesas Correntes”.

Cabe destacar que no grupo “Outras Despesas Correntes”, tem-se como itens de maior gasto as despesas com auxílios saúde, alimentação e transporte, perfazendo mais de 92% do total empenhado, conforme demonstra a Tabela XIV.

Tabela XIV – Outras Despesas Correntes

Elemento Despesa	Despesas Empenhadas	AV(%)
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	108.977.435,87	49,30
Auxílio Alimentação - RPPS	45.264.987,11	20,48
Auxílio Alimentação - RGPS	35.662.380,01	16,13
Auxílio Transporte - RPPS	15.084.913,10	6,82
Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do Fundo de Previdência	6.421.760,53	2,91
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.202.987,27	1,90
Diárias	2.064.873,93	0,93
Ajuda de Custo para remoção	880.598,81	0,40
Fundo Rotativo	834.364,19	0,38
Auxílio Funeral Ativo e Inativo Civil - RPPS	886.965,27	0,40
Serviço Médico-Hospital, Odontológico e Laboratoriais	600.000,00	0,27
Gratificação pelo Exercício de Encargos de Membro de Banca Examinadora de Concurso – GEEBE	35.441,57	0,02
Indenizações	49.993,97	0,02
IPTU	38.022,66	0,02
Serviço de Seleção e Treinamento	13.992,00	0,01
Obrigações Patronais sobre Serviços de Pessoa Física	4.500,85	0,00
Serviços Técnicos Profissionais	8.512,20	0,00
Outras Contribuições Federais a Recolher	63,21	0,00
TOTAL	221.031.792,55	100,00

NOTA 17: Execução de Restos a Pagar

No gráfico a seguir, apresenta-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) do TJPR, executados no exercício de 2021.



Observa-se que foram liquidados e pagos R\$ 192.584.586,95 de RPNP, correspondendo a aproximadamente 74% de um montante inscrito de R\$ 259.863.537,08, sendo cancelados R\$ 13.692.738,98. Com isso, permanece um saldo de R\$ 53.586.211,15 de RPNP inscritos em exercícios anteriores ao exercício de 2021. Ressalta-se, também, que no exercício de 2021 não houve inscrição de Restos a Pagar processados.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos Operacional, de Investimento e de Financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		5.269.982.909,04	6.239.028.640,71
Outros Ingressos Operacionais		5.269.982.909,04	6.239.028.640,71
Desembolsos		6.238.595.414,33	6.686.137.477,68
Pessoal e Demais Despesas		1.836.182.086,60	1.801.900.176,34
Transferências Concedidas		264.894.140,42	233.550.248,06
Outros Desembolsos Operacionais		4.137.519.187,31	4.650.687.053,28
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		-968.612.505,29	-447.108.836,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		0,00	0,00
Desembolsos		0,00	1.550,00
Aquisição de Ativo Não Circulante		0,00	1.550,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		0,00	-1.550,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		0,00	0,00
Desembolsos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	18	-968.612.505,29	-447.110.386,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		1.320.286.606,14	1.767.396.993,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		351.674.100,85	1.320.286.606,14

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 18: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em 2021, o valor do fluxo de caixa líquido do TJPR correspondeu à soma apenas do Fluxo Operacional, fornecendo um valor negativo de R\$ 968.612.505,29. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício anterior, no valor de R\$ 1.320.286.606,14, revelou um montante de R\$ 351.674.100,85. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Resultado Financeiro do Exercício”, apurado no Balanço Financeiro (BF).

Durante o exercício de 2021, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.